

ANDREW GUILHERME OKAMURA LIMA

LUCIEN FEBVRE E A EUROPA: as fronteiras da história.

ASSIS
2010

ANDREW GUILHERME OKAMURA LIMA

LUCIEN FEBVRE E A EUROPA: as fronteiras da história.

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa.

ASSIS
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Lima, Andrew Guilherme Okamura

L732L Lucien Febvre e a Europa: as fronteiras da história /
Andrew Guilherme Okamura Lima. Assis, 2010
136 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Milton Carlos Costa

1. França – História. 2. Psicologia e religião. 3. Febvre,
Lucien Paul Victor, 1878-1956. 4. Bloch, Marc Leopold Ben-
jamin, 1886-1944. 5. Annales d'histoire économique et
sociale – História. I. Título.

CDD 944

A Milton Carlos Costa.
Homenagem de respeitoso e reconhecido afeto.

AGRADECIMENTOS

O caminho da intelectualidade quase sempre nos força a um trabalho solitário. Contudo é necessário que citemos algumas pessoas importantes para a realização deste trabalho.

Por isso, é necessário que agradeçamos a Ana Maria e Ana Eliza, que foram obrigadas a conviver com as oscilações de humor durante o período da realização deste trabalho.

Aos amigos de todas horas, a Priscila Miraz e a Rodrigo Gracco. Às várias pessoas, que me deram o prazer de suas companhias durante os seminários da pós-graduação fazendo desta jornada um profundo e prazeroso intercâmbio de idéias.

Aos professores do departamento de História de Assis, em especial aos professores Ricardo Gião e Célia Camargo, pelas considerações minuciosas na época da qualificação.

Ao professor Carlos Alberto Sampaio pela amizade sincera e ao professor Milton Carlos Costa, a quem muito devo por minha formação acadêmica, e que, com a sua profunda erudição, em tempos de especialização, me serviu e serve de fonte de inspiração para seguir nos nossos combates pela História.

Agradeço ainda ao professor Gelson pela leitura atenta e as várias correções lingüísticas que realizou neste trabalho. Agradeço também à Fernanda Mielo pela ajuda nos textos em inglês.

Finalmente, meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja ajuda financeira, viabilizou esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação aborda dois cursos de Lucien Febvre, proferidos no Collège de France entre os anos de 1944 e 1947. A partir de seus dois livros publicados postumamente: *L'Europe: genèse d'une civilisation* (1999) e *Honneur et Patrie* (1996), procuramos mapear primeiramente o conceito de Europa, e posteriormente, o surgimento de uma pátria cristã, passando pela européia, e por fim, o fortalecimento de um ideal da pátria francesa, após o século XVII. Toda essa problemática levantada por Lucien Febvre foi dada como um reflexo do contexto em que a Europa, principalmente a França se encontrava, no período da ocupação alemã em seu solo.

Observamos que ao realizar tais estudos, Lucien Febvre utilizou-se da psicologia histórica, aplicando em todos os seus cursos, o conceito de outillage mental para mapear essa Europa, mas, principalmente, para tentar compreender sua "trágica" França.

PALAVRAS CHAVE: Annales d'histoire économique et sociale; França; Lucien Febvre; Marc Bloch; e Psicologia e Religião.

ABSTRACT

This paper deals with two Lucien Febvre's courses, held in Collège de France between 1944 and 1947. From his two after death published books, *L'Europe: genèse d'une civilisation* (1999) and *Honneur et Patrie* (1996), the intention is, first of all, to map the Europe's concept and then the arising of a Christian country, going through the European country, to finally the strengthening of an ideal French's country, after the XVII Century. All this subject matter proposed by Lucien Febvre was taken as a reflex of the context in which Europe, specially France was living at that time, with the German invasion in French's soil.

Carrying out his studies, Lucien Febvre has used historical psychology, providing in all his courses the "mental outillage" concept to map that Europe, but specially his "tragical" France.

KEYWORDS: Annales d'histoire économique et sociale; France; Lucien Febvre; Marc Bloch; and Psychology and Religion.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1 – Uma vida para a história	12
1.1 – As almas de Lucien Febvre.....	13
1.2 – Do Franco Condado à descrença de Rabelais.....	21
1.3 – Estrasburgo e Marc Bloch	33
1.4 – Les Annales d’Histoire Économique et Sociale.....	41
1.5 – Dos Combates pela história à nomeação para o Collège de France.....	51
Capítulo 2 – A Europa: gênese de uma civilização	57
2.1 – A gênese de um curso.....	58
2.2 – O surgimento da Europa.....	61
2.3 – A Europa surge quando o Império desmorona	73
2.4 – A dominação universal da Europa cristã	89
2.5 – O fim da nação europeia. Nações e nacionalidades	93
Capítulo 3 – A Honra e a Pátria	104
3.1 – A Meditação engajada pela morte.....	105
3.2 – A Honra	108
3.3 – A Pátria.....	118
3.4 – Honra ou Pátria.....	123
Considerações Finais	126
Referências bibliográficas	131

Introdução

Quando Georges Clemenceau¹ saudou os dreyfusards² chamando-os de intelectuais, ele criou um novo nome para uma antiga classe: a dos pensadores. Nesta França do final do século XIX e início do XX, os homens com um notório reconhecimento em suas áreas de estudos, passaram a interferir na vida política francesa. O escritor Émile Zola³ foi um exemplo dessa interferência.

Para protestar contra a condenação por alta traição do capitão Alfred Dreyfus⁴, Zola escreveu no jornal L'Aurore seu incendiário artigo J'accuse. Nesse artigo, ele acusou todo o ministério de guerra e também o presidente francês por omissão perante as provas irrefutáveis da inocência de Dreyfus. Logo, o caso Dreyfus se tornou também, o caso Zola.

Quando a inocência de Dreyfus foi constatada, esses intelectuais passaram a ter um papel ainda mais decisivo na sociedade francesa.

Muitos foram os que analisaram a importância e a figura do intelectual: Antonio Gramsci⁵, Norberto Bobbio⁶, Jean Paul Sartre⁷, Julien Benda⁸ e Jean François Sirinelli⁹ foram alguns desses estudiosos.

Apesar das diferenças de abordagens, a função primordial desse intelectual era analisar os acontecimentos e, se possível, dialogar com as questões do presente.

Nesse ponto é necessário que situemos, a figura de Lucien Febvre dentro do debate intelectual. Certamente, Febvre não foi um homem como propunha Julien Benda: alheio à sua realidade, um clérigo. Em nosso trabalho, procuramos mostrar o contrário, a grande preocupação de Febvre com seu presente.

Tampouco foi um intelectual como pretendia Jean Paul Sartre. Febvre nunca teve uma militância no socialismo; é verdade que mostrou uma grande aproximação com o anarquismo, mas nunca se tornou um militante político. A única militância que exerceu foi à militância pela história, pelos combates pela história.

¹ Georges Benjamin Clemenceau (1841-1929), jornalista e político francês.

² Defensores da inocência do capitão Alfred Dreyfus.

³ Émile Zola (1840-1902), escritor, jornalista e homem público francês, autor de *Les Rougon-Macquart*.

⁴ Alfred Dreyfus (1859-1935), oficial judeu francês, acusado de alta traição. Essa gerou uma ruptura social na França, entre os dreyfusards e não-dreyfusards.

⁵ Antonio Gramsci (1891- 1937), intelectual italiano, de origem albanesa, membro fundador do partido comunista italiano.

⁶ Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo italiano, especialista em filosofia política e do direito.

⁷ Jean Paul Charles Aymard Sartre (1905- 1980), filósofo francês, “pai” da teoria existencialista. Entre suas obras, podemos citar a trilogia “caminhos da liberdade” (*Idade da Razão, Sursis, Com a morte na alma*) e sua obra máxima, *O ser e o nada*.

⁸ Julien Benda (1867-1956), crítico, filósofo e escritor francês. Entre suas obras, podemos destacar *La Trahison des Clercs* de 1927.

⁹ Jean François Sirinelli (1949-), historiador francês, especialista em história política e cultural da França no século XX.

Homem de seu tempo, Lucien Febvre sempre se manteve preocupado com a história. Seus combates foram justamente contra uma história menos morta, menos especialista, uma história presa a uma torre de marfim.

Tentando ampliar as análises da disciplina histórica, Febvre manteve uma profunda ligação com a lingüística e a psicologia. A elaboração do termo “outillage mental” foi uma tentativa de sistematizar a importância e a interferência do léxico e da psicologia, em uma dada sociedade.

Acima de tudo, o estudo da civilização foi uma problemática que sempre o perseguiu: para qual dedicou seus últimos anos de vida. Dedicção essa, que aumentou ainda mais, no período da invasão alemã na França em 1940.

Ao mesmo tempo em que sua vida particular sofreu duros golpes devido à guerra (o alistamento de seu filho mais velho, a prisão de Fernand Braudel, a clandestinidade e a posterior execução de seu grande amigo Marc Bloch), sua vida profissional também se tornou mais difícil, pois com a clandestinidade de Bloch, Febvre passou a dirigir sozinho a revista dos *Annales*.

Contudo, durante a ocupação nazista, dois anos foram muito sensíveis a Febvre. O primeiro foi 1942, quando Febvre se penalizou com a história de uma mãe francesa: seus dois filhos lutavam em posições e em lados distintos, na Segunda Guerra. O segundo, em 1944, quando seu grande amigo Bloch foi fuzilado pelos alemães.

Tocado por todos esses acontecimentos, Febvre procurou refletir sobre sua “trágica” França. Por isso, entre os anos de 1944 e 1947, em seus cursos no Collège de France, analisou o surgimento da civilização européia até os fatídicos episódios da invasão alemã.

Esses cursos, que foram o objeto de nossa análise, mostraram que acima da civilização, Febvre estava desesperadamente, tentando compreender a realidade de sua Pátria e de sua Nação. Sem julgar, como cabe a um bom historiador, mas compreendendo como a Europa pôde chegar naqueles dias tão terríveis.

Civilização, talvez, sim. Mas, com certeza, os grandes temas propostos por Febvre em seus cursos de 1944 a 1947 foram às guerras que marcaram a Europa. Principalmente, as dores que as guerras trouxeram à população. Contudo, Febvre procurou mostrar também a paz, e principalmente, a vida e a esperança desses europeus marcados por tempos difíceis.

Capítulo I – Uma vida para a História.

1.1 – As almas de Lucien Febvre.

Amo a história. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas – algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo. (Lucien Febvre. *Combates pela história*. 1989).

A história é a ciência do homem, e nada do que se refere ao homem é simples. E se uma questão histórica importante nos parece simples, nosso dever deve ser logo o de complicá-la. Pois, vendo-a simples, podemos ter certeza de que a deformamos. (Lucien Febvre. *A Europa: gênese de uma civilização*. 2004).

Assim como em Jules Michelet¹⁰ havia algo de romântico em Lucien Febvre. Do mesmo modo que seu antigo mestre, houve em Febvre uma dupla influência, uma dupla alma; ou, como ele mesmo escreveu; “Esta a minha ‘alma de papel’. Ao lado dela, minha alma campestre e rústica – essa outra mestra da História que foi para mim a Terra.”(1989, p.08). Dentre os elementos que fizeram parte da personalidade de Febvre, somos obrigados a destacar estas duas almas: a campestre e a de papel.

Lucien Febvre foi um homem sentimentalmente ligado à natureza, mas principalmente à sua terra natal: o Franco Condado. Em seus escritos, ele nunca esqueceu a terra onde cresceu:

Os primeiros vinte anos da minha vida decorreram em Nancy: aí, ao percorrer as matas e os bosques da floresta de Haye, ao descobrir uns após outros, tão nitidamente perfilados, os horizontes das encostas e dos planaltos lorenos, fiz provisão de um conjunto de recordações e de impressões que nunca mais me abandonarão. Mas com que delícia reencontrava todos os anos a minha verdadeira pátria, o Franco Condado! Primeiro o doce Vale do Saône, a pequena vila de Gray dominando majestosamente o prado que refez a felicidade de Proudhon; mais a seguir, esse velho severo do Jura, os seus prados-bosques e os seus pinheiros, as suas águas verdes e as suas gargantas desaprumadas por grandes bancos calcários, tais como, com um pincel heróico, os pintava Gustave Courbet – o Franco Condado, percorrido em todos os sentidos, desde os meus primeiros anos, nas velhas diligências das ‘Messageries Bouvet’: fortes cheiros de couro velho, odor acre dos cavalos fumegantes, ruídos alegres dos guizos e do chicote a estalar à entrada das aldeias; o Condado, como a Lorena, dotado de altos lugares solitários e sagrados: a ‘Haute-Pierre de Mouthier’, o ‘Poupet de Salins’ a enviar para lá

¹⁰ Jules Michelet (1798-1874), historiador francês que influenciou muito Lucien Febvre. Michelet escreveu inúmeras obras das quais, podemos citar *Histoire de la Révolution française* e *Histoire de France*.

das cristas, a sua saudação ao Monte Branco; mais longe a 'Dole', cume literário, e tantos outros menos notórios; lugares saudáveis em que o espírito sopra com o vento e que, durante toda a vida, nos dão a necessidade de descobrir, de respirar horizontes infinitos. (Id., p.08).

A preocupação com a geografia foi evidente nas obras de Lucien Febvre. Assim como Michelet valorizou o caráter agrário para a constituição da nacionalidade francesa, Febvre também pensou desse modo, a ponto de planejar uma vasta obra de pesquisa sobre o seu Franco Condado, na qual seriam reunidos estudos de economia, sociedade, cultura e política, sob orientação central dos estudos geográficos. Contudo o projeto foi abandonado após o término da Primeira Guerra, quando Febvre iniciou uma nova abordagem para as questões históricas.

No campo geográfico, Febvre teve como grande mestre Paul Vidal de La Blache¹¹, de quem fora aluno na Escola Normal Superior de Paris. Devido à influência de Vidal de La Blache, Febvre se opôs à antropogeografia do Friedrich Ratzel¹², pois argumentava que a sociedade humana se adaptava de um modo ativo e criador ao seu ambiente natural, em vez de subordinar-se a ele.

A relação não determinista entre o homem e o meio geográfico permitiu que Lucien Febvre tivesse a oportunidade de pensar

[...] sobre o conceito de fronteira, independentemente da geografia oficial das divisões administrativas. Contribuindo, desse modo, para a elaboração de uma concepção cultural dos limites fronteiriços entre as civilizações, sinalizando para uma geografia das práticas e das tradições culturais. (CORDEIRO JÚNIOR, 2000, p.103).

Esse arcabouço teórico permitiu a Febvre estabelecer fundamentos para um novo paradigma dos estudos históricos, constituindo a aliança entre a disciplina histórica e a geografia vidaliana. Essa mudança no paradigma efetivou-se pela substituição dos antigos papéis atribuídos aos acidentes geográficos, proposta pela teoria das fronteiras naturais, identificados como responsáveis pela formação das sociedades às margens dos rios, nas montanhas e nos campos. Passa, então, diante a enfatizar os aspectos histórico-

¹¹ Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Fundador da École française de géographie, autor de dezenas de artigos e de 17 livros. Vidal de La Blache defendia que o Estado deveria planejar toda a apropriação do espaço geográfico, considerando e conhecendo todas as características naturais e humanas do seu território. Com esta tese, La Blache inseriu-se em um profundo debate com o determinismo do alemão Friedrich Ratzel.

¹² Friedrich Ratzel (1844-1904), farmacêutico, zoólogo e geógrafo alemão. Fundador da antropogeografia.

culturais, condicionando as relações homem-meio aos limites impostos por sua identidade cultural, originada e conservada durante os séculos.

Segundo Febvre,

Não existe fronteira quando dois dinastas, instalados sobre terrenos que eles exploram, plantam a custos comuns algumas propriedades com suas armas ao longo de um campo, ou traçam ao meio do rio uma linha ideal de separação. Há fronteira quando, passadas esta linha, encontra-se em presença de um mundo diferente, de um complexo de idéias, de sentimentos de entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Uma fronteira em outros termos – aquilo que a “entalha” poderosamente na terra, não é nem os guardas nem os agentes aduaneiros, nem os canhões por trás das fortalezas. Sentimentos, sim; paixões exaltadas e ódios. (apud CORDEIRO JÚNIOR, 2000, p.104.).

Para Febvre, a geografia:

Era constituída de muitas coisas sem dúvida, na verdade – mas para muitos jovens franceses encerrados em salas melancólicas e feias: a parte inferior marrom, o teto em ocre sujo e, acima das cabeças inclinadas, a pálida a abafante luz do gás (até 1900 e mesmo depois ele reinou, como o senhor das enxaquecas, nos liceus e nas escolas), - a geografia, era o ar puro, o passeio ao campo, a volta com uma braçada de arbustos ou de dedaleiras, os olhos límpidos, os cérebros lavados e o gosto do real corrosivo sobre o abstrato.(1955, p.01-02).

Uma das possíveis explicações para o seu temperamento explosivo pode ser dada por sua “ascendência geográfica”, que o ligava a uma tradição de intelectuais temperamentais, como Proudhon e Michelet, ambos, como ele, nascidos no Franco Condado. Essa proximidade, não apenas ideológica, mas também geográfica, com Michelet levou Febvre a sempre deixar claro o seu orgulho por suas raízes locais:

Conheço um pouco da história de uma das nossas províncias mais resistentes, se assim posso dizer – uma das que melhor recordaram, e durante mais tempo, o seu passado autônomo: o Franco Condado. Nada de mais curioso que a atitude dos franco-comtenses em relação ao francês. Culturalmente falando, são franceses do tipo “borguinhão”. Mas politicamente vivem a sua vida, em grande parte, à margem da história francesa. Da alta Idade Média à conquista de 1674, o Condado nada tem a ver com o reino, salvo em 1295 e 1384, durante um período de menos de um século, de resto bem fértil – e de 1477 a 1493, apenas durante dezasseis anos.

Súbdito e dos piores adversários do Muito Cristão, no século XVI, não é estranho à França, é seu inimigo. A selvajaria, as violências em nome de Luis XI, os excessos de suas tropas, pilhando e saqueando o país, acabaram por fazer dos Borguinhões do Condado irredutíveis adversários da monarquia francesa. No fim do século XVI, a brutalidade, a capacidade sem fé nem grandeza de Henrique IV não facilitarão as coisas. Que língua falam eles então? Sem dúvida os seus “patois”, elevados de falares nacionais e, quando

têm necessidade de uma língua de cultura, naturalmente o Latim, depois, mais tarde, o espanhol? (1989, p.189).

Febvre nunca se ausentou da região do Franco Condado: em Souget, manteve um sítio de cinco hectares, onde, nos dizeres de Fernand Braudel: “[...] se pode, entretanto, passear um dia inteiro, na vertical e na horizontal, atingindo os prados do alto ou o campo de trigo, ou o bosque inclinado, ou a fonte, nas horas muito quentes do verão”(apud CORDEIRO Júnior, 2000, p.109). Foi nessa propriedade que Lucien Febvre viveu seus últimos dias, quando faleceu na noite de 25 para 26 de setembro de 1956.

Explicada a sua primeira alma, a terra, entramos na segunda grande característica de Febvre, a erudição, ou seja, sua alma de papel.

Renan¹³, Flaubert¹⁴, Stendhal¹⁵, Proudhon¹⁶ e Michelet foram alguns mestres do jovem Lucien Febvre. Nascido em Nancy em 1878, filho de Paul René Ferdinand Febvre, professor universitário e filólogo, Lucien Febvre entrou muito cedo em contato com a vida acadêmica, segundo Bertrand Muller:

Em 1895 ele é bacharel e um ano mais tarde licenciado em letras, antes de entrar no liceu Louis-le-Grand, em Paris, para ali se preparar na sua vez para o concurso de entrada na École. Ele é recebido em 1898 e, após um serviço militar de um ano, integra a rua d’Ulm. (MULLER, 1994, XII).

Em 1898, tornou-se estudante na École Normal Supérieure de Paris, onde teve como professores o geógrafo Paul Vidal de la Blache, o antropólogo Lucien Lévy-Bruhl¹⁷, criador do conceito de mentalidade primitiva, o linguísta Antoine Meillet¹⁸, e os historiadores Christian Pfister¹⁹, Gabriel Monod²⁰ e Gustave Bloch. Ainda nesse

¹³ Joseph Ernest Renan (1823-1892), foi escritor filólogo, filósofo e historiador. Entre as várias obras que escreveu, podemos destacar a *Vie de Jésus*.

¹⁴ Gustave Flaubert (1821-1880), famoso escritor francês. Suas principais obras foram: *Madame Bovary*, *L’Éducation sentimentale* e *Salammô*.

¹⁵ Marie-Henri Beyle (1783-1842), escritor francês de *Roma*, *Nápoles e Florença*.

¹⁶ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), conhecido anarquista que escreveu *Qu’est-ce que la propriété?* e *La propriété c’est le vol*.

¹⁷ Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), discípulo de Émile Durkheim, elaborou uma ciência dos costumes, acreditando que a moral era determinada pelas épocas históricas e pelos grupos sociais. Assim, afirmava que ela era relativa, passível de ser aceita ou não pelos homens, constituindo um meio, variável de acordo com as diferentes culturas, que os homens utilizam para relacionar-se com o mundo.

¹⁸ Antoine Meillet (1866-1936), linguísta que em 1905 ocupou a cátedra de gramática comparada no Collège de France.

¹⁹ Christian Pfister (1857-1933), medievalista e especialista da Lorena, foi reitor da Universidade de Estrasburgo entre os anos de 1919 a 1931.

²⁰ Gabriel Monod (1844-1912), em 1876 fundou a *Revue Historique*. Em 1905 foi eleito para o Collège de France.

período teve a oportunidade de assistir algumas conferências na Sorbonne de vários cientistas notáveis, entre eles: o filósofo Henri Bergson²¹ e o historiador da arte medieval Émile Mâle²². Sobre o início de sua vida acadêmica, Febvre escreveu:

Tanto quanto a minha memória alcança, vejo-me historiador por prazer e por desejo, para não dizer de coração e de vocação. Filho de um pai que o prestígio de Henri Weil, helenista na faculdade de Letras de Bensaçon e depois da École Normale Supérieure, e o tão grande Thurot, esse filósofo da gramática, desviaram da História, de que nunca, no entanto, se desinteressou; sobrinho de um tio que toda a vida ensinou, e desde a minha primeira infância me levou a amá-la; encontrando, ao folhear na biblioteca paterna, por baixo dos fascículos do Daremberg et Saglio (...) devorando sobretudo, com uma paixão incansável, os tomos dessa grande edição da História da França de Michelet.

São esses os meus mestres, os meus verdadeiros mestres – a que se juntaram mais tarde entre os meus dezesseis e meus vinte e cinco anos: Élisée Reclus²³ e a profunda humanidade de sua Geografia Universal; Burckhardt²⁴ e o Renascimento em Itália; Courajod²⁵ e as suas lições da École du Louvre sobre o Renascimento na Borgonha e na França; a partir de 1900 o Jaurès²⁶ da História Socialista, tão rica em intuições econômicas e sociais; Stendhal, enfim, e sobretudo o Stendhal de Roma, Nápoles e Florença, da História da Arte na Itália, das Memórias de um Turista, da Correspondência: outros tantos convites à história psicológica e sentimental que durante anos não deixaram a minha mesa de cabeceira. (1989, p.07-08).

Segundo Guariba Netto, “[...] tanto Febvre como Bloch são filhos de professores. Isto tem um sentido determinado na vida social e política francesa²⁷”. Filho único, Febvre esteve em permanente contato com o mundo acadêmico francês do século XIX, pois além de seu pai ser professor, seu tio também fora um professor que lecionou durante muitos anos no Liceu de Nancy. Acostumado com a rotina de estudos e com a seriedade da vida científica, Febvre iniciou seu estudos nas ciências humanas:

Deste humanismo Lucien Febvre conheceu, já em criança, todos os tesouros, graças a um pai atento e sedutor, normaliano também e agregé²⁸ de gramática. No seu caso, não se tratou de uma bagagem adquirida na época

²¹ Henri Bergson (1859-1941), filósofo e diplomata francês que obteve o prêmio Nobel de literatura em 1927. Entre as suas várias obras podemos destacar *Matière et mémoire* e *L'Évolution créatrice*.

²² Émile Mâle (1862-1954), historiador da arte que proferiu um curso na Sorbonne em 1905.

²³ Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo, militante e pensador do anarquismo francês. Podemos destacar de a sua obra póstuma *L'Homme et la terre*.

²⁴ Jacob Burckhardt (1818-1898), historiador e filósofo suíço, um de seus principais livros foi *La Civilisation de la Renaissance en Italie* de 1860.

²⁵ Louis Courajod (1841-1896), historiador francês, conservador do museu do Louvre e estudioso da arte gótica.

²⁶ Jean Jaurès (1859-1914), socialista francês que escreveu *Histoire socialiste de la Révolution française*. Foi assassinado em 14 de julho de 1914.

²⁷ GUARIBA NETTO, Ulysses T. Leitura da Obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales. Introdução à análise do conhecimento histórico. Tese. Assis, São Paulo, 1975. p.50.

²⁸ O concurso de agregação torna o profissional apto a ensinar nos liceus (secundário) ou em determinadas faculdades.

dos concursos, e logo perdida com a maioria, mas, na verdade, de uma arte de pensar e até de viver. Esse humanismo, para falar um instante a sua linguagem, foi para ele “um alimento”. Viveu mais de meio século, perto dos grandes espíritos do nosso passado ocidental, numa familiaridade natural, de igual para igual. (BRAUDEL, apud CORDEIRO Júnior, 2000, p.111).

Com a alma intelectual já formada ainda na infância e desenvolvida durante seus estudos em Paris, Lucien Febvre passou a sofrer a influência de quatro grandes correntes do pensamento:

Nascido em 1878, estudante da Escola Normal Superior em 1897, Febvre entrou muito cedo em contato com uma influência quádrupla. A primeira foi a da geografia de Vidal de La Blache: ela o convenceu de que o historiador deve, a exemplo de um geógrafo que decifra uma paisagem, inscrever sua investigação no interior de um espaço particular e esforçar-se por lhe explorar o conjunto das relações constitutivas. A segunda foi a de Durkheim e da escola francesa de sociologia: a despeito das reservas com que Febvre olhava essa escola, ele ali encontrou ao mesmo tempo uma lição de método, um projeto científico e um modelo de sociabilidade intelectual nos quais se inspirariam, trinta anos mais tarde, os *Anais (Annales)*. A terceira foi a da psicologia, tão fundamental na preocupação dos historiadores da virada do século, e cujo papel, pouco conhecido, é sensível no conjunto das ciências sociais em formação. A quarta influência foi rigorosamente negativa: foi a da história “historizante”, a história política, diplomática e militar que era ensinada então nas faculdades, história da qual se declarou muito cedo adversário. Foi contra ela que ele se incluiu, logo, na filiação, tanto afetiva quanto intelectual, de Michelet, autor a quem prestaria homenagem durante toda a sua vida. (REVEL, Jacques, 1993, p.324).

No ano de 1902, Febvre realizou o concurso de agregação em História e Geografia, lecionando posteriormente nos liceus Bar-le-Duc, na Lorena (1902-1903) e Victor Hugo, em Besançon (1907-1912). Entre os anos de 1903 e 1906, preparou a sua tese de doutoramento na Sorbonne. Contando com a orientação de Gabriel Monod, Febvre escreveu o seu estudo sobre o Franco Condado intitulado *Philippe II et la Franche-Comté: la crise de 1567, ses origines et ses conséquences, étude d’histoire politique, religieuse et sociale*²⁹. Aos 33 anos, Lucien Febvre já havia superado os dois grandes processos que um historiador profissional francês deveria enfrentar: o concurso de agregação e a defesa do doutoramento.

Sua carreira universitária se iniciou na Faculdade de Letras de Dijon (1912-1914), primeiramente como *maître* de conférences, sendo nomeado, em 1914, professor. Durante o tempo em que lecionou em Dijon, Febvre ficou responsável pelos cursos de história da Borgonha e da arte borgonhesa. Assim como seu antigo mestre Louis Courajod, Febvre criticava o isolamento dos historiadores da arte em relação aos historiadores em geral.

²⁹ A tese de doutoramento de Lucien Febvre foi publicada em 1912 pela Editora Champion.

Com a explosão da Primeira Guerra Mundial, Febvre se ausentou dos compromissos intelectuais para servir ao exército francês no campo de batalha:

Convocado para o exército em 3 de agosto de 1914, atuou nas frentes de batalha até 7 de fevereiro de 1919. Durante este tempo, só deixou os campos em 1916, quando – ferido – teve de ser hospitalizado. De sargento foi a segundo-tenente, tenente e daí a comandante, tendo sob suas ordens uma companhia de metralhadoras. (MOTTA, 1992, p.08).

Ao término do conflito, com a derrota da Alemanha e a reanexação dos territórios da Alsácia e da Lorena, Lucien Febvre deixou a Faculdade de Dijon e passou a integrar o projeto nacionalista do governo francês de tornar a Universidade de Estrasburgo o principal centro da pesquisa da França. Muito dessa política se deveu ao fato de Estrasburgo ser uma zona fronteira entre França e Alemanha.

A rivalidade foi transferida do campo político para o campo intelectual: tornar Estrasburgo um centro intelectual de referência seria mostrar para os alemães o poderio intelectual francês. Christian Pfister comentou esse clima de rivalidade: “em Estrasburgo a França tem de se portar melhor que a Alemanha”. (1957, p.760).

A guerra deixou um grande legado para Lucien Febvre: o de tornar o historiador um militante, de obrigar o pensador a sair de seu isolamento intelectual, viver o presente, nas suas palavras dirigidas aos estudantes no início do ano letivo de 1941:

Não é mesmo nada, se vocês continuarem a separar a acção do pensamento, a vida do historiador da vida do homem. Entre a acção e o pensamento não há separação. Não há barreira. É preciso que a historia deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida onde só passam sombras despojadas de substância. (1989, p.40).

Ou ainda:

A história é isso: um meio de compreender e, por isso mesmo de agir sobre o curso dos acontecimentos. Não em se apropriando as lições do passado, as famosas lições do passado que, de lhes ter pesquisado com tanta diligência e segui-las com uma tão fiel exatidão, os militares, eles mesmo, nem sempre tiveram do que se felicitar. Se se entende por isso receitas de sucesso, não existem lições do passado. É impossível, impensável que elas existam. Todo momento do passado é o resultado de uma incrível combinação de elementos diversos, um número infinito de elementos móveis do qual nenhum se subtrai à lei da vida, que é a mudança. [...] Não existem lições do passado. [...] Mas existe o conhecimento, indispensável, dos antecedentes. (FEBVRE, apud CORDEIRO Júnior, 2000, p.129).

De todas as influências que Lucien Febvre sofreu em sua “alma de papel”, Henri Berr foi uma das mais importantes. Filósofo de formação, Berr recusou os métodos positivistas, e considerou a História a ciência das ciências que progrediam graças à psicologia histórica. “Essa opção expelle Berr do mundo dos filósofos e o opõe deliberadamente à história universitária dominante, que julga prematuras as tentativas de síntese”.(DUMOULIN, 1993, p.94).

Em 1900, aos 37 anos Henri Berr fundou a *Revue de synthèse historique*. De modo inovador Berr propôs uma abordagem multidisciplinar da metodologia, utilizando a filosofia, a sociologia, a psicologia, mas, principalmente, a história. Essa abordagem proposta por Berr foi, sem dúvida, uma das matrizes da revista dos Annales, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929.

Berr ainda dirigiu uma coleção intitulada: *Évolution de l'humanité*, na qual Febvre escreveu o volume inicial: *La Terre et l'évolution humaine: Introduction géographique à l'histoire* (1922).

A admiração de Febvre por Berr pode ser notada em sua aula inaugural no Collège de France, no ano de 1933:

E aqueles que lho diziam – nomeadamente os que Henri Berr, o homem que, em 1911, no prefácio do seu ensaio crítico e teórico sobre A síntese em história, tinha a coragem clarividente de escrever “Afirma-se que é por a história ser demasiado científica que não está em contacto com a vida; estou convencido de que é, ao contrário, por não o ser suficientemente”, reunia à volta da *Revue de Synthèse Historique* – esses preparavam sem dúvida o futuro; não superintediam ao presente. (1989, p.21).

Em seus últimos projetos, Febvre dedicou-se a compreender a pátria francesa. Idoso para voltar ao campo de batalha durante a ocupação nazista na França, ele procurou realizar uma meditação intelectual, principalmente após a morte de seu grande amigo Marc Bloch.

[...] Lucien Febvre percebe tão bem o pouco valor desta banal curiosidade que a compara ao preço de “uma meditação engajada pela morte”. Lucien Febvre, ainda em pleno domínio de suas forças, não fazia sua própria contagem regressiva: ele pensava em engajamentos e mortes como aqueles dos soldados, cujos destinos o emocionam, como aqueles de Marc Bloch, o companheiro respeitado que ele não nomeia, cujo martírio deixou seu sobrevivente entregue à nostalgia de tão grandes esperanças perdidas. (MORAZÉ Prefácio de FEBVRE, 1998, p.08).

Lucien Febvre influenciou toda uma geração, da qual podemos destacar Fernand Braudel e Robert Mandrou³⁰. Suas novas abordagens metodológicas e suas novas problemáticas contribuíram para o desenvolvimento da disciplina histórica.

Segundo Braudel:

Lucien Febvre não procurou fazer dos seus discípulos o que ele próprio foi: o sentido profundo da sua pesquisa os impelia para longe dele. A sua forte sedução marcou toda a nossa geração, mas marcou com o gosto da liberdade. (1965, p.407).

1.2 – Do Franco Condado à descrença de Rabelais.

Coube a Lucien Febvre um lugar exclusivo na plêiade de historiadores notáveis do século passado, pois destacou-se como um inovador, como um lançador de novos caminhos para a disciplina histórica. Ele deixou uma marca indestrutível no estudo da problemática e da metodologia da investigação histórica.

Ao lado de seus amigos e companheiros Marc Bloch e Fernand Braudel, Febvre continua até hoje uma das autoridades máximas na disciplina histórica. Sua atividade científica marcou o início de uma nova etapa na História.

Inovador notável na ciência, Febvre foi também o seu grande organizador, pois, graças aos seus esforços, assegurou-se à profissão de historiador o lugar de destaque que ela ocupa na França.

A atividade científica de Febvre não se esgotou no estudo da cultura e da psicologia dos homens do século XVI e da obra de homens notáveis como Martinho Lutero, Rabelais e Margarida de Navarra. Durante toda a sua vida, ele travou os seus combates por uma História menos morta.

Seu grande combate foi o de tentar devolver o caráter humanístico que a História havia perdido: “Os meus combates, certamente que não: nunca me bati nem por mim nem contra este ou aquele, como pessoa. Combates pela história, sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida”. (1989, p.07.).

³⁰Após a morte de Lucien Febvre, embora Fernand Braudel seja considerado o principal discípulo de Febvre, foi Robert Mandrou que prosseguiu os seus estudos sobre a psicologia histórica com a publicação de sua obra *Introducción a la Francia Moderna 1500-1640: Ensaio de psicologia histórica*.

Sobre a obra de Lucien Febvre, Charles Morazé escreveu:

Estudos magistrais, por que não foram sistemáticos, abstratos, desencarnados, mas vivos, humanos, cotejos em torno de grandes figuras: Martin Luter, Rabelais. Calvino, Marguerite de Navarre, os Reformadores, os Humanistas. Tão penetrado de seu tema, o coração e o espírito tão plenos de seu tema que ele redescobre e nos faz redescobrir como pensavam, sentiam, amavam os homens. (apud CORDEIRO, Júnior. 2000, p.276-277).

Febvre travou seus combates pela história contra uma historiografia morta, cheia de ídolos, que se escondia atrás de caixas de fichários com cópias de textos antigos, nos quais ela era incapaz de sentir os homens vivos, uma história encarcerada numa torre de marfim. Por isso, o conselho que deu aos jovens alunos da École Normale Supérieure no ano de 1941:

E, porque tenho a felicidade de saber nesta sala jovens decididos a consagrar a vida a investigação histórica, é com firmeza que lhes digo: para fazer história virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade. Historiadores sejam geógrafos. Sejam também juristas e sociólogos, e psicólogos; não fechem os olhos ao grande movimento que, à vossa frente, transforma, a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar da costa, preguiçosamente. O que se passa no mar em fúria. Dentro do barco ameaçado, não sejam como Panurge que se macula de medo varonal, nem mesmo como o bom Pantagruel, que se contenta, abraçado ao mastro grande, com levantar os olhos ao Céu e implorar. Arregacem as mangas, como Frei João. E ajudem os marinheiros na manobra. (1989, p.40).

Sobre o caráter erudito e renovador de Lucien Febvre, Charles Morazé constatou:

[...] um dos últimos grandes representantes desta elite cultivada do velho mundo, ele que leu tudo, interessou-se por tudo, compreendia tudo mas media as probabilidades, as hesitações, as fragilidades da juventude que ele ajudou, encorajou, fez isso ao preço de seu próprio ofuscamento. (apud CORDEIRO, Junior. 2000, p.279.).

Sua obra é vasta, composta por de 2.144 itens³¹. Foram 15 livros e 2.129 textos em forma de artigos, prefácios e resenhas em revistas especializadas. No total foram 1.454 textos, entre artigos e resenhas críticas na revista dos *Annales* e 288 artigos na *Revue de Synthèse Historique*³².

Entre os anos de 1935-1940 dirigiu a *Encyclopédie Française*. Foi, ainda, presidente do comitê de História da ocupação e da libertação da França (1944); Presidente do comitê de História da Segunda Guerra Mundial (1946); delegado da

³¹ Muller não contabilizou a obra *Honra e Pátria*.

³² Todos estes dados foram retirados de MULLER, Bertrand. (1990).

França em diferentes conferências na UNESCO (1945-1950); Presidente da société Marc Bloch pour l'histoire de civilisations (1947); Presidente da VIª sessão da École Pratique des hautes études (1948-1956).

Para fins didáticos, podemos dividir a obra de Lucien Febvre em três grandes blocos, segundo a sua metodologia e temática. Primeiramente, as obras históricas: *Philippe II et la Franche-Comté* (1911); *Notes et documents sur la Réforme et l'Inquisition em Franche-Comté* (1911); *Histoire de Franche-Comté* (1912); *Un Destin, Martin Luther* (1928); *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie* (1931); *Le problème de l'incroyance au XIe. siècle, la religion de Rabelais* (1942); *Origène et des Périers ou l'énigme du Cybalum mundi* (1942); *Autor de Heptaméron, amour sacré, amour profane* (1944); *Honnuer et Patrie* (1996) e *L'Europe* (1999).

No segundo bloco, o conhecimento interdisciplinar: *La terre et l'évolution humaine: Introduction géographique à l'histoire* (1922).

E o terceiro bloco, sobre a crítica historiográfica: *Michelet, 1798-1874* (1946); *Combats pour l'histoire* (1953); *Au coeur religieux du XVIe. Siècle* (1957); *Pour une histoire à part entière* (1962)³³.

Em 1911, realizou um estudo para o seu doutoramento com o título de *Philippe II et la Franche-Comté: la crise de 1567, ses origines et ses conséquences, étude d'histoire politique religieuse et sociale*, no qual ele analisou a história dessa província francesa, sua segunda pátria, em diversos aspectos: político, social e religioso.

Nessa obra, procurou demonstrar as múltiplas ações políticas durante a segunda metade do século XVI, as quais levaram a profundas mudanças no Franco Condado. Por volta de 1550, essa pequena província gozava de uma relativa prosperidade, quando, com a subida de Philippe II ao poder, tudo mudou. O conflito, resultante do atendimento à imposição da reforma católica e da monarquia absoluta sobre o Franco Condado, não foi meramente um episódio local de uma grande luta política, mas uma batalha entre duas classes rivais: a nobreza e a burguesia que guerreavam por mais poder e influência.

Febvre iniciou sua tese com um estudo geográfico do Franco Condado e suas relações econômicas na segunda metade do século XVI. Na segunda parte da obra, ele desenvolveu a história política do Franco Condado, tomando como ponto de partida para a sua análise o reinado de Carlos V. Essa foi a parte mais original desse livro, pois, analisou as condições sociais da nobreza, da burguesia e dos camponeses no reinado de

³³ A divisão das obras de Febvre adotada em nosso trabalho, foi dada por Raimundo Cordeiro em sua tese de doutoramento em 2000.

Philippe II, correlacionando os fatores geográficos e econômicos. O complexo padrão foi desenvolvido mostrando a inter-relação dos fatores políticos e religiosos que causaram impacto no absolutismo de Philippe II e na reforma católica sobre a liberdade da província.

Para Peter Burke, em *Philippe II et la Franche-Comté*, podemos encontrar elementos da influência de Jean Jaurès sobre Febvre, porque o historiador do Franco Condado:

Preocupava-se não somente com a revolta dos Países Baixos e a ascensão do absolutismo, mas também com a “feroz luta entre duas classes rivais”, a decadente e endividada nobreza e a ascendente burguesia de advogados e mercadores, que adquiria suas propriedades. Esse esquema interpretativo se aproxima do marxismo; Febvre, porém, difere profundamente de Marx ao descrever a luta entre os dois grupos “como um conflito de idéias e sentimentos tanto quanto um conflito econômico³⁴”. Sua interpretação desse conflito, e mesmo da história em geral, não diferia da de Jean Jaurès que se dizia “ao mesmo tempo materialista com Marx e místico com Michelet”, reconciliando as forças sociais com as paixões individuais. (1997, p.24-25.).

Ainda sobre a recepção de *Philippe II et la Franche-Comté*, Marc Bloch, em 1914, formulou algumas reservas sobre o estilo e linguagem de Febvre. Também, sobre a visão de Febvre, no que dizia respeito à história medieval social e econômica. Bloch escreveu ainda: “M. Febvre parece seguir Michelet mais dirigente do que Fustel de Coulanges. Michelet é um mestre sedutor, mas por vezes perigoso”. (BLOCH. 1914. p.354).

De qualquer modo, o estudo foi inovador no campo historiográfico porque, ao mesmo tempo em que Febvre deu atenção especial ao meio geográfico natural e a interação do homem nele, ele sempre insistiu em aprofundar os fenômenos humanos e sociais estudados pelos historiadores no ambiente natural, antecipando desse modo, o interesse pela ecologia.

Esse enfoque destacou-se com maior nitidez em seu próximo trabalho *A terra e a evolução humana. Introdução geográfica à história* de 1922, escrito para a série de monografias fundada e dirigida por Henri Berr sob a denominação de *Evolução da Humanidade*. Contudo, o interesse de Febvre pela geografia humana diferenciava-se essencialmente do determinismo geográfico contra o qual, dirigia-se a crítica contida no livro.

³⁴ FEBVRE, apud BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. P.24-25.

Em oposição à antropogeografia do alemão Friedrich Ratzel, Febvre argumentava que a sociedade humana se adaptava de um modo ativo e criador ao seu ambiente natural ao invés de subordinar-se a ele, realizando desse modo, um estudo interdisciplinar entre a geografia, a história e a sociologia.

A terra e a evolução humana foi elaborada depois de uma pausa forçada na obra científica, provocada pelo serviço prestado ao exército francês durante a Primeira Guerra Mundial. Ao término da guerra, Febvre passou a lecionar na Universidade de Estrasburgo (1919 -1933), que se tornou uma das mais importantes instituições científicas do país. Ali se formou um ambiente muito favorável ao pensamento investigativo, já que Febvre encontrava-se em uma intensiva comunicação com cientistas como o sociólogo Maurice Halbwachs³⁵, o psicólogo Charles Blondel³⁶, o historiador do direito eclesiástico Gabriel Le Bras³⁷ e o geógrafo Henri Baulig³⁸.

Na década de 20, Febvre procurou mudar a orientação de suas obras “inpletindo-se a um só tempo com relação as suas obras anteriores e com relação às orientações majoritárias nos Anais (Annales)”(REVEL, Jacques. 1993, p.326.), ele passou a divulgar a psicologia histórica:

Fazia muito tempo, como observamos em suas resenhas, a história cultural o apaixonava e o decepcionava. Ele lhe denunciou a abstração e o anacronismo, a redução das obras e práticas do passado a estéreis debates intemporais. A noção que se aproximou empiricamente das mentalidades, relembra a importância que tinha para Febvre uma problemática psicológica. Contra generalizações abusivas, queria essa noção sobretudo relacionar os comportamentos, as sensibilidades e as idéias às categorias fundamentais no interior das quais se organiza em cada época, no caso de cada civilização, a experiência social dos indivíduos e dos grupos.(Id, p.326).

Febvre realizou também um estudo sobre o rio Reno. Escrito durante a ocupação francesa na Renânia, tendo como pano de fundo a ascensão nazista, o autor opôs-se frontalmente às interpretações dominantes na primeira metade da década de trinta, para as quais o Reno seria uma a fronteira natural entre a Alemanha e a França. Para Febvre, o Reno significava mais do que uma simples fronteira: o Reno era uma ligação, um traço de união – um rio europeu, ligando os povos e as culturas.

³⁵ Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo autor de uma tese sobre *La classe ouvrière et les niveaux de vie*, mas seu trabalho mais conhecido é *Mémoire collective*.

³⁶ Charles Blondel (1876-1939), filósofo e psicólogo francês, sucedeu a George Dumas na cátedra de psicologia patológica na Sorbonne.

³⁷ Gabriel Le Bras (1891-1970), sociólogo das religiões e jurista francês, Le Bras foi professor de direito em Estrasburgo.

³⁸ Henri Baulig (1877-1962), geógrafo francês especialista em geomorfologia.

Encomendado em 1931 a pedido da Société générale alsacienne de banque, *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie* foi publicado fora do círculo comercial. Apenas em 1935 a obra foi reestruturada e posta à venda para um público maior. Não foi, porém, publicada novamente até o ano de 1994, quando ganhou uma tradução em alemão.

Nessa obra, Febvre realizou um trabalho de geografia histórica e uma história da geografia do Reno, mas sem perder o tom crítico sobre a apropriação que os historiadores dos dois lados do rio fizeram. É claro que nos setenta anos após a sua publicação, o Reno tornou-se um “rio europeu”, como Febvre desejava, mas o programa lançado por Febvre nos anos 30 foi inovador: substituir uma história baseada nas contradições nacionalistas por uma história científica, comparativa e antinacionalista das regiões e paisagens renanas.

Marc Bloch, em 1933, escreveu uma resenha nos *Annales* na qual, analisava a obra do amigo, e chegava à mesma conclusão que Febvre, pois era necessário deixar os pré-conceitos para poder analisar o Reno: “[...] quem vier a escrever sobre o Reno, em história, deve antes de mais nada, exorcizar os fantasmas” (1933, p.84.).

Febvre repete o prognóstico de não exaltar ainda mais as desavenças ou os nacionalismos em torno do Reno; podemos notar isso na carta que escreveu ao amigo Marc Bloch em 28 de julho de 1932:

Dedico-me a refazer o Reno e a ligar um pouco melhor o Demangeon e o Febvre. Tarefa fastidiosa, mais difícil ou, pelo menos, mais delicada e lenta do que pode parecer. Não posso pedir a Demangeon que o faça; não é o seu estilo e, se fôssemos escutá-lo, republicaríamos tudo tal qual está [...] No que me concerne, não. Voluntariamente, para a Société générale, procedi a redução a ponto de saltar alguns temas; nada sobre a França e o Reno, e no entanto trata-se realmente de um assunto de grande importância. Nada como sobre a fronteira do Reno carregou-se de ódios e paixões. É preciso refazer tudo isso, e estou dedicando todo o tempo livre que as crianças me deixam. (2000, p.22.).

Ao iniciar os seus escritos sobre o Reno, Febvre pensou que seria um trabalho rápido, no entanto, a dificuldade de juntar o seu texto com o texto de Demangeon³⁹ foi enorme, Febvre ficara encarregado da primeira parte: “O problema histórico do Reno” e Demangeon seria o responsável pela segunda parte: “Os problemas econômicos do

³⁹ Albert Demangeon (1872-1940), geógrafo francês que foi responsável juntamente com Lucien Febvre de escrever *Le Rhin Problèmes d'histoire et d'économie*.

Reno”. Além desse problema, havia também o problema da falta de materiais para analisar, o que atrasou em muito a publicação dessa obra.

Apesar de todas as dificuldades para escrever sobre o Reno, Febvre conseguiu mostrar não um rio que dividia a nação francesa da alemã, mas um Reno tão rico em sensibilidades que era um elemento que unia não apenas essas duas nações, mas unia toda a Europa. Em sua conclusão, ele escreveu:

No passado, alternadamente, um fosso, um traço de união, uma estrada. No presente, tudo isso e com o vigor decuplicado. E algo mais: um sistema de idéias falsas, e nocivas; idéias feitas por homens, mas que agora os fazem. E que amanhã poderão mudar, se os homens mudarem. Mas o próprio Reno nada tem a ver com isso, e não fará. Continuará a correr, rápido e violento, para o mar brumoso. (2000, p.253.).

Em 1928, Febvre iniciou as publicações de seus estudos sobre os indivíduos e a sensibilidade histórica. Ele publicou *Un destin: Martin Luther*, seu primeiro estudo efetivamente sobre uma psicologia histórica, no qual ele não se propunha a fazer uma biografia convencional de Martinho Lutero, mas sim, realizar uma reflexão sobre um personagem ilustre para a exploração da sensibilidade coletiva. No prefácio para a primeira edição, Febvre afirmou:

Uma biografia de Lutero? Não. Um julgamento de Lutero? Ainda menos. Desenhar a curva de um destino que foi simples mas trágico; descobrir com precisão os vários pontos verdadeiramente importantes por onde ele passou; mostrar como, sob pressão de algumas circunstâncias, o ímpeto inicial devia enfraquecer e inflectir o traço primitivo; colocar assim, a respeito de um homem de uma vitalidade singular, o problema capital da história: tal foi o nosso propósito. (1976, p.09).

Nessa obra, Febvre recuperou as práticas políticas, intelectuais e religiosas do tempo de Lutero, avaliando como as inquietações sociais da Alemanha influenciaram em suas idéias:

Demasiado preocupado a analisar a sua consciência e a procurar a sua paz; além disso, e por acréscimo, demasiado absorvido, em 1516 sobretudo, pelas numerosas preocupações que lhe causavam as suas funções, Lutero, antes de 1517, não havia tido a oportunidade para analisar profundamente, nem para ver manifestar-se simplesmente, o seu temperamento, quando o dócil e submisso Agostinho não tinha feito ainda a sua descoberta? Aquilo que os teólogos consideram o seu sistema não é com efeito uma construção ideológica, uma articulação de conceitos exteriores ao homem vivendo, sentindo e querendo. O seu sistema é, para Lutero, a razão de viver, de acreditar, de esperar. Uma força. A verdade sobre a vida cristã, as suas finalidades, as suas modalidades e o seu espírito. (Id, p.104.).

Uma característica importante desta obra, foi o fato de Febvre manter o foco sobre Lutero de 1517 a 1525, ou seja, no período em que Lutero “se mantém no palco do mundo, com tanta energia, o seu papel heróico de profeta inspirado”(Id., p.09.). Uma das grandes críticas ao livro de Febvre foi justamente isso, o que Febvre tentou responder no prefácio a segunda edição de janeiro de 1944:

Críticos indulgentes – este livro, que eu saiba, não teve outros – censuraram-me, há pouco, o não ter ultrapassado o meu estudo além de 1525, ter seguido pouco, e de demasiado longe, sobre os caminhos da vida, o Lutero de 1525 a 1547. Naquilo a que chamava, naquilo a que chamo sempre, com uma palavra que parece ter perturbado alguns dos meus leitores [...] Fiz em 1927 aquilo que queria fazer. Apresentei o melhor que me foi possível, o jovem Lutero e a sua força, o seu ardor e tudo o que ele, assumindo-se com tal, oferecia de novo ao mundo. Obstinadamente ele. Apenas ele. Tudo o que trazia? Uma nova maneira de pensar.(Id., p.11-12.).

O ponto fundamental desta obra, foi o fato de Febvre, mesmo ao analisar a figura de Martinho Lutero, estava tentando entender a Europa, mais especificamente, Febvre estava tentando compreender as relações que regiam essa Alemanha não apenas do século XVI, mas também a do início do século XX.

O autor pergunta:

Mas Lutero seria o único, na Alemanha, entre os verdadeiros grandes homens do seu país, a não ter podido levar a bom termo a sua revolução? Fórmula essencialmente francesa aliás, que nos surge naturalmente ao correr da pena. Qual é o seu sentido para um alemão, se é certo que as revoluções, na Alemanha, se mantiveram sempre individuais; que os seus autores, gênios heróicos, nunca se preocuparam com o povoar a terra de construções incômodas e sem vida. (Id., p.254.).

Neste ponto, Febvre concluiu:

Ideias, Lutero tinha semeado bastantes por toda a Alemanha para esperar uma calma sobrevivência. Que era na realidade a Igreja de Saxe, com os seus dogmas e os seus pastores, os seus templos e os seus rituais, ao pé da magnífica posteridade que o idealista de 1520 devia ver levantar-se na Alemanha saciada? Magnífica e terrível. Porque, do mestre Filipe, que Lutero, nos apresenta sempre preocupado com a sorte dos impérios e os pesados problemas da política, ou dele, Lutero, que não sabia interessar-se senão por ele próprio, com a sua consciência e a sua salvação – apenas o último devia, por consequência, exercer sobre a política uma acção ao mesmo tempo lógica e imprevista. Poderosa, certamente. Benéfica para a paz dos homens e felicidade do mundo? É um outro assunto. E não é, pelo menos aqui, o nosso. Não julgamos Lutero. Que Lutero, aliás, e segundo que código? O seu? O nosso? Ou o da Alemanha contemporânea? (Id., p.256.).

Para Febvre, a biografia intelectual era a história da sociedade, pois as conquistas de seus “heróis” foram condicionadas coletivamente. Para Febvre, um grande homem é filho da sua própria época por ser o representante da sua cultura. Entretanto, ele não se anula na consciência coletiva. Em Lutero, Febvre percebe o estado tenso que surgiu entre o Lutero e a sociedade alemã da primeira metade do século XVI.

Ao elucidar o pensamento tanto de Lutero quanto de Rabelais, Febvre tende a reconhecer em cada pensamento, o estilo da sociedade e a sua época.

Febvre mostrou o que seria a *ouillage mental*⁴⁰, pois, ele partiu da convicção de que os homens do passado não viviam e nem agiam como nós. Para explicar essa diferença e essa distância seria necessário uma *ouillage mental* para cada época: o léxico e a sintaxe, as categorias da percepção e da sensibilidade, os hábitos de pensamento tanto quanto os conhecimentos e os conceitos, já que por meio desses instrumentos que se construiria a experiência, tanto individual quanto coletiva.

A *ouillage mental* foi pensada numa perspectiva antropológica, uma vez que, segundo o próprio Febvre, “[...] a cada civilização cabe a sua aparelhagem mental [...] ela vale por uma época que a utiliza; não vale pela eternidade, nem para a humanidade; sequer para uma evolução interna de civilização”.(FEBVRE, apud REVEL, Jacques. 1993, p.67.). A *ouillage mental* é pensada como uma armadura à disposição de determinada sociedade.

Contudo, essa noção da *ouillage mental* sofreu e sofre críticas até os atuais dias, segundo Jacques Revel:

Faltaria então explicar por que as produções sensíveis e culturais dos homens de um mesmo tempo podem ser tão diferentes entre si. Febvre parece pensar que é a utilização dos “instrumentos” disponíveis que explica essas diferenciações. A resposta não satisfaz inteiramente, porque, provando a existência quase objetiva de instrumentos sensíveis e intelectuais, ela resulta em pensá-los fora dos usos sociais de que são objetos (e a negligenciar, em particular, as modalidades de sua transmissão e de sua apropriação). (Id, p.67).

Apesar das críticas que a noção de *ouillage mental* recebeu, foi uma grande inovação na metodologia histórica ao provocar uma rediscussão da história tradicional das idéias.

⁴⁰ Por se tratar de um termo que não tem uma tradução exata em português, procuramos não traduzir o termo *ouillage mental*.

Uma das obras mais conhecidas de Febvre é *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Nesta obra, Febvre procurou mostrar que o problema da descrença, do seu alcance e dos seus meios na sociedade do século XVI não poderia ser estudado de forma simplista:

Acreditar ou não acreditar: é contra a idéia ingênua, é contra a idéia simplista que este problema é sem mistérios; é contra a idéia anti-histórica, que nós podíamos pô-lo para os homens do século XVI do mesmo modo que temos a tendência de o pôr para nós próprios – é conta essa ilusão e esses anacronismos que se encontra dirigido esse livro. (1970, p.499.).

O autor realizou três análises nesse livro. Num primeiro momento, contradisse a tese de Abel Lefranc⁴¹, que fazia de Rabelais um descrente, um racionalista, um livre pensador. Febvre demonstrou que a noção de ateísmo implicava apenas um desvio em relação à religião oficial. Quanto às atitudes aparentemente heréticas de Rabelais, Febvre responde que eram “malícias da Igreja”, pois os monges franciscanos faziam um discurso semelhante ao de Rabelais, que teria vivido doze anos em um mosteiro franciscano. Em suma, critica Abel Lefranc por cometer um anacronismo ao ler um texto de século XVI com a visão de um homem do século XX.

Na sua segunda análise, Febvre empenhou-se em definir o cristianismo de Rabelais. A vida religiosa era toda ela interior, as superstições, as vendas de indulgências, as peregrinações, o Clero não desempenhavam papel essencial. Todos esses sinais, para Febvre, mostram que Rabelais foi sensível às idéias de Lutero. Contudo, o antigo frade franciscano não adotou o dogma luterano da justificação pela fé.

Febvre afirmou, então, que a religião de Rabelais deveria ser relacionada à *Filosofia do Cristo* de Erasmo, o qual se baseava na leitura do Novo Testamento, e confessava a sua predileção pela pessoa do Filho, diminuindo a mediação da Virgem e dos santos, reduzindo o valor dos sacramentos.

Para Febvre, Rabelais estava ao lado de Erasmo, entre os evangélicos que esperavam uma transformação sem choques do cristianismo na primeira metade do século XVI. O autor não classificava, portanto, Rabelais ao lado dos protestantes como Jean Calvino, que aceitaram o cisma e fundaram uma Igreja reformada.

⁴¹ Abel Lefranc (1863-1952), historiador da literatura francesa. Entre suas obras podemos destacar: *Histoire du Collège de France depuis ses origines jusqu'à la fin du premier Empire* em 1893 e *Les Navigations de Pantagruel, études sur la géographie rabelaisienne* em 1905.

Na última parte do livro, Febvre questionou-se sobre a possibilidade do ateísmo no século XVI, pois, naquele período a religião ocupava inteiramente a vida cotidiana. A Igreja controlava os batismos, os casamentos, os enterros; impunha ainda prescrições alimentares e interditos sexuais; fixava os calendários dos dias de trabalho e dos dias de feriados; enquadrava as cerimônias públicas; formava também os intelectuais e vigiava os livros.

De acordo com Burke,

Poder-se-ia esperar que o livro se encerraria nesse ponto, pois as credenciais religiosas de Rabelais tinham sido verificadas e os argumentos de Lefranc refutados. O que ele fez, porém, foi ampliar ainda mais as suas investigações. Deixando para trás Rabelais, passou a discutir o que denominava impossibilidade do ateísmo no século XVI.(1997, p.40.).

Para Febvre, faltava a *ouillage mental* para exprimir um pensamento racional, a língua não dispunha de um vocabulário suficiente, faltando as noções de causalidade, síntese e de dedução; nem uma sintaxe adequada, as frases eram desordenadas, os tempos não concordavam.

Febvre não desconsiderou que o universo medieval foi abalado pelo renascimento, pelo desenvolvimento da imprensa e pela descoberta de novas terras. Contudo – ciências, a matemática, astronomia, a física, a medicina – não possuíam os instrumentos que lhes permitiriam constituir-se. Os sábios continuaram a ser os precursores isolados e ameaçados. Foi preciso esperar o século seguinte para que o *Discurso do Método* de René Descartes fornecesse o meio de anunciar o racionalismo ausente na ciência.

Em conclusão, a conceitualização da *ouillage mental*, foi muito importante para o estudo de Febvre, porque, seria impossível, na época de Rabelais existir o ateísmo:

Rabelais foi, no seu tempo, um espírito livre, foi um homem de inteligência robusta, de vigoroso bom senso e livre dos vários pré-juízos que tinham livre curso à sua volta. Creio-o. Quero-o. Mas digo, 'para o seu tempo'. O que implica que entre a sua liberdade de espírito e a nossa não há diferença de grau, mas de natureza. (1970, p.505.).

Ou ainda:

Pretender fazer do século XVI um século cético, um século libertino, um século racionalista e glorificá-lo como tal: é o pior dos erros e das ilusões. Pela vontade de seus melhores representantes foi, ao contrário, um século

inspirado. Um século que, acima de todas as coisas, procurava um reflexo divino.(Id., p.507.).

Se compararmos suas obras, primeiro sobre Lutero e depois sobre Rabelais, identificaremos especificidades entre os dois, no que concerne aos problemas e ao contexto que lhes deram origem:

Em Martin Lutero, um destino, se estabelece a relação entre o indivíduo e o grupo, as relações complexas entre a ação individual e as influências coletivas, enquanto que em O Problema da descrença no século XVI... não há mais dialética, nem interdependência e o indivíduo aparece somente como um expoente, um reflexo de sua época. (BIANCHI, apud CORDEIRO Júnior, 2000, p.279.).

Apesar das críticas realizadas, principalmente sobre Rabelais, a obra continua um referencial de inovação metodológica, e segundo Burke, “[...] o livro de Febvre permanece, contudo, exemplar pelas questões postas e pelos métodos empregados, mais do que pelas respostas oferecidas. É um exemplo notável da histórica como problema” (1997, p.42.).

Febvre procurou sempre analisar a importância do indivíduo e de sua concepção de mundo, no desenvolvimento da sociedade a que ele pertence. Para ele, as concepções do indivíduo são representativas para a sua época e o seu meio. Mas nesse ponto surge um problema, a questão da aplicabilidade de suas idéias, ou seja, saber se elas dominam ou não o pensamento de seus contemporâneos, como de certo modo ocorreu com Lutero, ou se tornaram, uma espécie de impulso para o futuro, mas não encontraram ressonância em sua própria época como foi o caso de Des Périers. Ainda sobre ser ou não ser esse impulso para o futuro, Febvre escreveu para o prefácio de seus *Combates pela história* em 1952:

Portanto, sozinho na arena, fiz o melhor que pude. Das coisas que fui capaz de dizer, ao longo de cinquenta anos, algumas que pareciam audaciosas quando as formulei pela primeira vez, caíram no domínio comum. Outras continuam a ser postas em questão. A sorte do pioneiro é ilusória, ou a sua geração lhe dá quase logo razão e absorve em um grande esforço colectivo o seu esforço isolado de investigador; ou ela lhe resiste e deixa à geração seguinte o encargo de fazer germinar a semente prematuramente lançada nos regos. Esta a razão por que o sucesso prolongado de certos livros surpreende o seu autor: é que eles não encontram o seu verdadeiro público senão dez, quinze anos após a publicação, e quando lhes chegaram os apoios de fora.(1989, p.09.).

1.3 – Estrasburgo e Marc Bloch.

Antes de explicarmos o contexto em que Lucien Febvre e Marc Bloch estiveram inseridos em Estrasburgo, falaremos um pouco da própria história dessa cidade, para que possamos compreender em toda a sua plenitude do porquê da formação desse importante centro acadêmico.

Estrasburgo foi uma das encruzilhadas históricas da Europa ocidental, pois estava situada na fronteira lingüística, política e religiosa entre a França e a Alemanha. Antes de ser conquistada por Luis XIV, no século XVII, a cidade foi palco de algumas das lutas mais importantes da Reforma, o que lhe deixou congregações católicas, luteranas e calvinistas que se juntaram a uma antiga comunidade judaica.

A Universidade de Estrasburgo foi fundada pelos protestantes em 1621, tolerada pelos Bourbons e abolida em 1793. Foi reconstruída por Napoleão em 1808 e incorporada no sistema estatal da educação superior francesa. Mesmo com algumas mudanças políticas e econômicas significativas, os habitantes mantiveram-se apegados, ao longo de quase todo o século XIX, à língua e aos costumes, criando dessa forma, uma cultura separada da região da Alsácia⁴².

O domínio alemão alterou as estruturas de Estrasburgo, já que, ao se mudarem para cidade, os alemães ligados ao Reich alteraram não apenas as leis, mas introduziram outro tipo de indústrias e principalmente, alteraram as instituições culturais da população local. Também se verificou um surto na construção civil, o que provocou a demolição de parte da antiga cidade. Os alemães construíram uma biblioteca, ao mesmo tempo municipal e universitária com mais meio milhão de títulos, que até a Primeira Guerra era considerada a maior do mundo⁴³.

Depois de tentarem convencer exaustivamente a população local da superioridade física e espiritual da Alemanha, as autoridades do Reich tentaram conquistar a lealdade da população sendo sensível à sua cultura. Contudo, para Christian Pfister, “Estrasburgo nunca chegou a ser alemã”(1957, p.570.). A partir desse momento, passou a haver a manutenção da identidade cultural de Estrasburgo, suas tradições religiosas, a sua escrita e principalmente suas tendências políticas.

⁴² As informações históricas sobre a Universidade de Estrasburgo, foram retiradas de um artigo de Christian Pfister, intitulado *L'Université de Strasbourg*, publicado na *Revue Politique et Littéraire* em 1957.

⁴³ Após a Primeira Grande Guerra, a biblioteca de Estrasburgo perdeu o seu posto de maior do mundo, para a biblioteca que fora formada em Harvard.

Com a entrada do exército francês a partir de 1918, em um período de quarenta anos, os franceses teriam novamente a soberania em Estrasburgo. A primeira instituição que “voltou” ao domínio francês foi a Kaiser Wilhelms Universitat Strassburg. Em dezembro de 1918, a Kaiser Wilhelms Universitat foi fechada por ordem das forças de ocupação francesas, os professores de origem alemã foram demitidos e, no mês seguinte, expulsos para o outro lado do Reno.

Foi nomeada uma comissão que trabalhou imediatamente na reestruturação da universidade que passou a ser francesa. Foi chamado um pequeno grupo de docentes alsacianos conservados da antiga universidade alemã e constituídos por professores selecionados ou cedidos por outras faculdades.

François Dosse escreveu sobre esse momento de mudança:

Ela deve mostrar aos alemães do que são capazes os pesquisadores franceses. Estrasburgo é, então, a segunda universidade, depois de Paris, pela importância de seus professores. Encontra-se ali, uma série de pesquisadores científicos de diferentes disciplinas, que colaborarão mais tarde nos Annales: o geógrafo Baulig, os sociólogos Maurice Halbwachs e Gabriel Le Bras, o psicólogo Charles Blondel, os historiadores André Piganiol, Charle-Edmond Perrin, Georges Lefebvre e, certamente Lucien Febvre e Marc Bloch.(2003, p.72.).

Nomeado professor na Universidade de Dijon desde 1912, Lucien Febvre se retirou do cargo para ir lutar na Primeira Grande Guerra. Ao retornar, como capitão, Febvre foi nomeado em 1919 para a cátedra de história moderna da Universidade de Estrasburgo; cargo que exerceu até a sua ida ao Collège de France em 1933.

Estrasburgo foi o lugar ideal para reunir os especialistas de diversas áreas. As reuniões, que ocorriam sempre no final da tarde de sábado, influenciaram diretamente o pensamento de Febvre e Bloch, e conseqüentemente, no plano interdisciplinar dos Annales.

Tais reuniões na Faculdade de Letras de Estrasburgo, iniciaram as suas atividades em janeiro de 1920. Originalmente eram colóquios informais no fim da tarde, nos institutos de Lingüística e de História da Religião. Quando o departamento de História se juntou às reuniões, iniciou-se uma rotação de três semanas, estabelecendo, dessa forma, uma padronização. Os membros do corpo docente apresentavam as suas pesquisas ou comentavam escritos da atualidade na sua área de trabalho, depois se seguiam perguntas e discussões sobre literatura, metodologia e teoria. Além dos professores de Estrasburgo, havia os professores convidados como Gustave Bloch e

Henri Pirenne. Por meio dessas reuniões interdisciplinares, Febvre teve um contato ainda maior com a psicologia e com a lingüística.

Portanto, a entrada de Lucien Febvre na Universidade de Estrasburgo, lhe deu completas condições para prosseguir em seus estudos interdisciplinares, mas sobretudo, foi em Estrasburgo que Lucien Febvre conheceu um “jovem” historiador, com o qual se uniria para mudar os paradigmas da disciplina histórica, seu nome: Marc Bloch.

Nascido em 6 de julho de 1886 em Lyon, Marc Leopold Benjamin Bloch foi profundamente influenciado por seu pai, Gustave Bloch⁴⁴, na escolha de sua temática, abordando a Idade Média. Bloch cresceu em um período complicado para a intelectualidade francesa, pois foram os anos do famoso caso Dreyfus. O próprio Marc Bloch se considerava o último dessa geração: “Colocávamo-nos, meus colegas e eu, na ponta do que se pode chamar, creio na geração do caso Dreyfus. A experiência da vida não desmentiu essa impressão”.(2001, p.152.).

O caso Dreyfus foi crucial na vida de Marc Bloch, uma vez que, já que fez com que o jovem historiador não tivesse ilusão em relação ao Exército. Tinha oito anos quando Dreyfus foi preso por alta traição, contava com doze anos quando Émile Zola publicou seu explosivo artigo *J'accuse*. Em 1906, Marc Bloch estava com vinte anos, quando a pena de Dreyfus foi revista⁴⁵.

Segundo Carole Fink: “O caso Dreyfus fizera-o formar uma imagem negativa do elitismo, anti-semitismo e anti-republicanismo, do sistema educativo tacanho e da forma ciosa como protegiam a sua autonomia em relação aos setores político e judicial do Estado”. (1995, p.22.).

Um exemplo claro de como o caso Dreyfus influenciou Bloch de maneira decisiva foi uma palestra intitulada: “*Critique historique et critique du témoignage*”

⁴⁴ Gustave Bloch foi um proeminente historiador da administração romana, que em 1884 defendeu a sua tese de doutoramento sobre as origens do Senado romano na Sorbonne. Foi nomeado professor de história antiga na École Normale Supérieure, iniciando suas funções oficialmente em 1º de janeiro de 1888. Onze anos depois, ganhou a Legião de Honra pelos serviços prestados a essa escola. Em 1904, quando o Ministério da Educação fundiu a École Normale com a Universidade de Paris, abolindo, desse modo, o quadro de professores, Gustave Bloch recebeu a cátedra de história antiga da Sorbonne, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1919.

Direto, não dado a dogmatismo, preciso e franco, nas aulas dava a oportunidade dos estudantes seguirem seu raciocínio; vários, correspondendo ao seu estímulo, passavam a estudar a história antiga. Sua lendária brutalidade nas apresentações dos estudantes menos preparados era contrabalanceada pela calorosa afeição que dava aos seus discípulos. “Cidadão dedicado”, empenhou-se na reforma educacional e na justiça. Trabalhou para melhorar as práticas pedagógicas da École Normale. Mais tarde se uniu aos dreyfusards e a Legue des Droit de l’Homme.

Segundo Lucien Febvre, “este homem baixo, robusto, moreno e barbudo é senhor de um espírito notavelmente seguro e vigoroso, realçado por uma expressão firme e correta. (Febvre. 1947. p.171-172).

⁴⁵ Michel Winock em sua obra “O século dos intelectuais”, tratou do caso Dreyfus na primeira parte do livro: *Os anos Barrés*.

proferida em 14 de julho de 1914, quando Bloch realizou um discurso contra os documentos forjados e os historiadores plagiadores. No caso dos documentos forjados, Bloch fez uma referência direta ao caso Dreyfus, “[...], falsificações, na árvore genealógica, do caso Dreyfus, parece (e só quis citar alguns exemplos) que estamos vendo uma disseminação de colônias microbianas. A fraude, por natureza, engendra a fraude”.(2001, p.101.).

O caso Dreyfus ainda ajudou Bloch a compreender “as falsas notícias” ou os falsos boatos, por esse motivo Bloch advertiu seus alunos em 1914:

O indivíduo consciente que se apercebe da raridade de um testemunho exacto está menos sujeito do que o desinformado a acusar um amigo equivoocado de mentir. E quando um dia tomardes o vosso lugar na arena pública, em qualquer grande debate, seja para analisar um processo julgado à pressa quer para votar em um homem ou uma ideia, nunca deveis esquecer o método crítico. É um dos caminhos que conduzem à verdade. (Apud FINK, Carole. 1995, p.23.).

Bloch serviu no exército francês na Primeira Grande Guerra. Foi ferido, condecorado e, assim como Lucien Febvre, tornou-se capitão. Nomeado para a Universidade de Estrasburgo em 1919, defendeu a sua tese de doutoramento intitulada *Rois et serfs: un chapitre d'histoire capétienne*, no qual tratou da política de libertação dos capetíngios no início do século XIV. Uma grande frustração foi ter a sua candidatura ao Collège de France negada por duas vezes. Esse fato foi amenizado em 1936, quando foi nomeado para a cadeira de história econômica na Sorbonne, sucedendo Henri Hauser⁴⁶.

Pediu para ser mobilizado em 1939, assistiu ao desastre e às tragédias que foi a derrota francesa para a Alemanha, “[...] uma experiência amarga que ele tentou, logo em seguida, analisar, num ensaio de história imediata, *L'étrange défaite*”.(BURGUIÈRE, Andre. 1993, p.104-105.). Expulso de seu cargo pelas leis antisemitas de Vichy, retirou-se para o sul, aderindo ao movimento de resistência à ocupação nazista. Mergulhou na clandestinidade em 1943. Preso em Lyon, torturado na prisão de Montluc, foi morto pelos alemães em junho de 1944.

Segundo os relatórios “Lombard”, depois da prisão, Bloch foi levado para a sede da Gestapo onde foi torturado com banhos de água a ferver ou gelada, além de sofrer espancamentos e sovas de paus. Depois da segunda sessão de interrogatórios e tortura,

⁴⁶ Henri Hauser (1866-1946), foi professor de história econômica na Sorbonne de 1919 a 1936.

passou quatro semanas na enfermaria, afetado por uma forte pneumonia dupla e contusões sérias⁴⁷.

A menos de dois quilômetros do centro de Lyon, foi encarcerado numa fortaleza militar do século XIX. Para escapar do ambiente que o cercava, voltou a assumir o papel de professor ensinando história francesa e explicando as diferentes formas de organização de terras a um jovem resistente.

À medida que aproximava a invasão dos aliados, os alemães começaram a preparar a sua retirada, dispondo dos presos, que eram cada vez maiores. Alguns foram deportados para os campos de concentração, mas em junho, houve uma série de transportes noturnos para locais isolados nos subúrbios de Lyon, para evitar as retaliações das forças da Resistência.

Na noite de 16 de junho, por volta das oito horas da noite, vinte e oito presos de Montluc foram reunidos, algemados em dupla e levados ao caminhão aberto. Foram conduzidos até a Place Bellecour, esperaram no veículo durante aproximadamente vinte minutos; após esse tempo, foram reconduzidos para próximo ao vilarejo de Saint Didier de Formans, num local chamado La Rossille. Ali, os alemães mandaram que quatro presos descessem do caminhão, libertaram-lhes as mãos e conduziram-lhes para a entrada do campo. Passaram-se alguns segundos e escutou-se o som das metralhadoras. Dessa forma, morreram os vinte e oito prisioneiros. Não houve gritos de súplica, algumas das vítimas gritaram “Vive la France!” ou “Adieu ma femme!”⁴⁸

Segundo o testemunho de Georges Altman, Marc Bloch estava no primeiro grupo que foi executado e confortou até o último instante, um jovem assustado, assegurando-lhe que as balas não causariam dor. Ainda segundo Altman, foi a primeira vítima a tombar gritando “Vive la France!”⁴⁹.

Apesar de seu brutal desaparecimento em 1944, Marc Bloch nos legou uma série de importantes estudos, contudo o mais original foi *Les Rois thaumaturges* de 1924, com a qual, Bloch iniciou um novo paradigma nos estudos histórico.

⁴⁷ Relatório de Lombard ; entrevista a Jean Bloch Michel; Jean Gay a Etienne Bloch, 30 de março de 1983.

⁴⁸ Este trecho que conta os últimos momentos desses vinte e oito bravos franceses foi retirado do testemunho dado a Étienne Bloch por Charles Perrin, um dos dois sobreviventes das execuções de 16 de junho.

⁴⁹ Esse depoimento de Georges Altman (segundo sobrevivente da noite de 16 de junho de 1944) está em uma nota de rodapé em FINK, Carole. Marc Bloch: uma vida para a história.p.324.

Estudo original e interdisciplinar, no qual Bloch reconheceu a sua dívida com uma disciplina externa das ciências humanas, a medicina:

Sem dúvida, eu jamais teria tido a idéia dessas pesquisas sem a estreita comunhão intelectual que desde longa data vivi com meu irmão; médico e apaixonado por seu ofício, ajudou-me a refletir sobre o caso dos reis-médicos; atraído pela etnografia comparada e pela psicologia religiosa por um gosto singularmente vivo (no imenso domínio que sua infatigável curiosidade percorria com facilidade, esses eram os terrenos de sua predileção), ajudou-me a entender a importância dos grandes problemas que levanto aqui. (1993, p.40.).

Em *Os Reis Taumaturgos*, Bloch analisou a

[...] crença, muito difundida na Inglaterra e na França, da Idade Média até o século XVIII, de que os reis tinham o poder de curar os doentes de escrófulas, uma doença da pele conhecida como o “mal dos reis”, através do toque real, que se fazia acompanhar de um ritual com essa finalidade. (BURKE. 1997, p.28.).

Nesse livro Bloch, inseriu uma série de novas problemáticas a disciplina histórica, entre elas, o início da utilização de uma análise baseada na longa duração, que foi sistematizada anos depois por Fernand Braudel; a utilização de um estudo baseado numa antropologia histórica, e, por último, a realização de uma nova história política, que segundo Jacques Le Goff foi:

A busca de uma história do poder na qual este não seja nem separado de suas bases rituais nem privado de suas imagens e de suas representações. Atrevo-me a dizer que, para compreender a realeza taumatúrgica da sociedade feudal na França e na Inglaterra, é necessário introduzir no modo de produção feudal a produção do simbólico.

A mensagem de Marc Bloch para o amanhã é o apelo ao retorno da história política, mas uma história política renovada, uma *antropologia política histórica* de que *Os reis taumaturgos* serão o primeiro e sempre jovem modelo. (LE GOFF, Jacques, prefácio de BLOCH, 1993, p.36-37.).

O relacionamento de Lucien Febvre e Marc Bloch foi marcado por uma grande amizade, como podemos observar na “guisa de introdução” escrita por Marc Bloch:

Caso um dia este livro seja publicado; se de simples antídoto, ao qual, entre as piores dores e piores angústias, pessoais e coletivas, peço neste momento um pouco de paz de espírito, tornar-se para sempre um verdadeiro livro, oferecido para ser lido: um outro nome que não o seu, caro amigo, será então inscrito na folha de rosto. Você sabe disso, era preciso este nome neste lugar: única evocação permitida a uma ternura demasiado profunda e sagrada para ser mencionada. Entretanto como iria resignar-me a vê-lo surgir apenas ao acaso de algumas referências (muito pouco numerosas de resto)? Combatemos longamente, em conjunto, por uma história maior e mais

humana. A tarefa comum, no momento em que escrevo, decerto sofre ameaças. Não por nossa culpa. Somos os vencidos provisórios de um injusto destino. Tempo virá, estou certo, em que a nossa colaboração poderá verdadeiramente ser retomada: pública, como no passado, e, como no passado livre. Por ora, é nestas páginas, todas repletas de sua presença, que, de minha parte, ela prosseguirá. Manterá com isso o ritmo, que foi sempre o seu, de um acordo fundamental, vivificado, na superfície, pelo proveitoso jogo de nossas afetuosas discussões. Entre as idéias que proponho sustentar, mais de uma, seguramente, vem diretamente de você. Muitas outras, não saberia decidir em toda a consciência se são suas, minhas, ou de nós ambos. Você aprovará, gabo-me disso, muitas vezes. Em outras me repreenderá. E tudo isso criará entre nós um vínculo a mais. (2001, p.39.).

Notamos também, que houve a reciprocidade por parte de Lucien Febvre:

Estou certo de que me aprovará, disso me vanglorio frequentemente. Irá repreender-me algumas vezes. E tudo isto criará entre nós mais um laço”. Assim terminam as preciosas linhas que Marc Bloch escreveu em minha intenção “em jeito de dedicatória”, sobre a primeira página do seu manuscrito. De facto, eu aprovo sem reserva! E se Bloch estivesse diante de mim, como tantas vezes, com um ar curioso e divertido – eu não o “repreenderia”. Agradecer-lhe-ia, simplesmente, por tão bem ter traduzido pensamentos que nos foram comuns durante tanto tempo e a respeito dos quais ele escrevia que, para ser honesto, muitas vezes não poderia decidir “se são dele, de mim ou de ambos. (1989, p.248.).

Nas páginas a seguir, pretendemos analisar essa amizade, que colaborou diretamente para o pensamento de ambos os historiadores. Suas diferenças de estudos e de visão de mundo, o que os uniu e os separou, mas, principalmente, como Febvre viu a amizade de Marc Bloch e como isso o influenciou em suas aulas no Collège de France.

As origens dos dois historiadores se refletiam em muito em suas concepções de história. Lucien Febvre partiu de uma posição, de um meio, no qual Jean Jaurès foi muito importante. Por esse motivo, sustentara, na primeira década do século passado, posições de certo socialismo meio proudhonista e meio jauresiano, para avançar em suas críticas às versões do materialismo histórico difundidos naquele período na França⁵⁰.

Reconquistando progressivamente o reconhecimento institucional no período entre as duas guerras, Febvre foi abandonando o radicalismo político que permeou a sua juventude, passando a ter preocupações mais institucionais, para manter, mesmo no período da ocupação nazista, uma revista que ainda mostrasse a originalidade intelectual francesa.

⁵⁰ Apesar desta constatação, não conseguimos ter acesso a nenhuma obra ou artigo de Lucien Febvre que mostre a sua fase socialista ou mesmo anarquista.

Marc Bloch percorreu o caminho inverso de Febvre. Bloch traçou um itinerário que, ao introduzir a história econômica como um de seus temas centrais de estudo, aproximou-se das idéias marxistas. O próprio Bloch confessou a sua admiração por Marx: “Eu pessoalmente tenho pela obra de Karl Marx, a admiração mais viva”. (1946, p.96.).

Aos poucos a sua postura política foi radicalizando-se, muito devido à sua condição de judeu perseguido pelo regime nazista, até o ponto de participar da resistência francesa.

No campo intelectual, ao contrário de Bloch, para Febvre havia duas categorias basilares da história: a civilização e a cultura.

A civilização materializou a unidade dos diferentes aspectos da vida material e espiritual do homem. A cultura forma certa esfera invisível, além de cujos limites os homens que a ela pertencem não são capazes de ir. Eles não têm consciência nem sentem essas limitações, uma vez que estão dentro de uma dada esfera mental e cultural.

Subjetivamente eles são livres, objetivamente subordinam-se a ela. Essa subordinação não é total, nem absoluta, pois, ao permanecer nos limites de uma esfera cultural, o homem ainda assim muda gradualmente de mentalidade e de comportamento. Por isso, Febvre apresenta o conceito de *ouillage mental*.

Se para Bloch a categoria central da investigação histórica foi a sociedade, para Febvre é a de civilização. Febvre concentra a atenção exclusiva na vida mental, na cultura, e antes de tudo, na psicologia dos homens. Fatores geonaturais e materiais interessavam vivamente na medida em que influenciam a percepção de mundo circundante pelos homens, tendendo a apreciar esses fatores materiais – a riqueza, o trabalho e outros fenômenos da vida econômica – como fenômenos psicológicos, como fatos de crenças e convicções.

No centro dos interesses de Marc Bloch encontramos a estrutura social; as relações de classes que ele estuda de modo minucioso e profundo. A diferença entre Bloch e Febvre é a diferença entre um historiador social estudioso da economia e da sociedade, por um lado, e um historiador da cultura, das idéias, da psicologia, por outro.

Apesar dessas diferenças, tanto Lucien Febvre quanto Marc Bloch permaneceram partidários de uma história antropocêntrica, na qual o Homem seria o único objeto de seus trabalhos.

Esse Homem, no entanto, não é o mesmo da escola metódica, que privilegiava os grandes, os mais altos responsáveis do Estado; trata-se aqui, mais do homem dos trabalhos e dos dias, do homem médio. Mas apesar desse deslocamento espacial, a história continua a ser a história humana, não há história a não ser a do homem.

O Homem permaneceu no centro do discurso dos Annales, é o objeto da história. O Homem dos Annales é o homem médio, não o homem eterno, não a natureza humana, mas o homem social percebido no meio da sociedade. Esse tema retorna constantemente nas palavras dos dois diretores dos Annales.

Outro ponto de união entre Bloch e Febvre será a realização da história das mentalidades. Cada um traçou seu próprio caminho, Febvre com a psicologia e Bloch auxiliado pela antropologia histórica, Apesar de linhas diferentes, esse novo enfoque permitiu a Febvre um avanço no estudo da psicologia histórica.

Lucien Febvre terá como grande inspiradora a psicologia, já Marc Bloch terá sua inspiração principal menos na psicologia e mais na etnologia e na sociologia, tendo um grande interesse pelos ritos e pelos mitos.

O prematuro desaparecimento de Bloch, marcou profundamente Lucien Febvre. Para Carole Fink:

Lucien Febvre, que soubera da detenção de Bloch através de um colega comum, divulgou discretamente a notícia em Paris. A princípio, esperou que Bloch tivesse sido deportado para a Alemanha, mas Febvre foi um dos primeiros a saber, através de outro contacto de confiança, das execuções de Saint Didier. Lyon foi finalmente libertada, a 3 de setembro de 1944, pelos americanos, pelos Franceses Livres e as forças da Resistência. Pouco depois, Febvre fez uma melancólica viagem solitária à cidade para recolher informações acerca do amigo desaparecido.(1995, p.325-326).

A morte de Marc Bloch foi utilizada, mesmo que de forma velada, como um dos pontos de partida para seus cursos nos anos de 1945 a 1947 no Collège de France, que trataram justamente sobre os sentimentos tão caros a Marc Bloch: a honra e a pátria.

1.4 – Les Annales d’Histoire Économique et Sociale.

A partir de 1929 os Annales não deixaram de aparecer. Quaisquer que fossem as calamidades que se abatiam sobre a França e sobre o mundo, não abandonaram, nem um ano, a sua dupla tarefa de ciência e educação. Os Annales continuam. Num clima novo, com fórmulas novas. E um título novo.(FEBVRE, 1989, p.42.).

Assistimos no início do século passado a uma grande mudança no domínio científico. O surgimento e o fortalecimento das disciplinas como a sociologia, demografia, antropologia, etnologia provocaram uma mudança nas análises das ciências humanas. A interdisciplinalidade se traduziu no surgimento de ciências compostas que uniram duas ou mais disciplinas como a história sociológica, a antropologia histórica e a psicologia histórica. “Essa interdisciplinalidade chegou a dar nascimento a ciências que transgridem as fronteiras entre ciências humanas e ciências da natureza ou biológicas: matemática social, etnopsiquiatria, sociobiologia, etc”.(LE GOFF, Jacques, 2005, p.32.).

Em um campo profundamente renovado, a disciplina histórica também sofreu mudanças. Como Jacques Le Goff escreveu, “há uma história nova”. O grande pioneiro dessa reformulação não foi um historiador, e sim um filósofo que pretendia utilizar as várias disciplinas para “mudar” os estudos históricos, seu nome: Henri Berr.

Recusando a fragmentação do real, para a qual tendiam os métodos positivistas, Henri Berr fez da história a ciência das ciências que progridem devido à psicologia histórica. Essa reflexão foi definitivamente aplicada em sua obra *La synthèse en histoire, essai critique et théorique* de 1910. Contra essa análise histórica morta e estritamente empírica, Henri Berr foi o primeiro estudioso a propor um estudo interdisciplinar, segundo o próprio Berr:

Foi praxe, até agora, celebrar os progressos realizados pelos estudos históricos desde o começo do século XIX. Convencionou-se que o século XIX, foi o “século da história”. Mas o progresso da própria história suscitou problemas que ainda não foram resolvidos. As ciências naturais criaram métodos precisos e eficazes; apóiam-se mutuamente e os resultados combinam-se em sínteses que tomam um caráter cada vez mais positivo. As ciências históricas estão longe desse avanço. Seu estado precário, seu empirismo e sua incoerência têm chocado freqüentemente os pensamentos – historiadores ou filósofos – que têm procurado remediar esse mal. E por força do próprio ardor com que têm sido cultivadas, do enorme espaço que ocupam nos livros do ensino, manifestam-se decepções e eis que contra elas se desenha um movimento de crítica bastante confuso, e que ultrapassa os limites razoáveis.(1946, p.05.).

Nesse programa de revitalização da disciplina histórica, Berr teve um papel fundamental, pois influenciou Lucien Febvre com o programa de estudos interdisciplinares. Segundo Peter Burke, o ideal de Berr, de uma psicologia histórica

construída por meio da cooperação interdisciplinar, teve grande ressonância em dois jovens que escreveram para a sua revista, Lucien Febvre e Marc Bloch.

Para Dumoulin:

[...] o pensamento de Henri Berr vale sobretudo pelo espírito novo que insuflou nos estudos históricos, então mergulhados em pleno positivismo; sua influência sobre Lucien Febvre e Marc Bloch foi considerável. Rompendo as barreiras entre disciplinas, preocupado em situar a história na encruzilhada das ciências humanas, Henri Berr preparou o caminho para os *Annales*, mesmo lhe faltando um método verdadeiramente histórico. (1993, p.95).

Contudo, não foi apenas Henri Berr que influenciou esses jovens historiadores, a geografia exerceu um papel importante também, já que foi a primeira disciplina das ciências humanas a ter sido revitalizada graças ao desenvolvimento da geografia humana, da qual, Vidal de La Blache foi o seu grande promotor. A influência desse geógrafo foi decisiva, para Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel.

Somando-se a participação de Berr e sua síntese em história à geografia humana, obtivemos dois dos principais pressupostos dos *Annales*: a interdisciplinaridade e a recuperação da história do homem, dos pequenos homens e não das grandes personalidades e dos grandes acontecimentos.

Essa história dita positivista, que Lucien Febvre e Marc Bloch combateram, praticamente não foi influenciada pela doutrina de Auguste Comte, embora sua denominação reflita a importância dada por seus defensores conferiam ao termo ciência positiva. A grande ambição científica foi o seu traço distintivo. Essa história positivista foi sistematizada em um manual escrito por Charles Seignobos e por Charles V. Langlois, intitulado *Introduction aux études historiques* de 1898.

Nesse grande manual sobre a história positivista, Seignobos e Langlois estabeleciam que a história dispunha de um armazenamento limitado de documentos e que a tarefa do historiador seria procurar e recolher esses documentos. Estando estes documentos salvos, eles deveriam ser registrados e catalogados, sendo proveitoso submetê-los a uma série de operações analíticas.

O primeiro tratamento seria o da crítica externa, durante o qual, dever-se-ia encontrar a fonte. Em seguida, verificar essa fonte para perceber se se trata de um original, de uma cópia ou de uma falsificação e finalmente marcar os pontos de referência, assinalar os parceiros, indicar a data e o lugar. A análise do texto deveria conduzir à produção de uma ficha sobre o documento, com uma classificação a critério do historiador.

O segundo tratamento, a crítica interna do documento, conteria as precisões fornecidas pela crítica de erudição, e completaria o trabalho resumindo os dados importantes inscritos no documento. Necessário, ainda, efetuar a análise de conteúdo e a crítica positiva de interpretação para certificar-se o que o autor quis dizer. Depois dessa análise de conteúdo, far-se-ia realizada a análise das condições em que o documento foi produzido e a crítica necessária para controlar as afirmações do autor.

Após a realização das críticas analíticas, ainda era necessário que se fizesse as operações sintéticas, na qual, a primeira fase consistia em comparar vários documentos para estabelecer um fato particular; Numa segunda fase, seria feito o reagrupamento das ações dos indivíduos isoladamente em quadros gerais, e num terceiro momento manejar-se-ia o raciocínio, quer por dedução, quer por analogia, para ligar os fatos entre si e para preencher as lacunas da documentação.

Um grande exemplo dessa historiografia positivista pode ser observado na obra de Charles Seignobos, *História sincera da França*, em um trecho da introdução no qual o autor escreve:

Na esmagadora massa dos factos conhecidos, foi-me necessário escolher e conseqüentemente sacrificar. Tomei por princípio conservar aqueles que me pareceram os mais característicos da vida da nação, ou mais importantes pelas suas conseqüências. Nenhuma regra, porem, permite apreciar com segurança, quer pela importância de um facto, quer seu valor de exemplo; a escolha fica, portanto, exposta à censura do arbitrário.

Como a minha intenção era de retrazar o conjunto da evolução do povo de França desde as mais remotas origens, pareceu-me necessário tratar de todos os períodos da sua historia e todos os aspectos da sua vida. A fim de determinar, porem, as proporções a dar a cada período e a cada espécie de factos, não dispuz de outro guia alem do meu julgamento pessoal; o partido que tomei em cada caso fica, pois, sujeito a contestações. (1938, p.VIII).

Contudo, uma guerra de consolidação de disciplinas estava sendo travada na França no início do século XX. Com um prestígio maior, a disciplina histórica começou a ser contestada pela jovem sociologia ligada a Émile Durkheim. Embora em um curto espaço de tempo a sociologia tenha ultrapassado a história em prestígio na França, ela foi incapaz de continuar essa guerra contra as outras disciplinas (geografia e letras), e isolou-se na École Pratique des Hautes Études, até o ano de 1924, quando criou o Instituto francês de sociologia.

Nesse combate contra as outras disciplinas os sociólogos deram um importante exemplo para Febvre e Bloch, pois no lugar das rupturas, os pais fundadores dos *Annales* aprenderam com o erro da escola durkheimiana e englobaram o maior número possível de aliados.

Porém, não foi apenas o fator de união com as outras disciplinas que Bloch e Febvre tomaram como lição da sociologia, porque em 1903 foi publicado na *Revue de synthèse historique* o artigo explosivo de François Simiand intitulado: *Método histórico e Ciências Sociais*, no qual se criticava a obra de Charles Seignobos *Méthode historique applliquée aux sciences sociales* publicada em 1901.

Segundo François Dosse:

O artigo integra-se no conjunto da ofensiva global dirigida pela sociologia, que intima aos historiadores se renderem aos argumentos dela, a se submeterem à sua problemática e a se tornarem coletores empíricos dos materiais interpretáveis pela única ciência social com vocação nomológica⁵¹, a sociologia. (2003, p.45.).

Nesse artigo, Simiand afirma que os historiadores deveriam “[...] renunciar a um certo número de hábitos precisos e, sem dúvida, condenados, que, segundo a metáfora de Bacon, seriam os ‘ídolos da tribo dos historiadores’ e começar, de imediato, uma luta tenaz contra eles”.(2003, p.110.).

Simiand então analisa os três “ídolos da tribo dos historiadores”. O primeiro, o ídolo político,

[...] o estudo predominantemente dos fatos políticos, ou, pelo menos, a preocupação permanente com a história política, das guerras, etc., a ponto de conferir a estes acontecimentos uma importância exagerada. Como o contingente tem, talvez, um peso relevante nesta categoria de fatos, a história política retarda a aceitação da atitude científica, dificultando a eliminação metódica das influências contingentes, o estabelecimento de regularidades e de leis. Os fatos políticos não devem ser ignorados, mas é fundamental que percam o lugar eminente, injustificado que conservam, até mesmo, nos outros ramos da história. (Id., p.111-112.).

O segundo ídolo definido por Simiand foi o ídolo individual,

[...] o hábito inveterado de conceber a história como história de indivíduos e não como estudo dos fatos – o que conduz a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, no lugar de ordená-los em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida. (Id., p.113.).

E por último, Simiand definiu como sendo o terceiro ídolo da história – o ídolo cronológico ou,

⁵¹ Estudo das leis que presidem aos fenômenos naturais.

[...] o hábito de perder-se nos estudos das origens, nas investigações das diversidades particulares, no lugar de estudar e de compreender primeiro o tipo normal, pesquisando-o e determinando-o na sociedade e na época em que se encontra [...] Consiste, em suma, na consideração de todos os fatos e de todos os momentos como indiferentemente dignos de estudo e suscetíveis de um mesmo estudo, não percebendo que tal período é mais importante que outro, que este fenômeno crucial merece um estudo aprofundado, que repetições sem interesse de um tipo conhecido originam a matéria estéril e inútil para a pesquisa. (Id., p.113-114.).

Ernest Lavisse é outro autor importante na formação dos pais fundadores. Filho de um ex-ajudante de tabelião, Lavisse tornou-se professor em Nancy. Entretanto, em 1868, Victor Duruy, o então ministro da Instrução Pública, convocou-o para ser o seu secretário e o recomendou a Napoleão III. Com a derrota de Napoleão III em 1870, concordou com os vencedores e partiu para a Prússia, onde elaborou suas teses, que defendeu em 1875. O doutorado permitiu que ingressasse em 1880 na Sorbonne .

Educador nato, lutou para reformar o ensino em suas duas extremidades, no alto a Universidade e na base a escola primária. Dirigiu a publicação de diversos materiais didáticos até que, em 1884, escreveu o seu manual *Le petit Lavisse*, que no ano seguinte já estava na sua 75ª edição.

Para Lavisse, todos os historiadores tinham o mesmo objetivo que o poder do Estado, reunir os franceses em torno da pátria, que se tornou a base do consenso nacional diante da Alemanha. Segundo François Dosse:

A história, segundo Ernest Lavisse, é um apelo, um antegozo da mobilização geral. O soldado de Verdun se sentirá digno herdeiro do combate de Vercingétorix. A história deve fortificar um estado de espírito guerreiro, resgatar alguns simples traços constitutivos do orgulho nacional. (2003, p.64).

Ainda de acordo com Dosse, Lavisse,

Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais, se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalha por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos de nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livres; se ele não se tornar o cidadão compenetrado de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido seu tempo. (Ib., p.64.).

Lavisse reprovava o isolamento do intelectual porque, segundo ele, quem quer que detenha uma força moral tem o dever de transmiti-la, e a responsabilidade do

historiador é, sob esse aspecto, de uma gravidade particular, porquanto o ensino histórico tinha o dever de fazer o aluno amar e fazer compreender a pátria.

Com todas essas influências, de Henri Berr, da geografia vidaliana, da sociologia de Émile Durkheim, do texto de Simiand e, por último, o combate contra a história positivista, no dia 15 de janeiro de 1929 em Estrasburgo foi lançada o primeiro número da revista dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale* sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch, concretizando desse modo, um antigo sonho de Lucien Febvre de criar uma revista internacional de história econômica.

Em seu primeiro número, a revista dos *Annales* contou com a participação de Gustave Glotz⁵², Henri Pirenne⁵³, M. Baumont⁵⁴, Jules Bloch⁵⁵, Maurice Halbwachs, A. Demangeon, Georges Lefebvre⁵⁶, além dos diretores, Marc Bloch e Lucien Febvre.

Porém, de todos os nomes que escreveram para o primeiro número da revista, o mais importante deles foi o do belga Henri Pirenne, considerado, tanto por Lucien Febvre quanto por Marc Bloch um pioneiro nos estudos históricos, principalmente depois da publicação de sua tese sobre Maomé e Carlos Magno.

Nascido em Verviers, oriundo de uma família de industriais, Pirenne estudou história na Universidade de Liège e complementou sua formação em Paris. Em 1885, foi encarregado de lecionar em Liège, o curso de diplomacia e paleografia. Em 1886, foi para Gand⁵⁷, onde ensinou a história da Idade Média. Deixou essa Universidade em 1930, quando foi transformada em instituição flamenga e terminou a carreira na Universidade de Bruxelas em 1935, ano de seu falecimento.

Durante toda a sua carreira, Pirenne teve três grandes traços. A preocupação crítica, pois ele almejava construir testemunhos devidamente ponderados, com a ajuda das ciências auxiliares. Isso o levou, no início de sua atividade científica, a edições de documentos. Acentuou os homens no concreto, não foi um erudito de gabinete e sempre se interessou pelos fenômenos coletivos e econômicos, “[...] em que ele via as molas da

⁵² Gustave Glotz (1862-1935) – especialista em Grécia antiga, sucedeu a Paul Guirad como professor de história da Grécia na Sorbonne em 1904. Entre suas obras podemos destacar *A cidade grega*.

⁵³ Henri Pirenne (1862-1935) – historiador belga que tem uma vasta obra, entre elas *Les Villes en Moyen Age, Mahomet et Charlemagne* entre outras.

⁵⁴ Maurice Baumont (1892-1981) – historiador francês especialista em história da Alemanha. Foi professor do Institut de hautes études internationales.

⁵⁵ Jules Bloch (1880-1953) – especialista em história da Índia, foi nomeado para o Collège de France em 1937.

⁵⁶ George Lefebvre (1874-1959) – renovou a história da Revolução francesa, colocando em evidência o caráter específico e a autonomia do movimento camponês. Entre várias obras, destacamos *Le grand peur de 1789*.

⁵⁷ Cidade belga da província da Flandres Oriental.

evolução, em lugar da ação dos heróis e das idéias e apetites políticos”. (GENICOT, 1993, p.598.).

O gosto pela síntese, os vastos panoramas e as explicações universais foram uma marca importante em sua obra, como podemos notar no prólogo de *História econômica e social da Idade Média*:

Procurei nesta obra, expor ao publico o caráter e o movimento geral da evolução social e econômica da Europa Ocidental, desde os fins do Império Romano até meados do século XV. Esforcei-me por considerar esta vasta extensão como um todo único, cujas partes, embora diferentes, estão em constante comunicação umas com as outras; isto é, adotei um ponto de vista internacional, procurando, antes de tudo, determinar o caráter essencial do fenômeno que descrevia, dando menos importância às formas particulares que assumiu, não só em diferentes países, mas também em partes diversas do mesmo país. Com tal objetivo, tive naturalmente, que dar preferência aos países onde a atividade econômica se desenvolveu mais rápida e completamente durante a Idade Média, tais como a Itália e os Países Baixos, cuja influência, direta ou indireta, no resto da Europa, pode-se descrever com frequência. (PIRENNE, 1973, p.05).

Alguns críticos atacaram justamente os panoramas vastos de Pirenne, suas teorias foram contestadas, como o caso de Maomé e Carlos Magno, e são consideradas hoje ultrapassadas. Apesar disso, Pirenne estimulou muitos jovens historiadores a suscitarem novos problemas, integrando a explicação histórica às massas e à economia, abrindo caminho para uma renovação na disciplina histórica.

A importância de Pirenne para os fundadores dos Annales foi fundamental pois, tanto Febvre quanto Bloch, tiveram em Pirenne o grande mestre:

Foi um apoio e uma grande segurança para mim, o descobrir, a partir de 1910, ao mergulhar no pequeno volume da coleção Flammarion, As antigas democracias dos Países Baixos, depois nos primeiros tomos da História da Bélgica, à espera que surgissem as esplêndidas memórias que foram o seu canto do cisne (Períodos da história social do capitalismo, 1914; Maomé e Carlos Magno, 1922; Merovíngios e Carolíngios, 1923; enfim em 1927, essa jóia que é o livrinho sobre As cidades da Idade Média), foi primeiro uma segurança, pouco depois uma alegria pessoal, saber que um homem forte percorria, com um passo igual e dominador os campos da história da Bélgica amiga: Henri Pirenne. (FEBVRE, 1989, p.09-10.).

O primeiro encontro entre Henri Pirenne e Marc Bloch e Lucien Febvre foi no dia 1º de maio de 1920. Essa estreita relação entre os três historiadores foi mantida até o ano da morte de Pirenne em 1935. Nessa ocasião, os fundadores dos Annales reconheceram a sua enorme dívida com Pirenne:

24 de outubro de 1935, na pequena casa nos arredores de Bruxelas [...] Henri Pirenne morreu. Ele tinha 73 anos. O seu desaparecimento, ainda que prematuro para os Annales e seus diretores, nos força a utilização de um termo, uma família em luto [...] Pirenne foi para nós, muito mais que um conselheiro e um fiador, a divindade tutelar que nos deu nos momentos difíceis, a força e a coragem para combater e que nos devolveia, nas horas de hesitação, a fé. (FEBVRE, 1935, p.529.).

Entre os anos de 1929 e 1934, o combate dos Annales foi contra a história política, sobretudo, a história política sob sua forma diplomática, representado pelo livro *A história diplomática da Europa (1871-1914)*. Essa história política, simbiose de história narrativa e uma história dos acontecimentos, foi repensada por Lucien Febvre em 1931, interrogando-se sob o título de *Contra a história diplomática em si: história ou política?*

A história diplomática da Europa (1871-1914), que um grupo de qualificados historiadores franceses publicou, há já algum tempo, nas Presses Universitaires (1929), sob a direcção de Henri Hauser, não cai directamente sob jurisdição de uma Revista como a nossa. No entanto, não assinalar um tão cómodo instrumento de trabalho, seria cometer uma forma de injustiça – e, mais ainda, renunciar a pôr uma questão que não parecerá totalmente desprovida de interesses.

Tem-se a impressão, ao abrir o livro, que Henri Hauser, autor judicioso de tantos estudos de história económica, está, pessoalmente longe de se esquecer de que uma nova diplomacia substituiu progressivamente “a política dos Tribunais e dos Gabinetes” (...) Eles, entrincheirados por detrás de um pressuposto, o de nunca utilizar senão documentos diplomáticos propriamente ditos – os das compilações oficiais, azuis cinzentos, amarelos ou vermelhos; os das grandes colecções nacionais, a alemã e a inglesa na falta da francesa, demasiado recente; além das correspondências e das memórias dos actores e das testemunhas dos acontecimentos – preocupam-se apenas com a crosta aparente do seu globo, da sua esfera político-diplomática. (Id., p.67-68.).

E Febvre conclui:

Os nossos bisavós conheceram uma história política tirada da Sagrada Escritura. Haverá lugar para ensinar aos nossos contemporâneos uma política tirada da história diplomática, no sentido estrito da palavra? Vejo aí que repetir e que contradizer. O que sei, sem dúvida alguma, é que esta política e a história são duas coisas distintas: a história que não isola arbitrariamente dos interesses fundamentais dos dirigidos, as vontades ou as veleidades dos dirigentes; a história que não sabe o que são nem a diplomacia em si, nem uma política sem ligação com a economia, nem uma economia que não reflecta, juntamente com a acção dos factores físicos e naturais poderos, o papel, não menos ardente, destas forças espirituais ou psicológicas. (Id., p.70-71.).

A posição e a ação dos *Annales*, com sua fecundidade e seus limites foram demonstradas nessa citação. A recusa de uma história superficial, e simplista que se detinha na superfície dos acontecimentos e investia tudo em um fator. Em contrapartida, o apelo a uma história profunda e total.

Além da recusa a uma história superficial, houve ainda a recusa da história automática, como definiu Jacques Le Goff. Para Febvre e Bloch, ficou claro que a história não poderia ser mais uma narração; a história deveria ser o problema, o historiador tinha o dever de questionar essa história, tentar compreendê-la, tomando sempre o cuidado com as testemunhas. Esse método crítico foi mostrado por Bloch: “Sabe que as testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las”. (BLOCH, 2001, p.96.).

Podemos notar, portanto, que o legado da primeira geração foi a exigência metodológica de uma história total ou global e a concretização da prática dessa história total, modelada no difícil projeto de juntar-se com as ciências sociais, apontando, desse modo, a crítica ao modelo positivista, que se concentrava apenas em determinados fenômenos.

De 1929 a 1937 a revista utilizou o nome de *Annales d’Histoire Economique et Sociale*; de 1939 a 1941 foi *Annales d’Histoire Sociale*; de 1942 a 1944 foi chamada de *Mélanges d’Histoire Sociale*; no ano de 1945 a revista teve como nome *Annales d’Histoire Sociale*; em 1946 houve outra mudança e, dessa vez, passou a chamar-se *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*. Essas frequentes mudanças de nomes foram explicadas por Lucien Febvre:

Em 1929 quisemos, Bloch e eu, uns *Annales* vivos – e tenho a esperança de que, por muito tempo ainda, os que prolongarão o nosso esforço prolongarão também o nosso querer. Ora viver é mudar. [...] Os *Annales* mudam porque tudo à sua volta muda: os homens, as coisas, numa palavra, o mundo. Já o de 38 não era, de modo nenhum, o de 29. Que dizer do mundo de 42 ou de 46 – que dizer que seja justo e portanto eficaz? (1989, p.42-43.).

O desejo de afirmar duas direções inovadoras em 1929 foi expresso pelos dois epítetos do nome da revista: história econômica e social. Com *econômico* tentou-se promover um domínio que foi quase completamente abandonado pela história tradicional, e nesse ponto a urgência da criação dos *Annales* em 1929, o ano da grande crise. Segundo Le Goff, referia-se ao *social* devido ao “seu caráter vago que permitia falar de tudo”. (2005, p.39.).

Entre os anos de 1937 e 1946, a revista foi obrigada a mudar seu nome muitas vezes devido às condições da guerra e da ocupação alemã. A partir de 1946 teve um novo nome: *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*. A grande mudança nessa fase foi o plural, economias, sociedades e civilizações; o programa da revista não estava mais restrito ao cenário europeu e muito menos ao cenário francês, se tornou um programa de âmbito mundial.

Com um novo título e sob a direção única de Lucien Febvre, os *Annales* se tornaram ainda mais combativos. A revista ganhou uma maior projeção. Para Jacques Le Goff:

[...] desde o início pretendeu ser internacional, mas que foi sobretudo ocidental, e inclusive européia, o desejo de se abrir mais amplamente, fora e contra o eurocentrismo, para o mundo inteiro, em particular para o que vai ser chamado de terceiro mundo. (Id., p.45.).

O início da Segunda Guerra Mundial abriu, para a história dos *Annales*, uma larga transição que se prolongou até 1956, ano da morte de Lucien Febvre. Foi a partir desse momento que seu amigo Fernand Braudel tomou a direção efetiva da revista, em um cenário radicalmente distinto da primeira fase. Iniciaram-se, definição de Dosse, “Os anos Braudel”.

1.5 – Dos combates pela história à nomeação para o Collège de France.

A história positivista foi perseguida pelos fundadores dos *Annales* como já vimos anteriormente. Um exemplo clássico desses combates pode ser analisado na resenha acidamente crítica que Lucien Febvre realizou sobre o livro *História da Rússia*, cuja direção ficou a cargo de Charles Eisenmann e Paul Milioukov⁵⁸ sendo apresentado ao público francês por Charles Seignobos. Febvre inicia o seu artigo:

É portanto com muita esperança que nos precipitamos sobre os três grandes volumes que a Librairie Leroux fez sucederem-se rapidamente. Depois... Não quero dizer que fiquemos desiludidos. É uma palavra muito forte. Mas depressa se torna evidente ao leitor que essa grande tentativa não vai prestar, longe disso, os serviços que se esperava. (Ib., p.75.).

⁵⁸ Pavel Nikolaievitch Milioukov (1859-1943), historiador russo e ministro de assuntos estrangeiros no governo provisório russo após 1917.

Febvre continua a crítica, detalhando as quantidades de páginas dedicadas a cada capítulo:

[...] uma história de 1416 páginas, em três volumes; 200 páginas para dez séculos (VII-XVII) contra 1140 para dois séculos e meio (1682- 1932)... Assim, quando se lê na página XI a frasezinha de Ch. Seignobos assegurando com serenidade “que se manteve um equilíbrio judicioso tanto entre os períodos sucessivos como entre as matérias de diferente natureza” é escusado sabermos que o prefaciador cultivava voluntariosamente a ironia, pois nem por isso deixemos de esfregar os olhos. (Ib., p.75-76.).

Em sua fúria, disparou ainda:

E pior que Charles Seignobos justifica! Porque se nos tivessem dito: “Desculpem! os tempos são duros; os editores são terríveis; meteram na cabeça que a história do mundo (a que recompensa) começa em 1900; que querem fazer contra isso?”; ou ainda: “Não temos colaboradores para esses períodos, que requerem verdadeiros especialistas; desculpem...!” – ter-nos-íamos queixado, porque assim nos privavam daquilo com que mais contávamos. Daquilo de que temos uma necessidade evidente. Mas enfim, ter-nos-íamos curvado: motivos de força maior! Nada disso! Ch. Seignobos empenha-se em defender a sua causa. Não se vos diz nada, explica ele categoricamente, porque não há nada a dizer, em primeiro lugar por “falta de documentos” e em segundo lugar por “falta de acontecimentos”... Ah! Isso só não basta; e se é um sistema, deixem-me dizer: é detestável. (Ib., p.76.).

Febvre continua:

Política em primeiro lugar! [...] Mais uma vez, Charles Seignobos entoou o hino em honra da história-quadro – que é a história-compêndio. [...] Os autores, explica-nos o Prefácio (p.X), “pretenderam apresentar um quadro histórico de todos os aspectos da vida russa: regime político interno e política exterior; movimento da população e organização da sociedade; agricultura, indústria e comércio; letras e artes, ciências e ensino”. E mais longe, este programa: “Apresentar separadamente e sucessivamente os grupos de factos de naturezas diferentes, política, social, económica, intelectual”. É o que eu tenho o costume de chamar “o sistema da cómoda”, a boa e velha cómoda de mogno, glória dos larzinhos burgueses. Tão bem arrumada e em tão boa ordem! Gaveta de cima, a política: “a nacional” à direita, “a internacional” à esquerda, nada de confusão. Segunda gaveta: canto direito, “o movimento da população”; canto esquerdo, “organização da sociedade”. (Ib., p.76-77.).

Febvre terminou a resenha de forma destruidora: “De facto, não temos uma *História da Rússia*. Temos um *Manual de história política da Rússia de 1682 a 1932* [...] A História é que não encontro nesta *História da Rússia*, que por isso nasce morta”. (Ib., p.77-78.).

Os ataques de Febvre à história positivista foram uma constante. Em outro momento, ele atacou a história diplomática em si, ao escrever outra de suas resenhas ácidas em 1946 sobre o livro *A paz armada (1871- 1914)* de A. Roubaud:

O importante, é que esse livro claro, munido, à modo escolar, dos seus títulos, subtítulos, parágrafos e alíneas, este livro situa-se, com demasiada exactidão, nos antípodas do que, para nós *Annales*, constitui o bom livro de história contemporânea.

Geografia, nada. Não nos parece que o autor tenha sido influenciado, por pouco que seja, nem pelos trabalhos da escola geográfica francesa, nem pelos trabalhos dos geopolíticos alemães. [...] Economia, nada. Oh, claro, uma palavra aqui outra ali, uma palavra acessória: economia a reboque. (Ib., p.71-72.).

Outra de suas clássicas resenhas se refere ao livro *Democracias e capitalismo*, na qual Febvre retorna ao combate contra a história positivista:

Damos a impressão de nos encarnicarmos. Contra homens? Claro que não. Os homens executam em plena consciência, o programa que lhes traçaram, e que eles aceitaram. Fazem a história que lhes ensinaram a considerar como história. Mas para nós essa história é inoperante. Questões de método? De temperamento também? Em todo caso, conflito nítido, oposição nítida entre duas escolas. (Ib., p.103.).

Nesta resenha, Febvre constatou tristemente o fato de que apenas o *ídolo político* foi utilizado para a elaboração de um livro que trataria de analisar a história europeia de 1848 a 1860, para Febvre trata-se apenas de mais um manual, “[...] sobre a estrutura social dos povos e das nações nada”. (Ib., p.103.).

Febvre continua a sua dura análise:

Portanto, nada sobre a evolução das burguesias durante este período tão rico em factos sociais. Nada sobre a evolução das massas de artífices e operários da mesma época. Nada do conflito vivo e carnal das ideias encarnadas nos homens e nos seus agrupamentos pululantes e contraditórios. O livro move máquinas, não seres humanos. (Ib., p.103-104).

Por esse motivo Febvre defendeu que “[...] o homem, medida da história. Sua única medida. Muito mais que isso, a sua razão de ser”.(Ib., p.106.).

A ferocidade da crítica de Lucien Febvre chegou ao ponto central, quando afirmou que devido a esse tipo de história se perpetuavam “[...] gerações de historiadores sem idéias, sem pensamentos, sem exigências intelectuais que se sustentam de nomes, de títulos e de datas”. (Ib., p.105.).

Com essas três resenhas procuramos mostrar apenas uma pequena fração dos combates de Lucien Febvre. Podemos notar que esses combates foram o “cartão de visitas” dos primeiros *Annales*.

Em 1933, Lucien Febvre havia conquistado um lugar no panteão dos historiadores. Por esse motivo, foi eleito para a cátedra de História da Civilização Moderna no Collège de France. No seu discurso inaugural, Febvre expôs a importância e a pressão de ser consagrado nesta instituição de ensino:

Nada de regressar ao passado, nada de regressar a mim mesmo. O *Domine non sum dignus* que sobe aos lábios de um homem quando, pela primeira vez, neste Collège onde tantas presenças invisíveis o cercam e o espreitam, sente pesar nos ombros o fardo da sua fraqueza – terei o pudor de o manter secreto. Afinal, o que auditores e colegas esperam do eleito não é de modo nenhum uma efusão. É a promessa viril de um esforço, a dádiva de uma energia. (Ib., p.15.).

Nesse discurso, Febvre analisou dois importantes momentos para a historiografia francesa. O primeiro momento, ainda no século XIX, quando a filosofia da história era “feita de qualquer maneira”, com fórmulas tiradas de Auguste Comte⁵⁹, Taine⁶⁰ e Claude Bernard⁶¹. A história estava inserida nos métodos positivistas, que foram os combates dos primeiros Annales. Para Febvre:

“A história faz-se com textos”. Fórmula célebre: ainda hoje não esgotou a sua virtude. Que foi certamente grande. Aos bons trabalhadores legitimamente orgulhosos da sua consciência de eruditos, em justa batalha contra obras fáceis e frouxas, serviu de palavra de ordem e de senha. Fórmula perigosa se lhe dermos atenção, e que parecia querer contestar brutalmente o movimento geral das pesquisas humanas estreitamente solidárias.
[...] “A história faz-se com textos”: e de repente parecia evaporar-se a observação penetrante dos sítios, a percepção aguda das relações geográficas próximas ou longínquas, o exame das marcas deixadas na terra humanizada pelo labor obstinado das gerações, desde o tempo em que os neolíticos, partindo do que continuaria a ser floresta ou se tornaria terra lavrada, estabeleciam para a sucessão dos tempos os primeiros tipos históricos conhecidos das instituições primordiais da humanidade. (Ib., p.16-17.).

No segundo momento, representando a nova historiografia difundida pelos Annales, Febvre disse:

História ciência do Homem, e então os factos, sim: mas são factos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas idéias, para os interpretar.
Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objectos materiais

⁵⁹ Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês considerado um dos fundadores da sociologia positivista.

⁶⁰ Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893), filósofo e historiador francês. Autor da série *Les Origines de la France contemporaine*.

⁶¹ Claude Bernard (1813-1878), médico francês considerado como o fundador da medicina experimental.

só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes.

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro, um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de acção em potência.

Os textos, evidentemente; mas não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona [...] Negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas; concentrar em feixe sobre um mesmo assunto a luz de várias ciências heterogêneas: tarefa primordial, e sem dúvida a mais premente e a mais fecunda das que se impõem a uma história impaciente com as fronteiras e as compartimentações. (Ib., p.24.).

No Collège de France⁶² seus combates foram ainda mais profundos, pois procurou pensar não apenas a questão da história do século XVI e nem da França desse mesmo século. Febvre sempre procurou retomar seu antigo estudo sobre a civilização européia, principalmente nos anos 1940, com toda a guerra se desenvolvendo. Como se deveu a formação da Europa? Como ela foi pensada ou idealizada?

Em seus cursos a partir de 1944, Febvre analisara a grande instabilidade política das nações européias. Por isso, as palavras proferidas : “A unidade do mundo – do mundo dilacerado, quebrado, ensangüentado e que pede misericórdia”. (2004, p.40).

Com muita erudição, Febvre analisou ainda em suas aulas a sociedade francesa, desde a sua formação até a Segunda Guerra, não apenas através da história, mas também por meio da análise da literatura, da lingüística, do léxico. Utilizou, desse modo, o conceito que havia elaborado nos anos anteriores, a *outillage mental*.

Seus debates foram movidos por seus sofrimentos com a guerra, a morte de seu amigo Marc Bloch; a prisão de seu outro amigo, Fernand Braudel; a preocupação com seu filho mais velho, Henri⁶³, mas, de todas as histórias que Febvre viveu nesse terrível período, a que mais o intrigou foi o caso de uma mãe que teve os dois filhos lutando na Segunda Guerra, um defendendo o que o outro queria destruir:

Eis o que eu me perguntava angustiadamente em uma triste manhã de 1942, quando soube por uma mãe dolorosa, uma francesa, que um de seus filhos, oficial de marinha, acabara de morrer assim, de suicidar-se no mar,

⁶² Lucien Febvre lecionou no Collège de France durante os anos de 1933-1949.

⁶³ Membro do grupo de Resistência do Intelligence Service no Jura, Henri Febvre fazia parte desses soldados que se tinham engajado como voluntários para a duração da guerra no 159º regimento da infantaria alpina em setembro de 1944; em janeiro de 1945, ele voltava a Estrasburgo no momento de uma violenta ofensiva alemã que ameaçava gravemente a cidade.

corajosamente, para defender o que o seu irmão, oficial do exército colonial que desde o início seguiu com as tropas de Leclerc, pretendia destruir ao preço de seu sangue, se necessário. (1998, p.45.).

Incomodado com essa série de eventos trágicos, Febvre procurou realizar uma meditação sobre a origem dessa pátria chamada de Europa e qual era o sentido de ser europeu. Para isso, utilizou os seus cursos no Collège de France, principalmente, os cursos de 1944 a 1947, para pensar sobre a Europa e a sua tão querida pátria francesa destruídas pelo horror da guerra.

**Capítulo II – A Europa: gênese de uma
civilização.**

2.1 – A gênese de um curso.

A Europa é antiga e futura ao mesmo tempo. Foi baptizada há vinte e cinco séculos e, no entanto, continua em fase de projecto. Poderá a velha Europa responder aos desafios do mundo moderno? A sua idade será fonte de solidez ou causa de fragilidade? As suas heranças torná-la-ão capaz ou incapaz de se afirmar na modernidade? Como historiadores, interroguemo-nos sobre a sua longevidade. (Jacques Le Goff. *A velha Europa e a nossa*. 1995).

A Europa se constrói. É uma grande esperança. Ela só se realizará se levar em conta a história: uma Europa sem história seria órfã e infeliz. Pois hoje vem do ontem, e amanhã sai do passado. Um passado que não deve paralisar o presente, mas ajudá-lo a ser diferente na fidelidade e novo no progresso. Nossa Europa, entre o Atlântico, a Ásia e a África, existe, de fato, há muito tempo, desenhada pela geografia, modelada pela história, desde que os gregos lhe deram o nome, sempre retomado depois. O futuro deve apoiar-se sobre este património que desde a Antiguidade, até desde a pré-história, fez da Europa um mundo de uma riqueza excepcional, de uma criatividade extraordinária, na sua unidade e sua diversidade. (Jacques Le Goff. *As raízes medievais da Europa*. 2008).

Após a sua sacração para o Collège de France, com a cátedra de História Moderna, Lucien Febvre continuou a realizar uma série de estudos originais, seja sobre *Histoire d'un problème: les origines historiques du capitalisme*⁶⁴, ou sobre *Margarida de Navarre*⁶⁵, ou ainda sobre – vários cursos – sobre Jules Michelet⁶⁶. Contudo, um tema nunca abandonou o seu interesse – a Europa – ou melhor, o surgimento da Europa.

Especialista no período moderno, Lucien Febvre iniciou muitos anos antes de seus cursos no Collège seus estudos sobre a civilização europeia. Em 1925, ele havia escrito dois títulos sobre o tema nos projetos da coleção de Henri Berr: *A Europa e o espírito europeu do século XVI (nacionalismo, imperialismo e universalismo)* e *A Europa e o universo no final do século XVIII*. Febvre escreveu ainda quase trinta resenhas a respeito da Europa moderna e contemporânea.

Esse interesse foi compartilhado com seus grandes amigos Marc Bloch e Fernand Braudel. Além deles, esse interesse foi partilhado com um de seus grandes mestres: Henri Pirenne.

⁶⁴ Esse curso foi realizado nos anos de 1938-1939.

⁶⁵ O curso sobre Margarida de Navarre foi proferido em 1940-1941.

⁶⁶ Michelet et la Renaissance (1941-1942) e Michelet e a história da França (1942-1943).

De Marc Bloch, Febvre assimilou a idéia de uma história comparada⁶⁷ e a seguinte constatação: “a Europa surgiu bem exatamente quando o Império romano desmoronou”. Essa “fórmula” defendida por Bloch já havia sido utilizada por Febvre em um curso que dera em Genebra em 1940 sobre “A Europa e o mito do bom europeu”.

De Henri Pirenne, Febvre utilizou a principal tese do historiador belga: Maomé e Carlos Magno. Em seus dizeres:

Voltem-se para o Mediterrâneo, voltem-se para o Islã e rapidamente vocês verão, que Carlos Magno é impensável sem Maomé, sem Maomé cujos discípulos e fiéis, ocupando o Mediterrâneo, fixaram por séculos os destinos da Europa; dessa Europa da qual falamos simplesmente como um dado eterno, um dado imutável da história; dessa Europa cuja unidade se inventou, para fins que deviam se revelar mais tarde, cuja unidade se inventou, apresentada como indiscutível nesses últimos anos; dessa Europa cuja unidade econômica e cultural tantos homens desse tempo querem imaginar, quiseram imaginar e fazer admitir por todos, uma unidade suficientemente forte para que essa Europa fosse capaz, diz-se, unindo os europeus de lutar contra o declínio e, já que tão bem, o objetivo final, o fim último é o de continuar a dominar o planeta como pelo passado, sob a direção de algumas grandes potências. (FEBVRE, 2004, p.99.).

Por último, Febvre utilizou os escritos de Fernand Braudel para refletir sobre a Europa enquanto Braudel escrevia em seu cativeiro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. A correspondência entre Febvre e Braudel nos mostra essa estreita ligação:

Um a um aparecem os retornados: mas muitos faltam ao apelo. Marc Bloch especialmente. Ai de mim! Temerosa penúria de homens [...] Cursos vão ser retomados: amanhã Hautes Études, Collège em 15 dias. Mas que alívio, que alegria agora! Falarei no Collège sobre a Europa: primeiro a gênese, articulação do mundo mediterrâneo e do mundo nórdico; depois Psicologia: a Europa realidade, a Europa pátria, a Europa refúgio. E como conclusão: a Europa, utilidade? Ou ainda, pode-se mantê-la? Eu imagino que na primeira parte do curso Lucien Febvre encontrará Fernand Braudel frequentemente! Em todo o caso, não me acusarão de gostar dos pequenos temas. (Ibid, p.22.).

Antes de realizar o curso sobre a Europa no Collège de France em 1944-1945, Febvre proferiu ainda sobre seus estudos em relação à civilização européia, cinco aulas

⁶⁷ Podemos encontrar um exemplo claro da utilização da história comparada que Marc Bloch sistematizou nos escritos de Febvre: “Notemos de imediato, aliás que a unidade européia não é a uniformidade. Na história da Europa, dessa Europa tal como defini, o capítulo das dessemelhanças é tão importante quanto das semelhanças. A senhoria da qual eu falava há pouco, encontramos-a no Reno, parecida em suas grandes linhas com a nossa senhoria da Île- de-France. Mas se a estudarmos na própria França, na Aquitânia, no Languedoc, grandes diferenças explodem a nossos olhos”. (FEBVRE. 2004. p.36).

em Genebra⁶⁸. Com um plano inicial de falar sobre o surgimento da Europa e o desenvolvimento do bom europeu. Contudo, devido à aproximação inevitável da guerra, suas aulas assumiram um sentido trágico. Após quatro anos, Febvre comentou sobre a situação da Europa no Collège de France:

Quanto a dizer longamente do interesse presente da atualidade viva de tais estudos, é supérfluo. Ao fim de quatro anos durante os quais, tão frequentemente, ouvimos repetir essas palavras, Europa, europeu, ditas por vezes que pareciam tão pouco européias, é inútil insistir. Abordemos o tema sem mais explicações. E comecemos pelo início, um início longínquo como convém a um historiador, isto é, um homem que trabalha com o tempo, no tempo, um homem então que toma seu tempo seu recuo (que ainda é do tempo). (Ibid, p.47.).

Febvre produziu uma quantidade enorme de informações sobre a gênese da Europa. Em seus arquivos, constam aproximadamente 1.600 folhas, das quais quase a metade era constituída por textos semiredigidos. Febvre publicou apenas uma conferência; sua aula de encerramento do curso sobre a noção de Europa dada durante o ano de 1946-1947 na Universidade Livre de Bruxelas. Os escritos para as aulas no Collège de France apresentavam a forma mais acabada de todos os seus escritos.

Um maço de quase 380 folhas reúne as vinte e cinco aulas que Lucien Febvre numerou posteriormente de 1 a 28, Faltam, provavelmente às aulas XIV a XVII e a XXVII.

O manuscrito estaria incompleto? – O estudo detalhado das notas de trabalho e das conferências em diversos lugares deixou subentendido que essas aulas não estavam faltando no manuscrito, mas que não foram preparadas. Talvez essas aulas não tenham sido preparadas devido a um problema de saúde entre 1944- 1945.

O próprio Febvre nos fornece alguns indícios: “Há muito tempo nos vimos. Houve as férias, e um imprevisto de saúde. Enfim, é útil que, antes de retornar, tracemos juntos um balanço do que fizemos. Que buscamos nós, que queremos? Procuramos algo que se chama Europa”. (Ibid, p.113.).

Homem de seu tempo, Lucien Febvre procurou por meio da História responder às demandas de sua época, como observamos em suas palavras:

Nenhuma compreensão do presente é possível sem um conhecimento preciso do passado, um conhecimento arejado, um conhecimento inteligente.
Fornecer às meditações dos homens de hoje sobre a Europa de amanhã, sobre o mundo de amanhã, sobre essa Europa, sobre esse mundo do qual

⁶⁸ Lucien Febvre foi convidado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais para ministrar estas aulas no ano de 1940 na cidade de Genebra.

assistimos, com uma espécie de placidez surpreendente, à elaboração violenta, sobre a Europa, sobre esse mundo que se dá a luz em tão trágicas convulsões, fornecer às meditações dos homens de hoje sobre o meio de amanhã as noções históricas, todas as noções e nada mais que as noções das quais eles necessitam para ter pleno entendimento do que acontece, tal é meu objetivo neste curso. (Ib., p.85.).

2.2 – O surgimento da Europa.

De acordo com Bauman,

Quando a princesa Europa foi raptada por Zeus disfarçado de touro, o pai dela, Agenor, Rei de Tiro, mandou os seus filhos procurarem a irmã desaparecida. Um deles, Cadmon, navegou até Rhodes, desembarcou na Trácia e saiu a explorar as terras que mais tarde assumiriam o nome de sua infeliz irmã. Em Delfos, perguntou ao Oráculo sobre o paradeiro dela. Quanto a esse aspecto específico, a Pitonisa, fiel ao seu costume, foi evasiva – mas concedeu a Cadmon um conselho prático: “Você não vai encontrá-la. É melhor arranjar uma vaca, segui-la e forçá-la a ir em frente, sem descansar. No lugar em que ela cair exausta, construa uma cidade”. (BAUMAN, 2006, p.07.).

Diferentemente da análise realizada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman⁶⁹, Lucien Febvre iniciou seus estudos sobre o nascimento da Europa com uma abordagem histórica, na qual procurou primeiramente, definir o que era a Europa para ele:

Eu chamo de Europa, chamarei de Europa durante esse curso, chamo de Europa não um continente (eu voltarei a isso); eu chamo de Europa não uma divisão geográfica do globo; chamo de Europa não um departamento racial da humanidade branca, pois nenhum antropólogo, nenhum etnólogo, nenhum “raciólogo” jamais tentou falar de uma raça européia, ou substituir a mais prodigiosa das diversidades étnicas (ou de propaganda); eu chamo de Europa, não uma formação política definida, reconhecida, organizada, dotada de instituições fixas e permanentes, tendo, talvez, forma de Estado ou super-Estado, formação com a qual os europeus, ou pelo menos alguns europeus, puderam às vezes sonhar e da qual, em consequência, deveremos nos perguntar se está destinada a se tornar realidade ou condenada a permanecer em sonho; eu chamo de Europa, simplesmente, uma unidade histórica, um incontestável, inegável, unidade histórica, uma unidade que se construiu numa data fixa, uma unidade recente, uma unidade histórica que aparece na história sabemos exatamente quando, uma vez que a Europa nesse sentido, a Europa tal qual a definimos, tal como a estudamos é uma criação da Idade Média: uma unidade histórica que como todas as outras unidades históricas, é feita de diversidades, de pedaços, de entulhos arrancados de unidades históricas anteriores, elas mesmas feitas de pedaços, de entulhos, de fragmentos de unidades anteriores. (FEBVRE. 2004. p.35).

⁶⁹ Bauman, Zygmunt (1925-) sociólogo polonês, iniciou sua carreira na Universidade de Varsóvia, onde ocupou a cátedra de sociologia geral. Autor de muitos livros, entre eles: *O mal estar da pós-modernidade e Modernidade e Holocausto*.

O sentido de Europa para Lucien Febvre estava justamente nas manifestações culturais e não apenas na questão geográfica:

Essa Europa que agrupa um conjunto de países, de sociedades, de civilizações com as populações que habitam esses países, compõem essas sociedades, carregam essas civilizações, essa Europa não se define por estritos limites geográficos, do exterior, de algum modo, por meio de grande quantidade de mares, montanhas, rios e lagos, ela se define do interior por suas próprias manifestações, pelas grandes correntes que não param de atravessá-la, e desde há muito: correntes políticas, correntes econômicas, correntes intelectuais, científicas, artísticas, correntes espirituais e religiosas. (Ibid, p. 35-36.).

A questão cultural como podemos observar foi fundamental para os estudos de Lucien Febvre. Essa cultura européia, segundo ele, apareceu com a Idade Média, após o colapso do Império romano. Febvre nomeou algumas das instituições tipicamente européias, e ao realizar este fato, ele estava pensando nos estudos comparados de Marc Bloch: “Européias, diremos, instituições como a senhoria na Idade Média e a vassalagem européias, outras (realidades), como as cidades medievais e suas revoltas e as dos campos”. (Ib., p.36.).

Notamos portanto, que em sua análise, Febvre considerou que a Idade Média foi o berço da civilização européia, gerando para ele dois grandes problemas: o primeiro justamente no que concernia a gênese histórica:

Em primeiro lugar um problema de gênese: quero dizer com isso quando, como, por quem, porque se fez uma Europa, um mundo europeu, isto é, às custas de quem? As custas e com a ajuda de que mundo anterior, cujos componentes em parte reutilizados fornecem necessariamente aos construtores do novo mundo uma parte de seus elementos; quando, como, por quem, porque foi rompida, não digamos a unidade da civilização mediterrânea, de forma imperial e romana, pois precisamente seria questão de saber se pode falar dessa civilização como de uma civilização realmente unitária, quero dizer, se nos tempos da mais forte unidade imperial romana, no apogeu do Império romano, não havia, sempre persistentes, ativas e discerníveis, várias civilizações de idade e expressões diferentes, umas mais particulares, como a civilização helênica tornada civilização helenística, as outras mais particulares, como a civilização egípcia que marcou, e a civilização púnica (reduzidas ao estado de substrato). (Ib., p.37.).

As primeiras questões levantadas por Febvre foram justamente, “quando, como, por quem, por quê” esse mundo europeu foi dissociado do mundo do Império romano, esse mundo mediterrâneo. Como a rápida fragmentação de Roma e dos povos que

faziam parte de seu domínio, envolvidos em sua unidade e marcados com a sua marca favoreceu para o aparecimento da Europa?

E Febvre avança em seus questionamentos:

É tudo? Não. Quando, como se fez a Europa? Bem. Resta dizer como com que esforço ela se encontrou cimentada e mantida, ou melhor, por que correntes ela se achou atravessada, desde as origens até hoje, por que grandes correntes, com que resistência, com que poder e com que resultados? (Ib., p.34.).

Com todas essas questões sobre o surgimento da Europa, Febvre chegou à conclusão de que a Europa nasceu da “[...] reunião e da lenta fusão de elementos nórdicos e de elementos mediterrâneos”. Contudo, devido a essa fusão dos dois mundos, ele observou também que “nenhum país” poderia explicitar melhor este fato, do que a França, segundo ele o:

[...] único país do mundo que está fortemente engajado ao mesmo tempo pelo Norte e Leste, nesse mundo nórdico de planícies e maciços que vem expirar, com a planície de Flandres, ao pé das colinas do Artois, com a floresta das Ardenes, ao pé do Argonne... e, ao mesmo tempo, pela fachada larga e harmoniosa, a fachada mediterrânea, curva convexa, depois côncava, que ela descreve da enseada de Villefranche ao cabo Cerbère, que acontece participar da vida brilhante do mundo mediterrâneo, desse mundo mediterrâneo que lhe verte sem cessar todos os tesouros de suas velhas, de suas ricas, de suas grandes civilizações. E sabemos bem que a França não deixa de sofrer as consequências e repercussões dessa posição geográfica. (Ib., p.38.).

Segundo Febvre, o que dava a vitalidade à França foi a sua qualidade de país intermediário, de um agente de ligação e de união viva entre as duas partes de “um universo histórico e cultural”. Foi por causa do equilíbrio que a França pode viver livremente e pacificamente nos seus dois mundos.

Um segundo problema levantado por Febvre, foi a questão da psicologia histórica:

A definição coloca também, em segundo lugar, um problema de psicologia histórica. A história não se faz somente na terra, através de espaços mais ou menos extensos, através de espessuras maiores ou menores de duração. A história também se faz na cabeça dos homens, a história, ciência do homem. E o homem não é só apetite, não. O homem não é só necessidade, não. O homem é também pensamento, inquietação e sonho – a inquietação, o traço dominante talvez do homem. O homem é um inquieto, um perpétuo inquieto. Ele tem sob seus pés um solo estável e firme. Ele se prende fortemente a este. Sente-se bem nele. Desse solo ele tira, sem muita dificuldade, os elementos de sua vida material. Ele tira esse bem-estar que vem do clima, da cor do céu, da presença do sol, da suavidade dos céus... Muito bem, mas tudo isso não basta. Ele foge do chão. Ele sonha. Ele sobrevoa as realidades que acha

plena. Ele está sempre acima, sempre além. Ele é o homem, e em primeiro lugar, naturalmente, o homem da doce França, o homem da fina França. (Ib., p.38.).

Ao chegar à análise da pátria francesa, Febvre, contrariando uma grande parte dos estudos sobre a gênese da Europa, afirmou que o grande problema da história era sair da marcha do simples ao composto. Por esse motivo, ele seguiu os estudos de Camille Julian em sua aula posteriormente publicada: *L'Ancienneté de l'idée de nation*, na qual, Julian afirmou que não seria preciso iniciar as “buscas” pela Europa saindo do simples ao composto,

[...] da pequena pátria ao grande império, mas ao contrário, do império largamente extenso, da grande formação agrupando os homens disseminados numa vasta extensão, às pequenas formações nacionais de horizonte infinitamente mais restritos, mas também de trama muito mais fechada. E, na aurora de nossa história política, ele nos fazia entrever ainda vastos agrupamentos, largas unidades, a unidade ariana, a unidade lígure, a unidade celta, etc; ele nos mostrava as diversas nações a se talharem por acampamentos. (Ib., p.39-40.).

Neste ponto de seus estudos sobre a Europa, Febvre iniciou sua análise sobre a grande pátria européia em torno dos séculos X, XI e XII, “a pátria ecumênica” de todos os ocidentais: a cristandade:

Nossos franceses dos séculos X, XI e XII e depois são franceses sim, mas talvez mais cristãos do que franceses. E o que digo dos franceses, pode-se com mais forte razão dizê-lo dos alemães, dos ingleses, dos italianos, dos flamengos, etc. Todos os homens do Ocidente são tocados, levados antes de tudo pelas grandes correntes que atravessam incessantemente a cristandade e que incessantemente as engendram fora das fronteiras. (Ib., p.40.).

Ao afirmar a pátria espiritual européia, Febvre citou como dois grandes exemplos, a ordem de Cluny e São Francisco de Assis. Para ele, Cluny já não era mais uma realização da região da Borgonha e sim um feito europeu. A reforma realizada em Cluny não era mais um feito francês, mas sim, um feito cristão. O abade de Cluny não era necessariamente francês. Os monges da ordem de Cluny não eram encontrados apenas na França, mas em todo o mundo cristão.

Já São Francisco,

[...] por mais que tenha nascido em Assis, embora tenha encantado seus olhos de criança com a visão surpreendente de suavidade e de paz – de uma suavidade e de uma paz sobre humana que se descobre, à noite, do alto da Rocca, da velha catedral que domina o burgo e o vale – a ordem franciscana

não é um fato italiano. É um fato cristão. E isso durará muito tempo. (Ib., p.40.).

Todavia, o problema da gênese da Europa permaneceu, e Lucien Febvre dedicou sete aulas para analisar esse surgimento:

Eu prevejo uma objeção: a queda do Império romano, a destruição da unidade mediterrânea, a constituição de uma Europa em bases totalmente novas, em bases ao mesmo tempo nórdicas e mediterrâneas, o desenvolvimento no Ocidente de uma poderosa noção de cristandade e com suas conseqüências políticas, religiosas e culturais, o nascimento das pátrias, mas também o nascimento de uma realidade européia, sim, eis que grandes temas, belos temas, mas que nos levam bem longe do presente [...], e o senhor não está incumbido de ensinar a história da civilização moderna? Sim! E eu a ensinarei remontando a suas fontes e a suas origens. E talvez as poucas aulas que dedicarei a essas questões de gênese iluminem, com uma luz particular, alguns dos acontecimentos que acabamos de viver com maior intensidade, alguns dos acontecimentos que nos deixaram marcas profundas. (Ib., p.41.).

Findada a primeira aula, na qual Febvre procurou mapear o início da civilização européia, mas, principalmente, definiu o que seria a sua Europa, ele começou o estudo sobre como foi denominada a Europa. Logo no início de sua fala, podemos notar a realidade bélica na qual a Europa estava submersa:

Europa, europeus, bons europeus (ou se for o caso, maus), tantas realidades, realidades políticas e sem dúvida, por trás dessas, outras realidades: lingüísticas, religiosas, econômicas, sociológicas; realidades psicológicas, isto é, impressões produzidas, ações exercidas por essas realidades políticas sobre os homens que vivem naquilo que chamamos de Europa, homens que aceitam ou rejeitam a noção de Europa, que lhe dão um amplo espaço em sua vida, ou ao contrário, a recusam. (Ib., p.47.).

Antes que houvesse uma Europa teórica, uma Europa geográfica ou mesmo política, houve uma Europa feita para satisfazer a necessidade do espírito antes que os homens se preocupassem em dar um conteúdo real à História. Qual seria a necessidade desses espíritos, e principalmente, quais espíritos? Febvre nos forneceu a resposta: “Digamos uma necessidade lógica, a de analisar de dividir e recompor o real e forma lógica. Mas que espírito? O espírito grego, especificamente grego”. (Ib., p.53.).

Portanto, para Febvre os gregos foram os primeiros que iniciaram uma construção da Europa, ou melhor, foram os gregos que iniciaram a divisão da Europa:

Para os antigos helenos, o mundo tem a aparência de uma esfera. Não era uma necessidade (por exemplo, os chineses tinham sua fixação pela idéia do quadrado), mas se o mundo é uma esfera, como conceber de modo ideal a repartição das terras na superfície dessa esfera? Necessariamente de forma simétrica, repartindo-as de um lado e de outro de um grande diâmetro; aqui uma massa terrestre, lá uma outra, equivalente, tão longa e tão larga quanto. Era uma espécie de necessidade abstrata, de necessidade lógica. Era preciso que assim fosse para satisfazer a razão. E então foi assim, em teoria, em especulação.

Só que o que existe não existe realmente se não for denominado, se não receber um nome, seu nome. Naturalmente, chamou-se uma das duas massas de ocidental e outra de oriental. A oriental foi a Ásia; Ásia, ou forma jônica, Asiè, a terra do Leste, a terra do sol nascente. A ocidental foi a Europa, Europè, Europa em dório, isto é, o que os fenícios chamavam de Ereb, Oreb, Erob, o Éribe dos gregos, o Gharb dos árabes, a terra em que a noite cai, a terra que vê cair sobre si a escuridão crepuscular, a noite, quando o sol se derrama sobre as ondas [...] e de resto lembramos aqui que os antigos egípcios possuíam também sua deusa do Ocidente, sua Hespéria, a bela Amontit Nefert. E a bela Amontit tem seu touro, Osíris, assim como a bela Europa tem o seu, Júpiter, que a ergeu sobre seu dorso poderoso e a fez cruzar os mares. (Ib., p.53-54.).

Tanto os nomes Europa, quanto Ásia não são citados nos poemas homéricos. Essa idéia de continentes distintos foi expressa pela primeira vez apenas por volta do século VI antes de Cristo, “[...] e por esse grande Hecateu de Mileto, do qual Abel Ruy, em seu belo livro *La jeunesse de la science grecque* fala com entusiasmo como do fundador da ciência histórica destacada de qualquer inspiração mitológica”. (Ib., p.54.).

Foi o mesmo Hecateu que se dedicou a escrever três livros; um sobre a Europa, outro da Ásia e um terceiro sobre a Líbia, região de onde vem o vento sudoeste, o chuvoso. Ainda para Hecateu, a Ásia e a Líbia reunidas formavam a massa continental da qual se tinha necessidade para se ter um contrapeso, com o hemisfério Ocidental, à massa da Europa⁷⁰.

Desse modo, Lucien Febvre utilizou-se dos escritos de Heródoto para criticar os limites geográficos impostos a Europa, ou mesmo, a Ásia e a Líbia:

Eu ignoro, diz-nos ele numa passagem curiosa de suas Histórias, IV, 45, eu ignoro em que se pode, fundar, sendo a terra uma, para lhe impor três nomes: Europa, Ásia e Líbia. Eu ignoro por que esses nomes são nomes de mulheres, e por que o Nilo do Egito, o Phasis de Colchide, foram considerados como limites [...] Eu não posso saber, concluiu Heródoto melancolicamente, não

⁷⁰ Hecateu foi um homem que fundou a ciência histórica fora de toda a inspiração mística. Ele exagerou, de acordo com sua época – a de Parmênides e a da verdadeira fundação da geometria – o que se chama hoje, de modo pejorativo, de racionalismo. Foi nessa Mileto, cidade da civilização intelectual e do pensamento do século VI, berço do milagre grego, que nasceu Hecateu na segunda metade do século VI. Sua obra, sua *Volta ao mundo*, deve datar no máximo do começo do século V. Ela se compõe de três livros de Geografia, um para cada continente do mundo então conhecido (o antigo continente): Europa, Ásia e a Líbia (África), e dos quatro últimos livros de suas genealogias.

posso saber os nomes daqueles que estabeleceram esses limites, nem onde eles tomaram essas denominações. (Ib., p.55.).

Apesar de não concordar com as imposições geográficas, Heródoto admitiu que a Europa era maior e mais considerável do que os outros dois continentes reunidos: “Eu admiro, portanto, aqueles que dividiram e repartiram a terra entre a Líbia, a Ásia e a Europa, pois entre elas a diferença não é medíocre. De fato, a Europa, em comprimento, atinge quase as duas outras, mas em largura ela não me parece digna de ser comparada a elas”. (apud Febvre, 2004, p.55.).

Febvre aprofundou a questão sobre o significado da divisão dos continentes. Ao analisar os estudos de Marcel Granet, Febvre evocou a diferença de concepções de mundo entre os ocidentais e os orientais.

Para os chineses, a terra não era esférica com um rio contínuo na circunferência e comportando, para a satisfação do pensamento racional grego. O espaço para os chineses era concebido como um quadrado. Na fronteira com os quatro lados que existiam, havia regiões vagas chamadas de Quatro Mares. Neles habitavam quatro espécies diferentes de bárbaros, ou seja, não chineses, uma vez que assim como Roma, o bárbaro era sempre aquele de “fora”.

Nas palavras de Granet:

Mas o Espaço, em princípio, é quadrado: em si, portanto, toda superfície é quadrada (tanto que, para dar a dimensão da zona clareada pela luz produzida por uma grande chama, por exemplo, basta indicar a dimensão de um de seus lados). A Terra, que é quadrada divide-se em quadrados. Os muros externos dos principados devem formar um quadrado, do mesmo modo que as muralhas das cidades que eles englobam – porquanto os campos de cultivo e os campos militares também são quadrados. Cada lado da Terra corresponde a um ponto cardeal.

[...] O Altar do Sol, em torno do qual costumavam-se realizar as grandes reuniões, era um outeiro quadrado; seu topo era coberto de terra amarela (cor do Centro); seus lados (voltados para os quatro pontos cardiais), cobertos de terra verde, vermelha, branca ou preta. Esse quadrado sagrado representa a totalidade do Império.

[...] Para além dos quatro lados do Espaço encontram-se, formando uma espécie de franja, quatro regiões vagas, chamadas os Quatro Mares. Nesses Mares diversos habitam quatro espécies de Bárbaros. (2008, p.68-69.).

Com essa diferença de “visões” entre o que seria o mundo, foi concebida a noção de Europa, que diferentemente da visão dos orientais, passava pela questão da esfericidade da Terra, lembrando para os helenos, o Sol:

Não de uma série de observações diretas e de explorações, da tomada de consciência pelos gregos de uma realidade que se impunha, não, ela nasceu de uma visão teórica de geógrafo de câmara ou melhor, de cosmógrafo, ou antes, pois essas expressões estão carregadas de espírito moderno, de um mito, o mito da terra arredondada, em forma de disco, cercada por um oceano exterior circular, atravessado por um mar interior, o Mediterrâneo, no sentido próprio do termo. No interior do círculo, que só mais tarde se tornará uma esfera, no interior do círculo, é preciso transladarem equilíbrio, simetricamente, as massas terrestres: aqui a massa se chama Europa, a ocidental; aqui a massa que se chama oriental, a Ásia, e para completar, a Líbia que se junta ora à Europa considerada como mais fraca de massa que a Ásia, ora Ásia considerada como menos importante que a Europa⁷¹. (FEBVRE, 2004, p.61.).

Ao mapearmos como ocorrem a denominação da Europa, observamos, que a noção surgiu com os gregos, porém o mundo grego não foi o mundo europeu. Portanto, como separar a Europa, da Ásia e da África (Líbia)? Uma grande parte das localidades européias achava-se precisamente nas costas da Ásia, no entorno da Ásia menor e nas costas africanas e ao longo da África menor. Essa situação de separação dos três continentes é insustentável, principalmente, após a expansão helênica com Alexandre Magno, cujo império estendeu-se do mar Egeu até os Indus, de Pérgamo e de Éfeso a Samarkand e Kourratchi passando pela Babilônia e por Persépolis, alcançando desse modo de Alexandria a Syrta, todo o antigo Egito.

Contudo, se não era a Europa propriamente dita, se também não era a Ásia, isolada, temos então um império do mediterrâneo. Mesmo que de forma ainda não plena, temos um Mediterrâneo criado pelos gregos, ou melhor, temos um império mediterrânico criado pela civilização helênica.

Um Mediterrâneo de fabricação grega e restrita às necessidades dos grupos, dos grupos instalados em suas colônias, à beira do mar, e que comecem, partindo daí, a modelar, a arrumar, a humanizar o mundo que os envolve; gregos que mais tarde, vêm sua cultura e a língua que a veicula assumidas pelos macedônios, propagadas por Alexandre e seus comandantes do Egito à Índia, encarnar-se nas esplêndidas cosmópolis do mundo helenístico: Alexandria, Pérgamo, Antioquia, e no mesmo golpe, preparar ao mesmo tempo um magnífico florescimento da curiosidade intelectual, e esse poderoso sincretismo religioso, tão rico de futuro, tão prenhe de conflitos, cuja principal encruzilhada foi Alexandria, cidade grega do Egito, cidade grega da África, a mais espantosa dessas Babéis, o mais prodigioso dos cruzamentos de idéias, sistemas, artes e crenças de nosso velho mundo. (Ib., p.62-63.).

⁷¹ Diferentemente da visão de Heródoto, o filósofo grego Estrabão afirmava que a Ásia seria maior do que a Europa e a Líbia “Ora, falta muito para que a Líbia seja um terço da terra habitável, uma vez que não se chegaria, aumentando-o na Europa, para igualar a Ásia, e correríamos até o risco, comparando-a com a Europa, de encontrá-la diferentemente inferior a essa região em extensão, que ela lhe é sensivelmente inferior na relação da riqueza e da fertilidade” (Estrabão. Apud. FEBVRE. 2004. p.56).

Esse Império mediterrâneo criado pelos gregos e que teve como grande sucessor o Império romano não permitiu que a Europa existisse. “Em outros termos, enquanto durou essa România, a Europa não foi Europa. A Europa estava no Mediterrâneo. A civilização européia foi a civilização mediterrânea”. (Ib., p.64.).

Entretanto, é necessário que, antes de continuarmos as análises sobre o surgimento da Europa para Lucien Febvre, nos detenhamos na significação do termo civilização. Em seu antigo estudo *Civilisation, évolution d'un mot et d'un groupe d'idées*, Febvre mapeou os significados de civilização, um termo muito vago, que faz pensar em algo muito precioso e muito belo, algo que comunica a todos um prestígio, uma dignidade eminente, a todos, pois a civilização é um patrimônio.

Em seu segundo sentido, o termo civilização representa o conjunto de características da vida coletiva de um grupo que se apresenta de forma imparcial:

É um conceito que não implica nenhuma espécie de julgamento de valor, nem sobre o detalhe nem sobre o conjunto das filosofias examinadas. No limite, pode-se falar em uma civilização de não- civilizados. Eu acrescento que essa noção não tem relação com os indivíduos enquanto tal; ela é unicamente de ordem coletiva. Ela caracteriza uma sociedade dada. Ela não dá orgulho ao indivíduo. (Ib., p.66.).

Podemos perceber que, apesar da diferença entre os dois conceitos de civilização, ambos afirmavam que a civilização era todo o instrumental intelectual, toda manifestação cultural de um povo. Nesse sentido, as definições apresentadas por Febvre se parecem muito com o conceito de civilização mostrado por Norbert Elias:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. (1994, p.23.).

Assim como Norbert Elias, Lucien Febvre percebeu a problemática dos “civilizados” e dos “incivilizados”, ou mais especificamente, a relação entre os incivilizados e os civilizadores, “[...] mas nós, afinal, somos civilizados, ou seja civilizadores”.(2004,p.66.). Ainda para Febvre, toda a civilização tem dois tipos de elementos, os sedentários e os viajantes, para ele:

As civilizações pobres, primitivas, atrasadas não são somente aquelas em que os elementos de civilização são poucos numerosos, onde o inventário material, o inventário do espiritual da civilização é feito rapidamente, mas ainda aquelas em que predominam em muitos os elementos sedentários, incapazes de provocar o desejo, a vontade das civilizações vizinhas, e que então não transitam. (Notemos, aliás, que essas civilizações pobres em elementos aptos a viajar podem ter adotado elementos viajantes das civilizações que as cercam). As civilizações ricas, ao contrário, as civilizações brilhantes, as grandes civilizações são aquelas onde os elementos viajantes abundam os elementos espirituais e materiais capazes de provocar a vontade de se fazer adotar. (Ib., p.67.).

Estabelecido, que para Febvre civilização foram todas as manifestações culturais, observamos que ele definiu a civilização mediterrânica por meio de da natureza. A natureza que pode ser modificada pelo homem e pelas sociedades humanas. Para ele,

A natureza, que natureza? Eu imaginava um dia Heródoto refazendo o périplo do Mediterrâneo, de um Mediterrâneo tornado novamente calmo e propício de novo aos preguiçosos cruzeiros... Quantas surpresas para esse grande viajante que conhecia tão bem o Mediterrâneo de seu tempo! Esses frutos de ouro, esses pomos de ouro, essas laranjas [...], como são belos esses frutos [...], mas jamais vistos [...] Por Deus! Dos chineses introduzidos pelos árabes. Essas plantas bizarras, de estranho perfil, picantes, com suas hastes, suas massas carnudas, de nomes bárbaros, cactus, agaves, aloés [...], decorativos, certamente, mas jamais vistas, ainda que com o nome grego, eucalipto. Por Deus! Dos australianos. Mesmo essas grandes palmeiras que margeiam as praias: Heródoto as viu, mas em oásis saarianos. Ele jamais teria pensado que um dia ele as veria ali. Até esses grandes ciprestes característicos para nós, ciprestes que Gozzoli pintou em Florença na capela do palácio Riccardi, dos persas, que os cultos orientais ainda não dominaram a ponto de fazê-los viajar. E assim com tudo, das árvores aos legumes. Eu imagino o bom Heródoto experimentando a hospitalidade dos habitantes de Nice, em Nice a grega, Nicea, e espantando-se diante da estranha salada que se lhe apresenta. Tomates, pimentões, berinjelas, sem falar das vagens ou das batatas, tão desconhecidos, tão estranhos. E que alegria encontrar, enfim, o sabor familiar de uma azeitona [...] e sim: a laranjeira, a tangerineira, o limoeiro, a palmeira, o cipreste, o pessegueiro da Pérsia e a amoreira da China, o arroz da Sicília e da Lombardia, o milho, esse mexicano, a figueira da Barbaria, importada em seu êxodo pelo mouros expulsos da Andaluzia, tudo isso que, além das afeições suscitava ainda ontem as cobiças nórdicas, tudo isso é novo no Mediterrâneo, tudo isso data de ontem, quero dizer de um século, ou de três ou de quinze⁷². (Ib., p.69.).

Essa civilização é mediterrânea porque é filha da natureza mediterrânea e essa natureza é filha, por sua vez, do homem do Mediterrâneo. Observamos que se a noção de Europa nasceu com os gregos, essa noção perdeu espaço para uma civilização

⁷² Para maior detalhe deste artigo de Febvre ver: FEBVRE, Lucien. Les surprises d'Herodote ou les acquisitions de l'agriculture méditerranée. Annales d'histoire sociale, t. III, p.29-32, 1940.

mediterrânea, que perdurou até o Império romano. Por isso, Febvre utilizou uma “fórmula” de Marc Bloch: “[...] l’Europe, je crois, a surgi, très exactament quand l’Empire romain a croulé⁷³”. (BLOCH, 1935, p.473.).

O Mediterrâneo foi mais do que um mar, foi a própria sustentação da vida no continente europeu desde os tempos dos povos continentais, dos persas, passando pelos helenos, os romanos, os árabes, os castelhanos, os turcos, enfim, a história das terras sempre comandou politicamente, no Mediterrâneo, a história dos mares.

A relação entre mar e terra não foi de uma via apenas pois, o Mediterrâneo foi também, uma estrada que ligava e, principalmente, que transportava materiais pesados, que transportava a moda da indumentária entre Chipre e a corte de Lusignan. Essa moda que como Bratianu⁷⁴ analisou teve sua origem no Oriente e foi transferida para o Ocidente pelo Mediterrâneo.

Todas essas civilizações, foram mediterrâneas, não devido uma dependência em relação ao meio, não por uma “fatalidade” da raça. Elas foram civilizações mediterrâneas por causa do homem e de sua interferência, cultural, política, social.

Sem nenhuma dúvida, o caso mais sensível dessa interferência ou domínio cultural no Mediterrâneo foi a civilização romana. Quando a Europa não era mais do que uma palavra de um cosmógrafo, uma palavra vazia de sentido e de realidade, o Império romano abrigou o sonho de união e o desejo de entendimento (mesmo que em alguns casos pela força).

Para Febvre,

Há as civilizações “particularizadas”. Há as civilizações “generalizadas”. A civilização generalizada por excelência é a civilização romana, não somente porque cobriu todo o mundo mediterrâneo com suas aparências pitorescas, com seus usos, com seu conforto, com suas instituições políticas e jurídicas, com seus hábitos intelectuais e ante de tudo, com sua língua, com suas concepções da religião e da vida.(2004, p.75-76.).

O Império romano era a paz, a *pax romana*, a *pax universalis*, o fim das lutas entre os povos que estariam fundidos ao mundo romano, ou melhor, à pátria romana, o que ocorreu posteriormente com a cristandade. O Império romano era uma civilização material enorme em elementos diversos e se encontrava por toda parte. Nos edifícios

⁷³ “A Europa, creio eu, surgiu bem exatamente quando o Império romano desmoronou”. (BLOCH, Marc. Problèmes d’Europe. Annales d’histoire économique et sociale, t.VII, 1935, p.471-479).

⁷⁴ Gheorghe I. Bratianu. (1898- 1953). Foi professor na Universidade de Jassy, especialista no estudo sobre o mar negro e o mundo bizantino.

públicos, nos templos dos deuses, nas casas dos homens. Em todos os lugares. O Império romano era, também, uma língua em comum, da qual a maior parte das línguas faladas na Europa são filhas.

O Império romano politicamente se dissolve, mas culturalmente esse término não foi tão rápido ou mesmo, não existiu, com a exceção do norte da África, de Magreb. Como ocorreu uma fragmentação política e cultural tão rápida nesta região? Lucien Febvre nos deu indícios sobre essa resposta: o camelo.

Eu lhes mostrava Heródoto se assombrando com tantas novidades vegetais; mas o camelo é na Argélia uma novidade animal. Essa silhueta que para nós evoca o Saara, a África, essa silhueta que para Tartarin simboliza a África, só se pode vê-la ali desde a era cristã, não antes. É somente nos séculos II e III que o camelo se desenvolve. No século IV, ele reina. Vê-se, em 363, um general romano exigir só da Leptis Magna (Trípoli) 4 mil camelos. (Ib., p.82.).

Na mesma página, Febvre afirma que: “O camelo é uma ponte através do deserto”. Quando Roma se dissolveu, Magreb estava entre “dois mares”. Um de fácil acesso antes, mas que se tornou difícil: é o Mediterrâneo, a insegurança, a pirataria, a decadência marítima. O outro de difícil acesso antes, tornou-se fácil, graças ao camelo: “[...] é o Saara. E então a África do Norte se liga facilmente ao bloco africano. A África do Norte se separa radicalmente da Europa”. (Ib., p.82.).

Um fato foi irrefutável, enquanto o Império romano existiu, com seus poderosos soldados e toda a imensa extensão que cobria o Império, não se questionava que a Europa fosse apenas uma palavra, criada pelos gregos na tentativa de organizá-la com uma visão coerente, harmoniosa e racional. Por esse motivo, a frase de Marc Bloch, “[...] a Europa surgiu bem exatamente quando o Império romano desmoronou” e que mais tarde Lucien Febvre retomou ao afirmar que “[...] para que a Europa viva, será preciso que morra o Império romano”(Ib., p.83.), demonstraram bem, a necessidade de fragmentação desse Império romano para o aparecimento da Europa.

2.3 – A Europa surge quando o Império desmorona.

Quando nasceu a Europa? A Europa definida por Lucien Febvre, a Europa dos homens e portadora de uma civilização, a civilização europeia – apareceu logo após a

queda do Império romano. Contudo, essa gênese da Europa não foi imediata, o processo foi longo e lento. Febvre argumenta:

Ora, o que foi preciso para que tal Europa nascesse: foi preciso que o Império romano desmoronasse e abrisse espaço, eis o que é evidente. O Império romano era uma solidariedade organizada de regiões, mas que não podia merecer o nome de européia. Pois já era hábito distinguir a Europa, a Ásia e a Líbia. O Império era uma solidariedade organizada de regiões “circum-mediterrâneas” que em nada lembrava, em nada prefigurava o que deveria ser mais tarde nossa Europa. O Mediterrâneo não era, para o Império, uma fronteira. Era um centro, uma mesa de comunhão, o elemento de ligação por excelência. Enquanto esse agrupamento circum-mediterrâneo subsistia, enquanto era mantido por uma armadura sólida de instituições políticas, de instituições militares, de instituições fiscais e de instituições administrativas, por uma organização, é evidente que não podia nascer a Europa. (Ib., p.86.).

O Império romano gozava de uma universalidade, universalidade de raça de conquistadores, universalidade de uma língua. Uma civilização com plena vitalidade com pleno vigor, na qual não contribuíram as terras nórdicas. Foi preciso que o Império romano, como uma civilização mediterrânea, sem ter sofrido influência de qualquer civilização nórdica, se desagregasse para que “[...] pudessem começar a se realizar as condições indispensáveis à lenta, à difícil, à arrojada elaboração daquilo que, com um nome tão curto, tão cômodo e tão simples, chamamos de Europa”.(Ib., p.87.).

As terras ocidentais, orientais, asiáticas, meridionais e africanas do Império em torno do Mediterrâneo foram, por uma série de fatores, divididas em três partes, em nenhuma das quais, vivia mais a vida do Império romano.

Houve primeiramente, uma ruptura entre as partes Orientais e Ocidentais. Essa ruptura provocou uma diferença da própria estrutura econômica entre Ocidente e Oriente. O Ocidente se tornou basicamente rural: a Grã-Bretanha, a Germânia, a Gália, “[...] todas terras de cara para um oceano ríspido que não leva a nada”.(Ib., p.89.). Já o Oriente, ao contrário abrigava as multidões industriais, os comerciantes aglomerados em poderosas capitais e incessantemente ocupadas em navegar pelo Mediterrâneo e os mares que ele comanda.

Desse modo, foi necessário que houvesse o cisma do Oriente, para que a Europa nascesse. Foi necessário, ainda, que Magreb se voltasse contra a Europa, essa região, tão profundamente romanizada, tão profundamente cristianizada e que se voltou bruscamente contra o mundo romano. E, principalmente, foi necessário que o Islã rompesse a unidade mediterrânea, a unidade do Império romano.

No entanto, o lado Ocidental, sofreu uma crise, provocada pela invasão dos germanos a partir do final do século V, período em que houve o aparecimento de novos povoados. Na Gália do norte, os francos. Na Gália do sul e na Espanha, os visigodos. Na Gália oriental e renana, os alamanos. No Saône, os burgúndios. Na Itália, os ostrogodos e lombardos. “Em resumo, o Ocidente já é o feudo dos invasores germânicos, esperando que, amanhã, ele seja sua pátria”.(Ib., p.90.).

Essa derrota da unidade do Império romano pode ser percebida também no final da unidade do latim na extensão do Império. No início do século IX, a unidade política é alcançada novamente, não com a extensão de outrora, em um novo Império, o Império carolíngio.

Mas o Império carolíngio ainda não era a Europa, segundo Febvre:

Ora mal a civilização começou a se formar no quadro carolíngio e o quadro se rompeu. A Europa carolíngia se esmigalhou. Em reinos? Não. Ou ao menos esses reinos não tinham substância nem realidade. O que logo importou, o que cada vez mais se tornou importante no Ocidente foi a feudalidade. Ora, quem diz feudalidade diz retalhamento, esfacelamento, se posso dizê-lo. Um recanto, um abrigo? Não, dois mil, dez mil, vinte mil pequenos abrigos precários nos quais uma civilização só poderia se acomodar muito mal. Pois uma civilização é algo que, por natureza, tende ao ecumenismo. E quando ela deixa de tender a esse, ela periclitava e morre. Então para não perecer, a civilização recorreu à religião, esse abrigo que o político recusava. Ela se colocou inteiramente sob a proteção da Igreja. (Ib., p.93.).

Todas as civilizações tiveram e têm a necessidade da utilização da religião. No contexto do Império carolíngio, a religião representou uma nova civilização – ou pelo menos, o início de uma civilização – do contrário, por que Clóvis se converteria ao cristianismo? Ou mesmo por que Pepino, o Breve teria doado o Patrimônio de São Pedro para a Igreja? Naturalmente, o cristianismo aumentou o seu papel dentro desta nova sociedade. Isso culminou no seu total domínio cultural durante o feudalismo.

A Igreja que antes do século XI era a Igreja de tudo o que fora, outrora, o Império Romano, com a exceção das regiões onde o Islão dominou, a partir do século XI, após o cisma, se tornou unicamente a Igreja do Ocidente.

E eis porque não houve Europa unificada desde o século IX, desde o X, enquanto que tantas condições requisitadas eram preenchidas excelentemente em um tempo útil para que uma tal Europa pudesse nascer, com sua organização própria, sua civilização própria. Eis por que foi preciso esperar que a feudalidade fosse arruinada, e isso demorou. (Ib., p.94.).

Notamos que o Império carolíngio foi uma pré-configuração da Europa. O nascimento da Europa carolíngia pode ser explicado por pequenas circunstâncias, como o governo de Pepino, o Breve, e depois seus filhos, Carlos e Carlomano. Contudo, o principal nome do Império carolíngio foi sem dúvida nenhuma, o de Carlos Magno. O novo imperador do que sobrou do antigo Império romano? Será isso uma verdade? – Febvre argumentou:

Um Império romano renascendo, esse Império privado do contato do Mediterrâneo? Esse Império cujo soberano tem como capital a residência Aix e não Roma? Esse Império que à sua frente encontra o verdadeiro Império romano, o Império Bizantino? Esse Império que aliás rapidamente suplanta o bizantino e o remete ao Oriente? Esse Império que vai ser o Império da Europa e que não é o Império mediterrâneo? Esse Império que se diz romano e não o é senão pela graça de um papa ainda insignificante? (Ib., p.98.).

Neste ponto de sua análise, Febvre retomou alguns pontos de seu antigo mestre Henri Pirenne, principalmente a questão da relação entre Maomé e Carlos Magno:

A ruptura da tradição antiga teve: por instrumento, o rápido e imprevisto avanço do Islão; por consequência, separar definitivamente o Oriente do Ocidente, pondo fim à unidade mediterrânica. Regiões como a África e a Espanha, que tinham continuado a participar da comunidade ocidental, gravitam doravante na órbita de Bagdade. É uma outra religião, uma outra cultura, em todos os domínios, que ali aparece. O Mediterrâneo ocidental, transformado em lago muçulmano, deixa de ser a via de trocas e de idéias que nunca tinha deixado de ser até então.

O Ocidente é engarrafado e forçado a viver sobre si mesmo, fechado. Pela primeira vez desde sempre, o eixo da vida histórica é repellido do Mediterrâneo para o Norte. A decadência em que cai depois disto o reino merovíngio fará aparecer uma nova dinastia, originária das regiões do Norte, a carolíngia.

O papa alia-se a ela, rompendo com o imperador, que, absorvido pela luta contra os muçulmanos, não o pode defender. Assim a Igreja alia-se ao novo curso das coisas. Em Roma, no novo Império que ela funda, nada mais predomina senão ela. E a sua influência é tanto maior quanto o Estado, incapaz de conservar a sua admiração, se deixa absorver pela feudalidade, seqüência fatal da regressão económica. Todas as consequências disto aparecem manifestas depois de Carlos Magno. Com cambiantes diferentes, segundo as regiões, a Europa, dominada pela Igreja e pela feudalidade, toma então uma fisionomia nova. A Idade Média, para conservar a locução tradicional, começa. A transição foi longa. Podemos dizer que ela ocupa todo o século que vai de 650 a 750. É durante este período de anarquia que a tradição antiga se perde e que elementos novos afluem.

A evolução acaba em 800 com a constituição do novo Império, que consagra a ruptura do Ocidente e do Oriente, dando ao Ocidente um novo Império Romano; é a prova evidente que rompeu com o antigo que continua em Constantinopla. (PIRENNE, 1970, p.251-252.).

Carlos Magno não deu prosseguimento ao Império romano simplesmente. O Império carolíngio foi a primeira forma política do novo mundo que não se limitava ao

Reno ou ao Danúbio. Esse novo mundo integra em sua unidade política e cultural uma extensão crescente daquilo que será a Alemanha. Esse Império carolíngio ainda não é a Europa, principalmente, pela sua extensão. Todavia percebemos que toda a extensão do domínio carolíngio é a mesma da Igreja de Roma. Se todo o Império carolíngio era cristão, os bárbaros eram todos os externos aos carolíngios, os “infiéis” de Maomé, os eslavos pagãos, os germanos, os ortodoxos, que cada vez mais se isolavam do papado ocidental.

Além da extensão e do fator religioso, percebemos que o Império carolíngio foi um império territorial, “[...] um império continental e não mais marítimo”.(FEBVRE, 2004, p.107.). O Império carolíngio foi um império rural, um império de camponeses e de rusticidade. Diferentemente do Império romano, no período carolíngio, o campesinato europeu ganhou muito importância social:

Fortes sociedades camponesas agrícolas, rurais, pesadas, lentas mas sólidas, um dos dois elementos constitutivos fundamentais de nossa Europa; e a outra, quero falar das burguesias em nada comparáveis às populações numerosas do mundo mediterrâneo, não mais que as cidades da Europa que exalam não um bafejo de alcatrão e de peixe, mas fortes odores rústicos e pastorais, aromas de jardins, de sebes e de estábulos que enchem as ruas de todas as cidades medievais.(Ib., p.108.).

Essa ruralização da sociedade carolíngia foi um reflexo da dinâmica econômica que o continente europeu ganhou com a fragmentação do Império romano. Com a ruralização, a senhoria, a classe senhorial teve uma grande expansão, a Europa passou a ser comandada por um grupo de homens bem organizados, bem articulados, que reconhecia como chefe, o senhor do território. “É um mundo fechado, essa senhoria, um mundo que se basta a si mesmo, um mundo adaptado a um regime geral de economia fechada”. (Ib., p.109.).

Febvre continua, na mesma página, sua análise sobre o fechamento da economia ocidental:

Mas então, vocês acham que é por acaso que esse regime da senhoria, esse regime que dominou a Europa durante séculos, vocês acham que é por acaso que ele se implanta fortemente, que se generaliza no mesmo momento em que o Mediterrâneo se fecha aos europeus? No momento em que a circulação comercial cessa amplamente; no momento em que, nessas cidades, os ofícios voltados para a exportação paralisam? Trabalhar para a exportação? Palavra que não tem mais sentido. E é então, é assim que se estabelece por toda a Europa um regime de economia fechada, um regime da senhoria, esse regime senhorial, esse regime dominial que teimamos em chamar de regime feudal. (Ib., p.109.).

No momento em que o Mediterrâneo se fechou para o Ocidente, observamos que houve um deslocamento do centro de gravidade para o norte do Mediterrâneo no interior das terras. Essa passagem do Império romano à dinastia carolíngia, ou ao Império carolíngio, provocou um forte impulso de invenções, de invenções que os mediterrâneos não tiveram meios para realizar ou mesmo que eles não tiveram o interesse em realizar.

O impulso criativo que a Europa carolíngia conheceu, pode ser notado na utilização da atrelagem moderna⁷⁵, a atrelagem com arreio, podemos citar ainda, o moinho d'água, a qual Marc Bloch dedicou um grande estudo⁷⁶. Outro exemplo desse impulso carolíngio, foram as lareiras domésticas, pois foi preciso um transporte em grande escala de madeira para que a população pudesse usar as primeiras lareiras.

Atrelagem, quero dizer. Eu observo somente que a dificuldade não era, no Mediterrâneo, de trazer a madeira (as bestas de carga estavam lá!), mas encontrá-la. Houve a lareira doméstica desde que houve a extensão da civilização às regiões frias e densas do Norte. O Sul, pobre em combustível, é a terra do braseiro, malsão, mas que utiliza toda a caloria da qual a lareira deixa perder grande parte. O fogo de lareira generalizado, no Sul, teria sido uma ruína, uma devastação. (Ib., p.111.).

Os avanços tecnológicos mostraram, que foi necessário que Roma acabasse para que os homens do Mediterrâneo começassem a sofrer uma mudança de mentalidade, porquanto, foi no momento de necessidade que os homens avançaram o espírito europeu:

Eu interrompo. Haveria muito a dizer. Disse o suficiente para mostrar-lhes, penso eu, que a queda do Império romano não deixou de ter uma contrapartida. Ela aguçou o espírito de invenção ou, se preferir, o espírito de cópia dos cidadãos da Europa nova, dando-lhes necessidades e possibilidades que eram aquelas da própria Europa e não mais, como outrora, do mundo mediterrâneo, da Europa, essa novidade, do mundo mediterrâneo, essa antiguidade. (Ib., p.112.).

⁷⁵ Embora a utilização da carroça tenha sido importante para o desenvolvimento intelectual e econômico dos territórios a margem do Mediterrâneo, Febvre não concordou com Lefebvre Des Noettes que afirmou que com o advento da carroça, a Europa passou por uma transformação espiritual, a qual deu início a todo o processo do fim do escravismo às margens do Mediterrâneo. Febvre contestou a amplitude desta “revolução espiritual” afirmando que, apesar de a carroça ser um grande avanço tecnológico, em determinadas regiões do Mediterrâneo devido à dificuldade geográfica, seria muito mais fácil, o deslocamento para cavalos, mulas e os asnos. Desse modo, a carroça não teria sido absorvida em algumas regiões mediterrâneas como nos Apepinos, na Bósnia, mas principalmente, na região do Peloponeso e em Creta.

⁷⁶ Para maior informação sobre o estudo de Bloch ver: BLOCH, Marc. *Avènement et conquêtes du moulin à eau*. *Annales d'histoire économique et sociale*. T.VII, p. 538-563, 1935.

Desse modo, Febvre concluiu: “Eis o que me autoriza a concluir: a Europa nasce quando o Império romano desmorona. Se se quiser. De minha parte, digo simplesmente: foi o Império carolíngio que redigiu a certidão de nascimento da Europa”.(Ibid, p.112.).

Esse mundo europeu que ficou dividido em duas civilizações, a carolíngia e a bizantina. De um lado, os bizantinos liderados pelo imperador, legítimo herdeiro dos Césares romanos, embora fale grego, teve com Justiniano no século VI o esforço para repor sob sua lei todo o velho Império.

De outro lado, os carolíngios se tornaram rapidamente poderosos, o bastante para que sobre a cabeça de um deles, Carlos, o papa de Roma

[...] em busca de um protetor contra o imperador de Bizâncio e seu patriarca, essa ameaça quotidiana –, tenha colocado no dia de Natal de 800 uma coroa que esse Carlos não pedia, mas que fez dele igualmente um imperador, um imperador romano, um imperador romano de um império que não era romano, um imperador romano de um império cujo coração não era Roma: é o papa que, contra ventos e marés, tenta se manter e finalmente se mantém na vida eterna. (Ib., p.116.).

Foi Carlos, esse Carlos que rapidamente se tornou Carlos Magno, que manteve como capital, em plena Barbaria e em pleno Norte frio e brumoso, um imperador romano que tomou “[...] por capital uma dessas cidades de águas sem prestígio que nem mesmo têm um nome particular, não outro nome além do nome coletivo das cidades de águas, Aquae”.(Ib., p.116.).

A dificuldade que Carlos Magno teve para comprovar ser a continuação do Império romano foi enorme, pois, enquanto o Imperador de Aix-la-Chapelle importava, ou tentava procurar os restos do Império romano, o Oriente conhecia e mostrava, o legítimo sucessor de Roma, o império grego em Bizâncio. O grande problema levantado por Febvre sobre essa continuação do Império romano por Carlos Magno foi se esse império seria mesmo romano, ou mesmo, seria esse império, um império cristão? – O próprio Febvre nos forneceu a resposta:

Ainda o imperador de Bizâncio guarda como suporte de sua dominação as velhas terras da Grécia insular e peninsular e as da Grécia da Ásia que foram o coração do helenismo, antes de serem integradas ao Império romano. O imperador de Aix, o imperador improvisado, o imperador bárbaro, o vasto conjunto de territórios sobre o qual ele reina, como chamá-lo? Romano? Certamente não! Toda uma parte de seus domínios jamais fez parte do Império romano. Cristão? Mas então seria preciso especificar, pois os

basileus de Bizâncio também é cristão; cristão católico, cristão de obediência romana. Que seja.

Que seja, mas somos tentados, hoje em dia, a dizer pela primeira vez: império europeu. Não certamente que o império de Carlos Magno englobe a nossa Europa, falta muito para tanto! Mas porque pela primeira vez, discernimos na formação carolíngia algumas das características que atribuímos a Europa, à nossa Europa, ao mundo que nos é familiar, hoje, com o nome de Europa. (Ib., p.117.).

Todavia, Febvre deixou muito claro, que o Império carolíngio se distinguiu brutalmente com a Europa em relação a geografia. Do lado do Mediterrâneo, a península Ibérica estava ocupada pelos árabes. Na Itália, com exceção da região da Toscana e da Lombardia, o resto pertencia aos bizantinos. A Bretanha também escapou ao domínio dos carolíngios, assim como o bloco dos países nórdicos, os países escandinavos, a Suécia e a Noruega e os países dos normandos. No lado leste europeu, os carolíngios não atingiram, a planície húngara, nem os países balcânicos; mais para o Oriente, os territórios estavam sobre o domínio dos eslavos e dos mongóis.

A pré-configuração da Europa da qual Febvre tratou, não seria geográfica – certamente que não – mas seria a Europa como um processo cultural reunindo elementos nórdicos, mediterrâneos e asiáticos. A mescla entre esses três elementos foi possível apenas no período carolíngio. Ele completa:

Pois bem, essa combinação de populações nórdicas e mediterrâneas, essa combinação de populações orientais e ocidentais, que constitui uma civilização largamente impregnada de elementos, de contribuições asiáticas, que graças a incessantes afluxos orientais não para de crescer e de se fortificar, essa combinação, a primeira vez que a constatamos na história sob a forma de Estado distinto, e de um Estado viável, de um verdadeiro Estado, é no tempo do Império carolíngio. É o Império carolíngio que a realiza. E por isso esse império é exatamente um império europeu. (Ib., p.121.).

A Europa estava pronta para surgir? Ainda não. Ainda essa população do continente europeu não tinha o conhecimento desta unidade. O nome Europa já existia – mas apenas nos mapas, no sentido geográfico, talvez. Havia a “etiqueta” Europa, mas a realidade do que primeiro se chamou helenismo e depois Império romano era uma civilização da cristandade. Segundo nosso autor,

No século IX, por dupla graça de Maomé e Carlos Magno, indissoluvelmente ligados de agora em diante pelo célebre artigo de Pirenne; No século IX, pela criação efêmera, mas plena de significado histórico e humano, de um império cristão que tem seu centro de gravidade não no Mediterrâneo, mas no interior das terras, entre o Loire e o Reno, e mais precisamente às margens do Meuse; no século IX, pela criação de um império que se diz ao mesmo tempo império romano, cristão, o que bloquearia toda a tentativa oriental de

reconstituição, por um novo Justiniano, da velha unidade imperial romana centrada no Mediterrâneo (se tal tentativa tivesse sido concebida no século IX); no século IX, por essa criação, de origens obscuras e ainda mal conhecidas, de uma vasta formação cuja língua nacional seria o franco se houvesse uma língua nacional, cujas línguas privadas, por assim dizer, em oposição a língua pública, são línguas ou bárbaras, mas influenciadas pela língua superior, ou derivadas do latim, mas barbarizadas pelos idiomas dos antigos invasores; no século IX, por essa criação, os elementos constitutivos essenciais de uma realidade política nova, essa realidade cultural nova, se quisermos nomeá-la, não encontramos senão um nome que finalmente possa convir. (Ib., p.123.).

A Europa de Febvre teve sua gênese, no século IX, foi uma Europa não geográfica, mas histórica. Ao mesmo tempo política e cultural, da qual os elementos constitutivos essenciais foram reunidos nesse Império carolíngio, “Império romano no nome, império latino na língua” e, um império cristão na religião, cristão de credo romano.

União dos bárbaros, que aos poucos foram se romanizando, e cristianizando

[...] enquanto os antigos romanos se barbarizavam amplamente, e desse encontro de elementos muito diferentes, o resultado foi finalmente uma civilização comum, uma civilização que é preciso chamar de européia, mas que, se se lhe perguntasse o nome, não responderia Europa, mas responderia cristandade. (Ib., p.125.).

A cristandade foi um Império que veio após outro grande Império. A cristandade foi uma formação unitária, ao agrupar homens em torno de seu ideal comum, a fé. Contudo, a cristandade não foi um Estado, ela se estendeu a outros Estados para vigiá-los, controlá-los e uni-los.

A cristandade estava acima dos Estados, como Lucien Febvre a denominou, a cristandade exerceu o papel de “Super Estado”, espalhando suas instituições, tentando provocar um ordenamento corrente desses Estados.

Uma cristandade que foi representada por seus bispos, arcebispos e padres e monges, uma cristandade que teve na ordem de Cluny, um exemplo soberano, uma

[...] abadia isenta, governada por uma seqüência de abades eminentes e que logo fazem na cristandade o papel de homens de Estado de primeiro plano; Cluny, sementeira de papas, segunda capital do mundo cristão, em íntima relação com a Itália; Cluny, essa monarquia monástica no interior da monarquia pontifícia; Cluny, cuja igreja abacial é a maior igreja da cristandade. (Ib., p.126.).

É necessário ainda que lembremos o fato, de que, apesar do fortalecimento da cristandade, para Lucien Febvre essa cristandade enfrentou alguns conflitos contra a nobreza européia:

Esse conflito entre dois ideais, entre dois espíritos, se quiserem, o espírito laico dos príncipes e o espírito cristão dos chefes da Igreja, esse conflito está por toda parte. Ele está em tudo, até mesmo no seio dessas empreitadas que parecem por excelência empreitadas religiosas, mesmo no seio das cruzadas. E até é toda a história das cruzadas. (Ib., p.127.).

As cruzadas representaram tanto para a cristandade quanto para a nobreza, um “belo negócio”: “A cruzada, digamos em síntese, é um belo negócio, um belo negócio que a fé oferece à cupidez, que o desinteresse oferece ao dinheiro, que a religião oferece igualmente à política, os papas aos imperadores e aos reis e aos barões”.(Ib., p.127.).

Observamos no exemplo das Cruzadas, que ocorreu uma interação, antes mesmo delas, entre a nobreza e a cristandade, cada lado defendendo seus ganhos e interagindo entre si. Isso determinou toda a estrutura social e cultural da Europa no período da feudalidade.

Porém, Febvre nos apresenta outro problema, uma questão que ainda hoje não tem estudos suficientes para determinar com precisão suas causas: a natalidade. Febvre procurou estabelecer uma relação entre o aumento da natalidade no continente europeu e o feudalismo.

Após o Império carolíngio, observamos que apareceu na Europa um novo sistema político, social e econômico, em que houve um estado de decomposição, um esmigalhar de uma parte do mundo ocidental em pequenas, em minúsculas dominações que diminuíram o Estado a uma propriedade, “[...] que nós denominamos, com uma palavra absurda, mas que se consagrou pelo uso, a feudalidade⁷⁷”. (Ib., p.135.).

Com essas pequenas divisões territoriais, percebemos que o feudalismo nos trouxe uma grande problemática – como estabelecer uma relação entre esse despedaçamento feudal e a constituição de uma Europa, ou melhor, uma realidade européia?

É muito simples! Não existem tais relações? Vocês é que pensam! Olhem um pouco mais de perto. A feudalidade coincide evidentemente com um brusco

⁷⁷ Nosso objetivo neste trabalho não foi “entrar” no debate historiográfico do termo feudalismo ou feudalidade, mas para um aprofundamento sobre toda essa problemática ver: GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. Vol. I. p.437-455.

ímpeto de energia que se manifesta na maior parte das sociedades ocidentais. Eu digo a maior parte pois a feudalidade não é um fato ocidental, dando à palavra Ocidente toda sua extensão. O mapa da feudalidade, tal como foi traçado por Marc Bloch em sua grande obra sobre a sociedade feudal, abriga surpresas para aqueles que o estudam. (Ib., p.136.).

A feudalidade coincidiu com um ímpeto de energia. Mas que energia foi essa que causou a expansão desta Europa? Neste ponto somos obrigados a retornar ao tema da natalidade ou a fecundidade como Febvre escreveu:

Feudalidade, natalidade. Sim, grandes palavras que freqüentemente se repetem. Mas quem então se ocupa seriamente, solidamente, coletivamente, de saber o que elas significam? Fecundidade, natalidade, esse grande fator de toda a história humana, nós o adivinhamos. É preciso que seja isso. Mas na realidade não sabemos, não o sabemos cientificamente. (Ib., p.136.).

É verdade que no século XI houve um grande aumento de natalidade no Ocidente, muito devido a uma calmaria das invasões dos bárbaros por que a Europa passou nesse século. A Europa se colonizou, a Europa passou por um inchaço populacional, que se refletiu nas florestas medievais e provocou grande desflorestamento na Europa. Esse surto populacional, além de causar desflorestamento, provocou expansão territorial e por conseqüência retomada econômica em direção ao Oriente, principalmente, uma retomada contra os “infieis” de Alá.

O mundo europeu superpovoado não demorou a se voltar para fora. Nesse processo, o Mediterrâneo se abriu em duas partes; uma em Veneza que ficou sob a influência de Bizâncio; e a outra, a Sicília, que passou a lançar os homens contra o Islã.

Desse modo, o Mediterrâneo se abriu novamente. O comércio se recuperou, as antigas rotas comerciais passaram, aos poucos, a ser reutilizadas e as famosas feiras medievais estavam em pleno vapor. O comércio se tornou tão poderoso, que criou cidades, cidades mercantis.

A Europa dos campos, a Europa rural e camponesa era a Europa terrestre, exclusivamente dos carolíngios. Não era mais, nem marítima e nem urbana. Essa Europa dos campos, começou a sofrer um processo de mutação,

[...] as cidades que não são somente fortalezas, não somente celeiros e centros de administração rural; verdadeiras cidades, com seu estatuto municipal, com sua população de burgueses, burgueses que são em primeiro lugar mercadores, e mercadores que são guerreiros, homens de uma têmpera e de um relevo particulares, sempre mobilizados, sempre em pé, sempre prontos a partir para a aventura, em caravana, de armas na mão. (Ib., p.141.).

Esses foram os criadores das cidades, traço essencial na sociedade européia. A reabertura do Mediterrâneo e o retorno das rotas comerciais propiciaram o desenvolvimento dessas cidades rurais. Henri Pirenne escreveu sobre esse fato:

Em nenhuma civilização a vida urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria. A diversidade dos climas, dos povos ou das regiões é tão indiferente a este facto como a das épocas. Impõe-se no passado às cidades do Egipto, da Babilónia, da Grécia, do Império Romano ou do Império Árabe, como hoje se impõe às cidades da Europa ou da América, da Índia, do Japão ou da China. A sua universalidade explica-se pela necessidade. Um aglomerado urbano, com efeito, só pode subsistir pela importação de gêneros alimentícios que importa do exterior. Mas a esta importação deve corresponder, por outro lado, uma exportação de produtos fabricados que constitua a compensação ou a paga do valor recebido em troca. Estabelece-se assim entre a cidade e os seus vizinhos uma permanente relação de serviços. O comércio e a indústria são indispensáveis para a manutenção desta recíproca dependência: sem importação que assegura o reabastecimento, sem a exportação que a compense com objectos de troca, a cidade morrerá. (1964, p.103.).

As velhas tradições ficaram escandalizadas, quando uma nova moralidade apareceu com estas novas cidades: a moralidade burguesa. Com essa moralidade burguesa, veio também, a paz, uma paz que exigiu do delinqüente uma lei de Talião “olho por olho, dente por dente”, estendida a todos sem exceção e fez “[...] da cidade, um indivíduo político, uma pessoa moral”. Uma verdadeira revolução teve início, uma revolução que inaugurou uma longa série de revoluções burguesas que durou até a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, uma era das Revoluções.

Sobre o aparecimento e o fortalecimento da classe burguesa, Proudhon escreveu:

A vós, burgueses, a homenagem desses novos ensaios. Fostes de todos os tempos os mais intrépidos, os mais hábeis dos revolucionários. Fostes vós, por volta do quinto século da era cristã, por vossas federações municipais, que primeiro estendestes a mortalha sobre o Império romano das Gálias. Fostes vós que enfim, há oitenta anos, proclamastes uma após outra as idéias revolucionárias, liberdade dos cultos, liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade do comércio e da indústria; que por vossas contribuições científicas, tivestes razão do altar e do trono; que estabelecestes em bases indestrutíveis a igualdade diante da lei, o controle legislativo, a publicidade das contas do Estado, a subordinação do governo ao país, a soberania da opinião. Fostes vós, somente vós, que colestastes os princípios, lançastes os fundamentos da revolução no século dezenove. Nada do que foi tentado sem vós, contra vós, sobreviveu, nada do que empreendestes deu errado; nada do que preferistes fracassará. (apud, FEBVRE, 2004, p.143.).

A burguesia – elemento novo – as cidades, os castelos, as senhorias e da Igreja, formavam o mundo camponês. A todos esses elementos, podemos somar o papel da

moeda, ou melhor, a volta da circulação do ouro e da prata nessa Europa ocidental. Jules Michelet escreveu sobre esse renascimento econômico da Europa:

A época a que chegamos deve ser considerada como o advento do ouro. É o Deus do mundo novo onde entramos. Mal ascendido ao trono, Felipe, o Belo, exclui os padres de seus conselhos, para neles fazer entrarem os banqueiros. Evitemos falar mal do ouro. Comparado à propriedade feudal, à terra, o ouro é uma forma superior da riqueza. Coisa pequena, móvel, trocável, indivisível, fácil de manipular, fácil de esconder, é a riqueza já sutilizada; eu ia dizer espiritualizada. Enquanto a riqueza foi imóvel, o homem, preso por ela à terra e como que enraizado, não tinha nem mais locomoção do que a gleba sobre a qual se arrastava. O proprietário era uma dependência do solo, a terra levava o homem. Hoje é bem o contrário; ele carrega a terra, concentrada e resumida pelo ouro. O dócil metal serve para qualquer transação; ele segue, ávido e fluido, qualquer circulação comercial, administrativa. O governo, obrigado a agir de longe, rapidamente, de mil maneiras, tem como principal meio de ação os metais preciosos.(apud, FEBVRE, 2004, p.145.).

O ouro e prata passaram a ter valor fundamental para a Europa. A prata era menos rara que o ouro, menos brilhante também, a prata era o metal das transações internas, das transações médias; já o ouro, era o metal nobre, que pertenceu somente aos burgueses e aos reis. Contudo, com os metais, podemos observar a diminuição do ocidente em relação ao oriente, pois, quando o Islã interrompeu a unidade ocidental do Mediterrâneo, provocou um recuo da economia da “Europa campestre”. Embora, o comércio entre o Ocidente e o Oriente não tenha cessado totalmente, a cunhagem das moedas de ouro teve uma forte diminuição, pois não tinham mais uso para elas.

Se tentarmos estabelecer uma genealogia da utilização do ouro nesta região Mediterrânea, observaremos que entre os séculos V e VI, ainda havia a cunhagem do ouro. Nos séculos X e XI, não havia “[...] mais ouro, na bacia ocidental do Mediterrâneo, ou pelo menos não há mais circulação ativa e recente de moedas de ouro cunhadas no Ocidente”. (FEBVRE, 2004, p.151.).

O Ocidente não produzia mais ouro, ou produzia muito pouco ouro. Com essa escassez do metal precioso, o ocidente foi obrigado a viver com outro tipo de ouro: “o ouro dos ourives, o ouro das estátuas de ouro, dos vasos de ouro, de placas de ouro, de todos os objetos de ouro que compõem seus tesouros, tesouros das igrejas, tesouros das cidades, tesouros dos príncipes, esses tesouros que são feitos para serem cunhados caso de necessidade”. (Ib., p.152.).

A questão do ouro gerou outro problema, pois, o ocidente não mais produzia ouro e em períodos de uma economia “autárquica” pode-se ficar sem esse precioso

metal, mas para que a economia às margens do Mediterrâneo despertasse, seria necessário ouro. Como obtê-lo? – Febvre respondeu:

Em primeiro lugar, arranjá-lo, seja pela força, roubando de outros o ouro que detêm, seja pela engenhosidade, descobrindo novas fontes de ouro, o Ocidente só encontra no século XVI, o que é tarde...

Em segundo lugar, o Ocidente também pode cuidar ativamente do ouro que possui, manter seu estoque, fazer todos os esforços para que ele não dizime. Mas é muito difícil: não somente levando em conta um fator não desprezível, o desgaste (o ouro é um metal mole), mas um inimigo irredutível do ouro que se chama guerra. Pois em tempos de guerras, de perturbações, de invasões, o ouro se esconde. Escondem-no. E frequentemente não se o encontra lá onde foi ele foi escondido. E de outro lado, em tempo de guerra, o ouro pode ser tomado [...] Em terceiro lugar, o Ocidente podia se prover de ouro estabelecendo com as regiões produtoras de ouro, ou possuidoras de um estoque de ouro significativo, uma corrente de trocas que tivesse afinal como saldo um lucro líquido, um lucro que lhe deixasse nas mãos um saldo de ouro apreciável. (Ib., p.154.).

Das três opções expostas por Febvre, a mais viável para o ocidente foi à terceira, ou seja, estabelecer um comércio com o ganho em ouro. O grande problema foi que a relação comercial entre Ocidente e Oriente era justamente o contrário. O Ocidente gastou o seu pouco e precioso ouro com os produtos oriundos do oriente. Em contrapartida, o ocidente foi incapaz de fornecer produtos que satisfizessem o consumo do Oriente.

Essa relação se manteve até o século XIII, quando a balança comercial do Ocidente se reergueu o ouro não saia mais em direção ao oriente. Esse ouro começou a circular no mercado interno ocidental forçando um novo processo de cunhagem no ocidente.

O que isso significou? – Que o ocidente se afirmou como domínio econômico, uma Europa que ainda não tinha uma política definida, uma Europa que tinha como grande unidade, a fé, a religião. Uma Europa que era a cristandade e que ela própria ainda não denominava Europa. Mas que já trabalhava, produzia, criava e exportava.

Desse modo, teve-se a gênese da Europa, uma Europa que não surgiu com o Império romano, mas que teve sua gestação no Império carolíngio. Uma Europa que se diferenciou completamente dos outros dois continentes, a Ásia e a África, justamente por seu impulso criativo. A Europa que teve sua gênese proclamada, nos textos de

Philippe Commynes⁷⁸ nos quais afirmou: “Considero, ter visto e conhecido a melhor parte da Europa”. (apud, FEBVRE, 2004. P.157.).

Durante o curso dado em 1944-1945, Febvre utilizou a literatura francesa para “mapear” a origem do europeu. Segundo ele a importância de Commynes foi fundamental para que fosse proclamado o nascimento do bom europeu:

Em quem, em que autor conhecido... encontramos a Europa como uma realidade viva? Como uma solidariedade, como uma sociedade de nações européias?

Eu respondo: em Commynes, esse inteligente Commynes, Commynes que se vangloria “de ter visto e conhecido a melhor parte da Europa”, como se ter visto e conhecer a melhor parte da Europa fosse alguma coisa de que se possa vangloriar. (FEBVRE, 2004, p.160.).

No mesmo momento em que Commynes afirmou que conhecia a melhor parte da Europa, citou também a sua falta de conhecimento em relação às outras partes do mundo, a Ásia e a África: “Eu não falei senão da Europa, pois não estou informado sobre as outras partes: a Ásia e a África”. (Idem, p.160.).

Portanto, a partir de Commynes não temos mais que pressentir a existência obscura, rudimentar, de uma Europa. Estamos diante de um europeu orgulhoso que desprezava tudo que não fosse a Europa. Logo a Ásia e a África seriam a parte ignorante do mundo. Na Ásia e na África encontrávamos os pagãos, os sectários do “diabo” Maomé, ou seja, aqueles que não pertencem ao mundo civilizado do cristianismo. Febvre se ateu sobre este detalhe ao explicar Commynes:

Não façamos do Commynes, porque ele é um homem moderno, um homem desprendido do cristianismo e da fé cristã. É preciso que de uma vez por todas cesse esse tipo de brincadeira, de brincadeira de mau gosto. Commynes é cristão. E Commynes considera que por isso mesmo detém a verdade religiosa, que ele conserva para si o verdadeiro Deus. Mas o orgulho de Commynes por ser europeu é fazer parte de uma grande comunidade que se basta a si mesma, e que de todas as comunidades humanas é a mais invejável, a mais nobre, a mais civilizada. (Ib., p.161.).

Percebemos, nesse trecho de Febvre, uma inversão muito importante, na qual pensamos anteriormente: a relação do ocidente com o oriente. Qual fator proporcionou a Commynes esse grande orgulho de ser europeu? Mais especificamente, como o

⁷⁸ Philippe Commynes foi um cronista e memorialista, que nasceu provavelmente entre os anos de 1445 e 1447 e morreu em 1511. Prestou durante quarenta anos serviços a três reis franceses, Luis XI, Carlos VIII e Luis XII. Escreveu uma série de memórias sobre a política francesa, além de ter escrito inúmeras obras literárias.

Ocidente conseguiu reverter o quadro de sua relação com o oriente? – Febvre argumentou: “esse orgulho é um orgulho de ocidental”.

Nesse orgulho, notamos um progresso, um decisivo progresso realizado pela Europa que passou a se considerar desse momento em diante, superior à Ásia e à África.

A “questão européia” se estabeleceu principalmente contra a Ásia pois, a Europa se elaborou lentamente, quando os bárbaros, oriundos da Ásia, associaram-se aos antigos súditos do Império romano, moldando e sendo moldados por uma fé comum, ou melhor, uma religião comum, dando origem à civilização ocidental, que entrou em conflito com a civilização oriental (Bizâncio), que passou a ser dominada pelos árabes e depois pelos turcos.

Esse europeu orgulhoso, cuja a única pátria é a Europa, nos levou a outra problemática: se o Ocidente estava subjugado pelo Oriente, se o ouro ocidental ia para o oriente, se a moda da indumentária era ditada pelo oriente, quando houve esta inversão de papéis? Quando o ocidente deixou de se sentir inferiorizado pelo oriente?

Não existe uma data precisa para tal fato, mas temos alguns indícios de que teria ocorrido por volta do século XII, como Jules Michelet elucidou:

Se o grave abade e seu devoto rei Luis VII tivessem acordado, do fundo de suas covas, ao ruído das estranhas festas que Carlos VI deu na abadia de Saint- Dennis, se eles tivessem voltado por um momento para ver a nova França, certamente teriam ficado fascinados, mas também cruelmente surpresos; eles teria persignado da cabeça aos pés e de bom grado voltado a deitar em seus caixões... Nossos do século XII não teriam visto sem humilhação, que digo! Sem horror, seus sucessores do século quatorze. Grande teria sido seu escândalo, quando a sala estivesse cheia de monstruosos costumes da época, das imorais e fantásticas fantasias que não se temia usar. Primeiro homens-mulheres, graciosamente ataviados em suas jaquetas da Boêmia com meias colantes, mas com suas mangas flutuavam até o chão. (apud, FEBVRE, 2004, p.162.).

Além das roupas, a mulher, mais especificamente, a moda feminina ilustrou bem a inversão da relação do ocidente com o oriente. Ainda segundo Michelet:

As mulheres usavam cornos na cabeça, os homens nos pés, seus bicos de sapatos torciam-se em cornos, em garras, em caldas de escorpião. Elas sobretudo, elas faziam tremer; o seio nu, a testa alta, elas passeavam acima da cabeça dos homens seu gigantesco hennin enfeitado de cornos; elas precisavam se virar e abaixar-se nas portas. A vê-las belas assim, sorridentes, gordas na segurança do pecado, perguntava-se se eram mulheres; pensa-se reconhecer, em sua beleza terrível, a Besta descrita e predita; lembra-se que o Diabo era frequentemente pintado como uma bela mulher chifruda. (apud, FEBVRE, 2004, p.163.).

Os penteados de cornos, o alto e diabólico hennin, os vestidos sem mangas com longos aventais e arrastando no chão foram modas do extremo oriente, principalmente da China dos séculos VII ao X. Depois da China, essas modas chegaram a Chipre, depois a Lusignan e, por fim, o Ocidente. Essa foi a última vez que a moda da Ásia entrou no ocidente, “por volta de 1340-1360 [...], pela última vez, os homens do ocidente, as mulheres do ocidente reconhecem a superioridade do oriente”. (FEBVRE, 2004, p.164.).

A moda foi um reflexo das relações entre o Ocidente e Oriente, segundo Febvre:

Passada a moda dos hennin, tão característica, e que nós poderíamos ter acreditado ser de origem européia, passada a moda dos hennin, e dos gibões curtos, e das vestes amarradas na cintura por um cinto, com os calções colantes por baixo e a ponta diabólica dos sapatos de bico fino, passada essa moda, mais nada, mais nenhuma inspiração maciça da moda feita pelo Oriente ao Ocidente, mais nenhum prestígio, nem mais aceitação de uma inferioridade, ao contrário. (Id. p.164).

Foi um fato, que o Ocidente se apropriou das idéias do oriente, principalmente nos campos da filosofia, matemática, química, astronomia e medicina, mas a partir do século XII, o ocidente começou a inverter esta relação. Porém, foi a partir do processo da expansão marítima e o metalismo dela realizado, que o Ocidente passou a ser mais influente. Contudo, uma nação teve um papel muito importante nesse processo de inversão, uma nação que se unificou apenas no século XIX: a Itália.

Apesar do isolamento em que o ocidente se encontrou no período medieval, a Itália manteve uma estreita ligação com o mundo muçulmano, segundo Febvre: “E Veneza? Toda sua vida não é uma vida oriental, transportada para o fundo do Adriático? O mundo muçulmano e o mundo italiano não realizam ali uma espécie de acordo estranho, feérico, espontâneo”. (FEBVRE, 2004, p.165.). Pois, não foi através do porto dessa mesma Veneza que a peste negra invadiu a Europa ocidental? – Essa ligação não explicaria também a crescente riqueza da classe burguesa na região italiana? A mesma burguesia que a partir do século XVI provocou uma mudança estrutural na Europa.

2.4 – A dominação universal da Europa cristã.

O fortalecimento da burguesia provocou, no final do século XV e início do XVI, uma mudança estrutural no continente europeu. Notemos que a Europa como um elemento geográfico já existia, porém uma Europa com um significado de nação européia, ou uma universalidade européia, ainda não existia.

Thomas Morus⁷⁹, Jean Bodin⁸⁰ e Erasmo⁸¹ foram alguns nomes que trataram das questões políticas, na, ainda, permanente pátria cristã, pois eles mesmos foram seguidores incondicionais e irrestritos da idéia de pátria cristã:

A Europa? A palavra está ausente. Não a encontramos sob a pena de Morus tanto quanto sob a pena de Erasmo. Morus, Erasmo, sua pátria enquanto homens que contam entre os mais civilizados, os mais cultivados homens daquele tempo, sua pátria não é a Europa. É a cristandade. (Ib., p.179-180.).

Contudo, Febvre analisou também os poemas de Ronsard⁸² e Du Bellay⁸³ pois, os dois autores inseriram outro sentido de Europa em seus poemas, um sentido político como podemos averiguar:

Cercado de uma grande tropa
Seu poder o torna orgulhoso,
Puxando as forças da Europa
Consigno, um braço maravilhoso⁸⁴. (apud FEBVRE, 2004, p.171.).

⁷⁹ Thomas Morus (1478-1535), jurista, historiador, filósofo, teólogo e político. Sua principal obra foi *A Utopia*.

⁸⁰ Jean Bodin (1529-1596), foi um jurisconsultor, filósofo e teórico da política francesa que influenciou a história dos intelectuais da Europa pela formulação de suas teorias econômicas e política. É considerado o iniciador do conceito moderno de soberania. Entre suas obras podemos citar: *Six livres de la République* (1576) e *De la démonomanie des sorciers* (1580).

⁸¹ Erasmo (1466-1536), um dos principais humanistas e teólogos do período renascentista.

⁸² Pierre de Ronsard (1524-1585), um dos poetas franceses mais importantes do século XVI. “Príncipe dos poetas e poeta dos príncipes”, foi autor de uma obra vasta que, em mais de 30 anos traduziu a literatura engajada e oficial no contexto das guerras religiosas. Entre inúmeras obras podemos destacar: *Sonnets pour Hélène* (1578) e *La Franciade* (1572).

⁸³ Joachim du Bellay (1522-1560), poeta francês que escreveu *Les Regrets* com inspiração satírica, escrita a ocasião de sua viagem a Roma em 1553.

⁸⁴ No original: Environné d’une grand trope/ Son pouvoir le rend orgueilleus,/Trainant les forces d’Europe/ Avec soi d’un bras merveilleus.

Ou ainda o poema de Du Bellay:

Cada um em seu lugar, caminhar lado a lado
Vossa França e Espanha, com todas as suas tropas
E a maior parte das províncias da Europa⁸⁵. (apud, FEBVRE, 2004, p.171.).

Nesses poemas, a Europa começou a ter o sentido de uma nação européia. Lucien Febvre afirma: “Vejo nisso (fora a rima!) muitas razões. Primeiramente a retomada em vigor e em favor de todo o material das nações e dos vocábulos antigos, a grande curiosidade que se apodera de todos os homens para a geografia, no tempo em que o mundo dobra de tamanho”. (FEBVRE, 2004, p.180.).

No período das grandes navegações, da descoberta da América, o nome Europa passou a ser freqüentemente usado. “Ergueu-se o nome de Europa, que se aplicou em contraste à terra que convinha opor, a América, quando houve uma América”. (Ib., p.180.).

Além das explorações externas à Europa, o século XVI marcou também, a ruptura na unidade cristã, provocada pelos movimentos reformadores. A Igreja de Lutero não era a mesma Igreja de Calvino, que, por sua vez, não era igual à de Inácio de Loyola, que não era nem um pouco parecida com a de Henrique VIII.

Com o fim da unidade cristã, a palavra Europa (um antigo nome dado pelos gregos) passou a agrupar sob um mesmo vocábulo vários países e Estados:

O século XVI é o século da Reforma, da grande ruptura, do cisma, da túnica sem costura rasgada em duas. E, tanto aqui como lá, são cristãos que se opõem, sem dúvida, mas cristãos que se excluem reciprocamente da cristandade. Desde então, essa velha noção de cristandade aplicada como unidade à totalidade das populações do Ocidente professando o cristianismo não é mais possível [...] é preciso um nome comum, que seja um nome neutro, de alguma maneira. E essa velha palavra Europa, essa palavra pré-cristã, essa palavra antiga, essa palavra de geografia antiga, vem na medida, nomeada para agrupar sob o mesmo vocábulo tantos países, tantos Estados. (Ib., p.181.).

Ainda no século XVI, o renascimento humanista provocou também a “quebra” da pátria cristã dando lugar a uma pátria burguesa. Essa pátria elitista, provocou uma ruptura com o ideal do medievo. Essa pátria que teve como base, o pensamento racional greco-romano e todas as estruturas do continente sofreram alterações.

⁸⁵ No original: Chasune em son habit, cheminer flanc a flanc/ Votre France et l’Espagne, avec toute leur trope/ Et la plus grand part de provinces d’Europe.

Podemos constatar essas mudanças ao analisar o sistema de ensino: “Há as universidades, que continuam a servir a cultura medieval e a propagá-la. Há na frente delas, os colégios bilíngües ou trilingües, o Collège de France na frente do Sorbonne, que servem, estes, a uma cultura complemente diferente, uma cultura antiga, e que a propagam”. (Ib., p.183.).

Outra estrutura afetada pelo período renascentista foi à arte e toda a sua simbologia para a Igreja católica. A unidade gótica, essa unidade da arte medieval que ergueu “[...] belas igrejas góticas que exprimem todas um mesmo ideal, um ideal que não conhece fronteiras”. (Ib., p.183.). Uma mesma iconografia que atestou uma coerência, uma unidade, uma universalidade do dogma e de suas crenças. Essa iconografia foi reformulada pelos ideais racionalistas, substituindo a figura de Deus pelo homem. A proporcionalidade das pinturas e esculturas foi redefinida, justamente para inserir a nova cultura burguesa.

A literatura latina também passou por essa reformulação. Foi nesse período que Dante, Petrarca e Boccaccio⁸⁶ provocaram, com suas obras em “língua vulgar”, uma ruptura na unidade lingüística latina⁸⁷.

Essa reformulação amplamente difundida neste século XVI provocou uma redefinição da cristandade, que deixou de ter a posse da unidade nesse continente europeu e deu lugar a uma Europa universal.

O primeiro pensador a tratar a Europa com um sentido de universalidade foi Sully⁸⁸ em um texto datado de 1610, no qual não usou o termo Europa simplesmente, ele escreveu sobre uma república cristianíssima da Europa.

Após o período da Baixa Idade Média, a Igreja não tinha mais o poder de outrora, contudo a sua influência ainda era muito forte pois, a velha noção de cristandade, ainda persistia na Europa, segundo Febvre:

Retomemos nossos textos. O que exprimem eles? Primeiramente, o amor à paz. A “república cristianíssima da Europa”, de que trata, essa “santa e magnífica república” deve ser tornada para sempre “pacífica em si mesma” a fim de que ela comunique “essa felicidade” a todos os reis, príncipes e potentados dos quais ela será composta. (Ib., p.190.).

⁸⁶ Apesar de Dante e Petrarca não pertencerem ao século XVI, suas obras são consideradas os progenitores do renascimento italiano.

⁸⁷ Sobre essa vulgarização da língua italiana e a sua posterior importância para a Europa ver a introdução de DISTANTE, Carmelo In: ALIGHIERI, Dante. A divina comédia. 2007.

⁸⁸ Maximilien de Béthune, duque de Sully (1559-1641), foi ministro no governo de Henrique IV.

Essa paz européia passou a ser ameaçada pelos “[...] inimigos do sagrado nome de Jesus Cristo”, representados principalmente pelos turcos. Contudo, houve uma mudança de posicionamento em relação a esses islâmicos pois, impedi-los “[...] de perturbar a Europa, não é mais combatê-lo para destruir nele o paganismo [...] é defender a Europa contra ele e, com isso unir a Europa, separar a Europa das guerras intestinas que a arruínam, a paralisam, a esmagam”. (Ib., p.191.).

A guerra contra os infiéis deu à Europa cristã a autoridade sobre o continente, essa autoridade por sua vez, levou a uma idéia de equilíbrio entre as nações européias, que levou à dominação universal da Europa cristã.

Uma grande revolução se produziu no final do século XVI e início do XVII. No lugar da tradicional realeza européia, notamos um número cada vez maior de Estados monárquicos ou Estados nações.

Para Febvre,

Viu-se no início desses tempos modernos uma extensão repentina das combinações diplomáticas. Viu-se uma regularidade, uma permanência até então desconhecida introduzir-se no serviço das chancelarias e das embaixadas. Viram-se exércitos permanentes se estabelecerem, as armas se aperfeiçoarem, os meios de atacar e defender as praças se desenvolverem, se tornarem mais complexas e se reforçarem poderosamente. (Ib., p.197-198.).

Portanto, nesse período se constatou que houve uma noção de Europa, não apenas no sentido cultural, mas o início de uma noção de política de Europa. Uma noção política reforçada com o fim dos vários senhores feudais e com o estabelecimento das monarquias, cujo modelo econômico era o mercantilismo.

Devido a esse modelo econômico, iniciou-se uma disputa entre as nações cristãs, porque, para os mercantilistas, uma nação não poderia se enriquecer e se tornar poderosa, se não em detrimento das outras nações. Por isso, a política econômica internacional foi baseada na violência, e todos os mercantilistas, em maior ou menor escala, foram partidários de uma política bélica.

O equilíbrio entre as nações foi rompido, foram necessárias, a partir deste momento, as coalizões contra a monarquia aspirante a dominadora. Apesar disso, era preciso uma palavra para designar todas essas monarquias cristãs sem deteriorar ainda mais as relações entre elas, e a palavra escolhida foi Europa.

Segundo Febvre, houve três momentos distintos nessa Europa;

[...] a primeira das três encarnações da Europa antes da guerra atual, sendo a primeira a Europa organismo político, a Europa das nações rivais; a segunda a Europa pátria, a Europa acima das nações rivais; a terceira Europa refúgio, a Europa contra as nações rivais; na época em que se constitui a Europa organismo político, ou tentativa de organismo político, a Europa das nações rivalizantes, muito rapidamente, Europa, essa palavra significa o agrupamento de potências contra potência que se desenvolve e que, ao desenvolver-se ameaça destruir o equilíbrio arduamente obtido pelas outras potências. (Ib., p.199-200.).

Dessa Europa das nações rivais e da pátria, Febvre realizou um profundo estudo, no qual analisou o significado das revoluções, das nações e do nacionalismo.

2.5 – O fim da nação européia. Nações e nacionalidades.

O século XVIII foi decisivo para a Europa, não apenas pelas revoluções, mas nesse momento, o sentido de uma pátria cristã européia começou a morrer.

A Europa estava imersa em um equilíbrio de forças que resultou em uma paz armada. Contudo, apesar desse tipo de equilíbrio, a Europa continuava a ser cristã, como podemos observar pela frase de Fénelon⁸⁹: “Todas as nações da terra não passam de diferentes famílias de uma mesma república cujo pai comum é Deus. A lei natural e universal, conforme a qual ele quer que cada família seja governada, é preferir o bem público ao bem particular”. (apud, FEBVRE, 2004, p.204.).

O bem público, para Fénelon, era a paz porquê a ambição desmedida destrói a paz, condenada por Deus. Com essa frase de Fénelon, podemos perceber, que a idéia da Europa cristã, ou melhor, dos Estados cristãos, ainda existia no final do século XVII e início do XVIII.

Ele não foi o único a escrever sobre a Europa no início do século XVIII. Há também, Montesquieu⁹⁰, para quem, a Europa foi a união dos elementos nórdicos com os mediterrânicos:

Há na Europa uma espécie de balanço entre as nações do Sul e as do Norte. As primeiras têm, todas, recursos de comodidades para a vida, e poucas

⁸⁹François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715), foi teólogo e escritor francês. Entre suas obras, podemos destacar: *Traité de l'éducation des filles* de 1687 e *Examen de la conscience d'un roi (pour le duc de Bourgogne)* de 1734.

⁹⁰ Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède et de Montesquieu (1689- 1755), um dos grandes pensadores políticos de século XVIII. Entre suas diversas obras podemos citar *De l'esprit des lois* de 1748.

necessidades; a segunda tem muitas necessidades e poucas comodidades para a vida. A umas, a natureza deu muito, e elas só lhe pede pouco: às outras, a natureza dá pouco e elas lhe pedem muito. O equilíbrio se mantém, pela preguiça que ela deu às nações do Sul e pela engenhosidade e atividade que deu às do Norte. Foi o que naturalizou a servidão entre os povos do Sul; como eles podem facilmente ficar sem riquezas, podem melhor ainda ficar sem liberdade. Mas os povos do Norte têm necessidade de liberdade, que lhes proporciona os meios de satisfazer todas as necessidades que a natureza lhes deu. Os povos do Norte estão portanto numa condição forçada, se não são livres ou bárbaros: quase todos os povos do Sul estão de algum modo numa condição violenta, se não são escravos. (MONTESQUIEU, 2005, p.230.).

O mais importante desse trecho de Montesquieu é o balanço entre as nações do Norte e do Sul que realizou. Também nos mostra, que essa Europa estava mais em oposição do que em alinhamento com as outras nações, expõe, ainda, um forte sentimento de hegemonia européia: “[...] a Europa chegou a tão alto grau de poder que o historiador nada tem a que comparar, se se considera a imensidão dos gastos, a grandeza dos compromissos, o número das tropas e a continuidade de sua manutenção”. (Ib., p.267.).

O sentimento de hegemonia e oposição citado por Montesquieu citou, foi principalmente em relação à Ásia:

Disso resulta que, na Ásia, as nações se defrontem com nações do forte ou fraco; os povos guerreiros, bravos e ativos tocam imediatamente povos afeminados, preguiçosos, tímidos; é preciso assim que um seja conquistado, e o outro conquistador. Na Europa, ao contrário, as nações são opostas do forte para o forte; aquelas que se tocam têm mais ou menos a mesma coragem. É a grande razão da fraqueza da Ásia e da força da Europa, da liberdade da Europa e da servidão da Ásia; causa que, que eu saiba, ainda não foi observada. É o que faz com que na Ásia nunca acontece de aumentar a liberdade, enquanto que na Europa ela aumenta ou diminui conforme as circunstâncias. (MONTESQUIEU, 2005, p.327.).

E Montesquieu continuou suas análises sobre a Europa:

O efeito da descoberta da América foi o de entregar à Europa a Ásia e a África. A América fornece à Europa a matéria de seu comércio com essa vasta parte da Ásia que se chamou de Índias orientais. A prata, esse metal tão útil ao comércio como signo, foi ainda a base do maior comércio do universo como mercadoria. Por fim, a navegação da África se tornou necessária; ela fornecia homens para o trabalho das minas e das terras da América. (Ib., p.234.).

Embora Montesquieu afirmasse que a vantagem da Europa se devia a sua relativa tranquilidade, ele sempre deixou explícitas, as contradições entre o norte e o sul:

A maior parte dos povos da Europa é ainda governada pelos costumes. Porém, se por um longo abuso do poder, se por uma grande conquista, o despotismo se estabeleceu até um certo ponto, não haveria costumes nem clima que o contivessem; e nesta bela parte do mundo a natureza humana sofreria, ao menos por algum tempo, os insultos que lhe são feitos nas outras três. (Ib., p.159.).

Essa Europa que, para Montesquieu, era ao mesmo tempo poderosa e frágil, dominadora senhora do comércio e precária, era destruída por seu militarismo:

Uma nova doença difundiu-se na Europa, atingiu nossos príncipes e fê-los manter um número desordenado de tropas. Ela teve seus desdobramentos e tornou-se necessariamente contagiosa, porque, logo que um Estado aumenta o que chama de suas tropas, os demais subitamente aumentam as suas, de modo que, com isso, apenas se alcança a ruína comum. Cada monarca mantém preparados todos os exércitos que deveria manter se seus povos estivessem em risco de serem exterminados. E chamamos paz a esses estados de alerta de todos contra todos. Nestas condições, a Europa encontra-se tão arruinada que os indivíduos que estivessem na mesma situação em que se encontram as três potências mais opulentas dessa parte do mundo⁹¹ não teria de que viver. (Ib., p.269.).

Para Lucien Febvre, a Europa de Montesquieu foi um meio termo, entre a pátria e o gênero humano: “[...] se eu soubesse uma coisa útil à minha nação que fosse ruína para uma outra, eu não a proporia a meu príncipe porque eu sou homem antes de ser Francês, porque sou necessariamente homem, e sou Francês só por acaso”. (apud, FEBVRE, 2004, p.208.).

Além de Fénelon e Montesquieu, Febvre utilizou também, o pensamento de Voltaire⁹² para explicar a Europa. Para ele, havia um entusiasmo no pensamento de Voltaire, um entusiasmo pela civilização. Sua problemática perpassou pelo questionamento da crença de que: a Europa moderna é melhor que a Europa do período antigo:

Que tinham então acima deles esses centuriões e esses tribunos das legiões romanas? Em que os superavam, se não talvez no amor invariável pela disciplina humana? Os antigos romanos eclipsaram, é verdade, todas as outras nações da Europa, quando a Grécia foi dominada e desunida, e quando os outros povos eram ainda bárbaros destituídos de boas leis, sabendo combater mas não sabendo fazer a guerra, incapazes de se unir propositalmente contra o inimigo comum, privados do comércio, privados de

⁹¹ Inglaterra, França e Holanda.

⁹² François Marie Arouet (1694- 1778), conhecido mais como Voltaire, foi um dos principais escritores e filósofos do século XVIII. Inaugurou a figura do intelectual engajado a serviço da verdade, justiça e liberdade de pensamento. De suas obras, podemos destacar, *Mahomet ou le Fanatisme* de 1741 e *Les Loix de Minos* de 1774.

todas as artes e de todos os recursos. Nenhum povo se iguala ainda aos antigos romanos. Mas a Europa inteira é hoje muito melhor do que esse povo vencedor e legislador; considerem-se tantos conhecimentos aperfeiçoados, tantas novas intenções; esse comércio imenso e hábil que envolve os dois mundos; tantas cidades opulentas erguidas em lugares que não passavam de desertos sob os Cônsules e Césares; lance-se os olhos sobre esses exércitos numerosos e disciplinados que defendem vinte reinos policiados; seja por ter conseguido chegar a essa política sempre profunda, sempre agitada, que mantém o equilíbrio entre tantas nações. Enfim, a própria inveja que reina entre os povos modernos, que excita seu gênio e que anima suas obras, serve ainda para elevar a Europa acima daquilo que ela admirava de forma estéril na antiga Roma, sem ter nem a força, nem mesmo o desejo de imitá-la. Mas, de tantas nações, há uma que possa se vangloriar de encerrar em seu seio tal número de oficiais tais como os nossos? (apud, FEBVRE, 2004, p.210-211.).

Politicamente, Voltaire sempre foi um partidário da teoria do equilíbrio europeu.

Podemos notar isso:

Havia muito tempo que já se podia olhar a Europa cristã (salvo a Rússia) como uma espécie de grande república dividida em vários Estados, uns monárquicos, outros mistos; estes aristocráticos, aqueles populares, mas todos correspondendo uns aos outros; todos tendo os mesmos princípios de direito público e político, desconhecidos nas outras partes do mundo. É graças a esses princípios que as nações da Europa não fazem de escravos seus prisioneiros, que respeitam os embaixadores de seus inimigos, que combinam juntos sobre a preeminência e alguns direitos de certos príncipes, como do imperador, dos reis e dos outros potentados menores, e que elas se põem de acordo sobretudo na sábia política de manter entre si, tanto quanto possível, um equilíbrio de poder, usando sem cessar as negociações, mesmo em meio à guerra, e mantendo umas nas outras embaixadores e espiões menos honoráveis que podem advertir todas as cortes sobre os desígnios de uma só, dar o alarme ao mesmo tempo, e prevenir as mais fracas invasões que o mais forte está sempre perto de empreender. (apud, FEBVRE, 2004, p.213.).

Essa passagem é de fundamental importância, para que possamos notar que Voltaire não omitiu a religião, No entanto, apesar de não omiti-la, não acredita em uma Europa cristã como propôs Fénelon, e sim numa Europa fruto da razão abstrata, intelectual e desencarnada.

Febvre defendia que a Europa, para Voltaire, era antes de tudo, uma comunidade de costumes, muito diferentes dos orientais:

[...] tudo difere, constata o *Essai sur le moeurs*, volume IV, resumo, tudo difere entre os orientais e nós: religião, política, governo, costumes, alimentação, vestuário, modo de escrever, de se expressar, de pensar. A maior semelhança que temos com eles é esse espírito de guerra, de morticínio e de destruição que sempre despovoou a terra. (FEBVRE, 2004, p.214.).

Ao tentar resgatar a origem dessa Europa por meio desses vários autores franceses, Febvre utilizou ainda os escritos de Jean Jacques Rousseau⁹³:

Hoje não há mais franceses, alemães, espanhóis e nem ingleses, embora se o diga; há apenas europeus. Todos têm os mesmos gostos, as mesmas paixões, os mesmos costumes, porque nenhum recebeu forma nacional por uma instituição particular. Que lhes importa a que senhor eles obedecem, de que Estado provêm as leis? Contanto que eles encontrem prata para roubar e mulheres para corromper, em qualquer lugar estão em casa. (apud, FEBVRE, 2004, p.215).

O texto de Rousseau marcou o início de um novo sentido para a palavra europeu. Ele marcou o advento do europeu como cidadão de sua grande pátria: a Europa.

A partir daí, houve uma mudança na Europa pois, onde se pronunciava cristandade, passou-se a falar de humanismo. Foi o momento da laicização dos Estados, do Discurso sobre a desigualdade de Rousseau, da substituição da Bíblia, como o único livro das verdades, pela Enciclopédia dirigida por Diderot e D'Alembert, mas, principalmente, foi o momento que começou a falar de uma sociedade das nações, com uma eclosão e explosão do sentimento de Nação.

A Europa e as nações européias imaginadas nesse século XVIII, foram nações de homens ricos, de homens “cultivados”, letrados, educados; de homens que não se colocavam a questão do pão cotidiano; de homens que viveram entre homens para quem essa questão não existia; homens para quem não havia problema social.

Montesquieu escreveu sobre esse caráter elitista da Europa:

Em minhas terras, com meus vassalos, nunca quis que me indispussem contra alguém. Quando me diziam: “Se o senhor soubesse os discursos que foram proferidos!” – Não quero sabê-lo – teria respondido. Se o que me quisessem reportar fosse falso, eu não quereria correr o risco de acreditar. Se fosse verdade, eu não quereria fazer o sacrifício de odiar em biltre. (apud, FEBVRE, 2004, p.222.).

Para Febvre, esse caráter elitista da Europa se deveu principalmente à cultura francesa, essa cultura difundida, a partir do século XIX, para o resto da Europa. “No primeiro quarto, no segundo, no terceiro quartéis do século XVIII, todo lugar era a Europa. Havia cada vez mais Europa. A Europa coroava as nações. A Europa coroava a França”. (FEBVRE, 2004, p.225.).

⁹³ Jean-Jacques Rousseau (1712- 1778), foi escritor, filósofo e músico da língua francesa, sendo um dos mais ilustres do século das luzes. Seus trabalhos influenciaram grandemente o espírito revolucionário francês. Entre suas obras, podemos destacar *Lettres écrites de la Montagne* de 1764 e *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* de 1755.

Todavia, no final do século XVIII, a nação se afirmou. A nação, o nacional, a nacionalidade e o nacionalismo ganharam um grande impulso, e, desse momento em diante, a Europa não mais suspirou a França, a Europa passou a suspirar a nação.

[...] Nação, essa palavra que conhecerá no final do século 18 um crédito tão grande, essa palavra, Montesquieu a utiliza, mas sem lhe prestar uma atenção especial. Ele diz indiferentemente – os povos ou as nações. Ele não diz nação. Ele não diz essa palavra com a mesma entonação que os homens do final do século 18. Ele não coloca no termo nenhuma mística, tanto quanto, aliás, bem depois dele, não o faz Rousseau. Em toda a passagem que li para vocês ele diz os povos. Ele fala da “sociedade dos povos da Europa” ... E no entanto a palavra nação percorre seu caminho, lentamente, subterraneamente, silenciosamente. Bruscamente ela explode, no final do século, no tempo de Luis XVI, e curiosamente, nos meios populares, no exército, entre os soldados. Eles se embebedam com ela. “A Nação se comportou bem”. A frase não data de Valmy, do tempo em que os franceses abordavam o inimigo gritando “Viva a Nação!”. Não, ela se ergue vinte vezes nos textos do século 18, no tempo das últimas guerras do Antigo Regime. (Ib., p.226.)

A Nação é mais do que acordos de fronteira, ou relações comerciais ou mesmo uma língua em comum. Uma nação é constituída de uma consciência comum, de um amor e orgulho, de uma fraternidade política e de um parentesco moral.

Foi justamente essa consciência de nação que a França, em fins do século XVIII, começou a adquirir. Não foi mero acaso, a eclosão da Revolução de 1789. A partir da Revolução, o sentimento não apenas de nação, mas de pátria explodiu. Entre os anos de 1791 e 1793 os franceses foram obrigados a escolher entre permanecer em sua pátria, ou seja, a terra de seus antepassados; ou atravessar as fronteiras. Fronteiras que os grandes, os ricos e os poderosos, aqueles que carregavam consigo, a idéia de uma Europa como a pátria intelectual, em todos os momentos trafegaram.

Portanto, a partir da Revolução, houve duas pátrias; a pátria francesa, a terra de seus antepassados e a pátria européia, essa pátria inóspita, que em todos os momentos tentou invadir a França revolucionária. Sobre esses homens que optaram pela pátria européia, Febvre escreve:

Eles tentam viver. Mas, de qualquer forma, não estão mais em sua terra. Pelo fato de não poderem voltar, ou ao menos voltar à França sem perigo, pelo fato de terem sido excluídos eles próprios da comunidade dos franceses e de essa mesma comunidade por sua vez os rejeitar, eles são obrigados a reintroduzir em seu universo mental divisórias, fronteiras, a fronteira entre a França e a Europa. Eles são obrigados a ter, na ponta de sua pena, a palavra que não lhes pertence, uma vez que quando querem designar seus inimigos, eles próprios os chamam de “patriotas”. E assim são forçados a se dizer de uma pátria, embora a tenham, eles que não se definem como franceses, mas

como cavalheiros, eles que não são os servidores da França mas fiéis de seu rei, que é o rei da França, mas antes de tudo o rei. (Ib., p.228.).

Nesse período houve outra importante mudança dentro da Europa. A nação substituiu a fé, estava formado o novo status da sociedade moderna. Essa sociedade, passou a ser composta pelos ideais de nação, de lei e de rei. O rei era o primeiro a se subordinar à lei, essa por sua vez, necessariamente tinha que se reportar à nação. A partir da Revolução de 1789, tudo o que era real, passou a ser nacional: finanças nacionais, o exército nacional, as instituições nacionais, a justiça nacional etc. Daí em diante, a Europa para os patriotas franceses, passou a ser a Europa hostil, que se mobilizara para deter a Revolução.

Essa Europa que teve sua realeza unida em prol do fim da Revolução, foi a mesma realeza que enfrentava sérias dificuldades em relação à adesão popular ao seu governo, pois o povo, não estava mais disposto a ser espoliado. O povo passou a ter um ideal de nação.

Jaurès pensa:

E se a coalizão dos tiranos fosse completa? Ah, tanto melhor para o universo! [...] Que gênero humano se levante e respire! Que as nações sejam apenas uma; e que essa incomensurável família de irmãos mande seus plenipotenciários sagrados jurarem no altar da igualdade do direito, da liberdade dos cultos, da eterna filosofia, da soberania popular, jurarem a paz universal. (apud, FEBVRE, 2004, p.236.).

Com a Revolução de 1789, tudo desmoronou para a realeza. O único fato que restou foi a nação. A nação francesa que se ergueu contra o resto do mundo europeu pelas mãos de Napoleão Bonaparte. Desse momento em diante, não houve mais a Europa, houve um Império, um Império Napoleônico: “[...] era um belo império, escreve ele a Gourgaud em Santa Helena. Eu tinha oitenta e três milhões de seres humanos para governar, mais do que a metade da população da Europa”. (FEBVRE, 2004, p.250.).

Victor Hugo escreveu em 1827 sobre o sonho de Napoleão em formar um Império francês:

Ali, vejo-o guiando o obus de saltos rápidos,
Ali, massacrando o povo em nome dos regicidas,
Ali, soldado, aos tribunos arrancando seus poderes,
Ali, cônsul jovem e orgulhoso, emagrecido por vigílias
Que sonhos de império enchiam de maravilhas,
Pálido sob seus longos cabelos negros... (apud, GALLO, 2006, p.245.).

No contexto napoleônico, a Europa se tornou apenas o nome de um lugar. Bonaparte não tomou a Europa como seu objetivo. Para ele, o que importava realmente era o Império que ele chamou de França: “A Europa nunca deixou de fazer a guerra à França, a seus princípios, a mim”. (apud, FEBVRE, 2004, p.251.). Ou ainda, “[...] eu acabo de reconciliar a França e a Europa”. (apud, FEBVRE, 2004, p.252.).

Sobre a queda de Napoleão, Victor Hugo escreveu:

Ó monumento vingador! Troféu indelével...
Destroço do Grande Império e da Grande *Armée*,
Coluna, de onde tão alto fala a boa fama!
Amo-te: o estrangeiro admira-te com pavor.
Amo teus antigos heróis, esculpidos pela Vitória,
E todos esses fantasmas da glória
Que atropelam ao teu redor...
Entendo-o estrangeiro, que nos crê sem memória,
Quer, folha por folha, rasgar a nossa história,
Escrita com sangue, à ponta do ferro...
Tomem cuidado! – A França, onde cresce uma nova geração,
Não está tão morta ainda que ature um ultraje!...
Tudo arma-se, e a quem inebriava outrora
Meu nome saxão, misturado aos gritos de guerra!
Eu, que seguia o vôo de um pendão triunfante!
Que, juntando aos clarins minha voz entrecortada,
Tive como primeiro brinquedo o anel de ouro de uma espada!
Eu, que fui soldado quando era criança! (apud, GALLO, 2006, p.241-242.).

Passada a Revolução, a tormenta da Era Napoleônica, a Europa renasceu com suas velhas formas de pensamento. Houve a volta da teoria do equilíbrio, do falso equilíbrio entre estas potências européias. França, Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia se vigiavam sob a falsa perspectiva de serem aliadas, uma Santa Aliança.

Entretanto, essa Restauração enfrentou um grande problema. O século XVIII legou para a Europa uma mudança na mentalidade da população:

[...] todos esses homens (e os camponeses tanto quanto os nobres e tanto quanto os burgueses), havia lutado, não mais, como outrora, nobres homens de tradição militar, homens cujo emblema era a espada, cuja função tradicional era erguer a espada para a defesa de seu Deus e de seu rei, mas plebeu, homens cujos emblemas eram a charrua e o pesado sapato de pregos feitos para esmagar os torrões, o Bundschuch dos camponeses alemães de 1525; homens sem reduzi-los à condição de autômatos, sem privá-los de reações e de sentimentos, ao contrário. Sentimentos, eles os tinham espalhado, e ardentes, através de toda a Europa. E aqueles sentimentos eles não deviam mais esquecer.(FEBVRE, 2004, p.253.).

Organizou-se a Europa, entre os príncipes, entre os ministros e embaixadores. Mas agora havia os povos, havia as nações. Foi esse o grande drama da Restauração. Ela reuniu um governo, um rei, uma corte, ministros, prefeitos, embaixadores como antes. Contudo encontrou uma nação no lugar de seus antigos súditos. Eis novamente o drama da monarquia de julho⁹⁴. E foi justamente nesse período que podemos observar o aparecimento de um novo conceito, a nacionalidade⁹⁵:

A Europa das nacionalidades [...] é a novidade, e que vai encher o mundo durante um século, que vai enchê-lo de revoluções, de problemas e de guerras, Europa das nacionalidades, pois a nacionalidade existe por toda parte onde ainda não existe nação. A nacionalidade é a constituição dos povos que ainda não atingiram o estágio de nação. É um grupo humano que aspira ou a formar uma nação autônoma, ou a fundir-se, por afinidade, numa nação já existente. É uma nação virtual, uma nação a quem falta um Estado, um Estado que lhe pertença ou um Estado que seja livremente aceito por ela. (FEBVRE, 2004, p.257.).

A nacionalidade, essa construção nova, pode ser considerada uma das causas diretas para o processo de unificação alemã. A Alemanha nasceu com um poderoso sentimento de nacionalidade, a Alemanha que invejava a pátria francesa, como podemos perceber em Hegel, “[...] tendes sorte ó franceses..., sois uma nação”.(apud, FEBVRE, 2004, p.227.).

Porém, apesar das diferenças entre as nações e de suas nacionalidades, a Europa tentou manter o equilíbrio, a balança entre elas. O resultado dessa política não poderia ter sido mais catastrófico, pois, devido à nacionalidade, houve aumento da circulação da quantidade de armas no continente europeu, isso provocou, nesse equilíbrio europeu, um período de uma paz armada.

Febvre lamenta:

Equilíbrio europeu? Não, paz armada. E primeiramente, sem dúvida, quarenta anos daquela paz, quarenta anos durante os quais os povos da Europa em sua maior parte põem sua cabeça sob as asas e se deixam embalar pelo sussurro do mar, como cisnes em torno do barco. Quarenta anos e, um belo dia, a catástrofe. Um grande cadáver, a Europa. Uma grande ferida, a civilização [...] É o último drama, e o mais amargo, e o mais angustiante. (2004, p.267.).

⁹⁴ Proclamada em 09 de agosto de 1830, a monarquia de julho sucedeu na França o processo da Restauração. Processo que marcou a subida de Luis Filipe ao trono da França. Seu reinado perdurou até o ano 1848, quando fora substituído por uma junta burguesa presidida por Lamartine, que instaurou a segunda república francesa.

⁹⁵ Para Lucien Febvre, a nacionalidade era o caráter nacional, o espírito de amor, a união fraternal e o patriotismo comum a todas as pessoas de uma mesma nação.

As nações e as nacionalidades foram produtos explosivos, que desde o seu surgimento, tornaram o ideal de uma nação ou pátria européia impossível de ser retomado. Por que isso? Lucien Febvre argumentou:

Porque a nacionalidade fazia surgirem duas coisas igualmente temíveis. Uma é a raça, essa potência animal e temível, e misteriosa, a raça que os homens sentem, que alguns grupos de homens sentem como uma fatalidade, que, por sua causa horroriza os homens livres, os homens que trazem em si o sentimento dessa liberdade moral, hostil a qualquer fatalidade, que habita tão fortemente o coração e os espíritos de nossos grandes homens. A outra é a história, ou melhor, o passado, essa força esmagadora, essa massa formidável que parece sempre querer esmagar o presente... Felizmente... felizmente o passado é um cadáver. E na fina película do presente se refugia a vida, a vida e suas explosões, a vida e suas criações, a vida que nada tem a ver com o passado, e então, eu acredito, com a Europa, esse sonho que nunca se cristalizou, esse sonho que, eu acho, nunca se tornará realidade, ao menos se se tratar de uma livre criação. Ele pode se tornar realidade, mas como uma criação de escravidão, como uma realização desse sonho monstruoso de dominação, de dominação universal, que tantos homens, tantos reis, príncipes, guerreiros acalentaram, do Temerário a Carlo V, de Felipe II a Luís XIV, de Napoleão... eu não diria quem. (Ib., p.271.).

O sentimento de nação foi um dos motivos que provocaram a batalha entre o povo alemão e a França em 1870. Esse povo alemão selou sua unidade e criando não apenas uma nação, mas criando um sentimento de nacionalidade.

Para Lucien Febvre, o surgimento da Alemanha foi uma prova de que nunca houve, durante todo o século XIX, um entendimento verdadeiro entre as nações européias. Houve remissões pacíficas num clima de guerra latente, houve hesitações a desencadear a guerra e uma forte tendência de combinações diplomáticas para evitar a utilização dos canhões. Ainda segundo ele, “[...] o espírito de verdadeira paz, de desarmamento dos apetites, das ambições, das raivas, nunca houve, nunca”. (Ib., p.276.).

Mas, apesar desse clima de permanente guerra, apesar dessa mobilização bélica constante nessa Europa, houve um forte crescimento industrial.

“A nação é a nação armada”.(Ib., p.276.). Contudo, para se armar, era necessária a tecnologia e um grande investimento de capital. A ciência, a partir desse século XIX, se mobilizou para a indústria bélica. A indústria passou a representar uma instituição de um enorme poder, que os chefes das nações mais desenvolvidas usavam para atingir suas metas. Para Febvre:

E a nação, e a nação armada, o exército nacional do recrutamento, e o exército nacional cada vez mais industrializado para uma guerra cada vez

mais científica, tudo isso aparece simultaneamente, tudo isso se manifesta ao mesmo tempo, tudo isso compõe o retrato de uma Europa das nações que cada vez mais se torna impossível de conceber como uma Europa de paz, como uma Europa de união, como uma Europa de fusão, se não a concebermos, compreendamos bem, como unificada pela força de um de seus membros, só, como realizada pela absorção e pela subordinação a um só. (Ib., p.277.).

Essas fissuras profundas, produzidas pelo sentimento de nação e de nacionalidade, levaram as nações da Europa, no início do século XX, a entrar novamente em guerra, uma grande guerra, que legou resultados catastróficos. Resultados que motivaram, que levaram Lucien Febvre a refletir não apenas sobre a guerra, as mortes e as tragédias, o levou a uma profunda reflexão sobre a real importância da paz. “É preciso que a paz tenha o mesmo prestígio do qual gozam a guerra, o sacrifício de guerra, o heroísmo de guerra; não uma paz mole, inerte, egoísta e malsã, mas uma paz viril, uma paz que lute, uma paz que queira o que? A salvação da humanidade”. (Ib., p.303.).

Capítulo III – A Honra e a Pátria.

3.1. A Meditação engajada pela morte.

Ó liberdade! Quantos crimes foram cometidos em teu nome! (Rolland, apud Winock, Michel. As vozes da liberdade. 2006).

Saibamos limitar-nos no tempo. Vamos remeter-nos aos séculos em que, em uma Europa que buscava a si mesma – e ainda não deixou de buscar-se – nossos antepassados, agrupados em grandes massas territoriais que eles dotavam de nomes – França, Alemanha – refaziam lentamente, penosamente seu mundo sobre as ruínas de mundos destruídos e tomavam posse de sentimentos novos. (Febvre, Lucien. Honra e Pátria. 1998).

Em seus cursos de 1944 e 1945, Febvre analisou a gênese da Europa, mais precisamente, como vimos no capítulo anterior, o surgimento dos sentimentos de nação e nacionalidade no continente europeu. Observamos ainda que, invariavelmente, esses dois sentimentos causaram o fim do sonho de uma grande pátria européia.

Nos anos seguintes ao curso sobre a gênese da Europa, Febvre deu prosseguimento à sua análise sobre a civilização européia. No entanto, a partir do final de 1945 e início de 1946, ele passou a pensar sobre dois sentimentos, que atingiram todos os cidadãos franceses, nos anos da invasão alemã: a honra e a pátria.

Se no século XVIII e início do XIX, o conceito de uma pátria européia foi destruído pelos ares da Revolução de 1789, e posteriormente, pelo surgimento da pátria alemã, com o seu ideal de nacionalidade, na segunda metade do século XIX e início do XX, o sonho dessa grande pátria já não existia mais nos corações desses homens. Seus corações e espíritos haviam nutrido um sentimento de amor por suas pátrias e por uma defesa quase intransigente de sua honra. Nas palavras de Norbert Elias:

Até começos do século XX, as classes altas de outros países europeus também consideraram, provavelmente, as regras de um código aristocrático de honra como vinculatórias, mesmo que transgredissem as leis do país. Entretanto, dificilmente em qualquer outro país o duelo desempenhou um papel tão central, até 1928, quanto na Alemanha, Áustria incluída; aí continuou sendo a peça central do código de honra, não só dos estratos superiores, mas também das classes médias altas, não só da nobreza e de todo o quadro de oficiais do exército, mas também os estudantes e graduados de confrarias da burguesia. (1997, 69-70.).

Honra e pátria, dois sentimentos tão caros a homens, como os filhos de Henriette Psichari⁹⁶, como aos oficiais do regime Vichy⁹⁷, ou ainda aos homens que apoiaram a coluna Leclerc⁹⁸, ou a homens como Marc Bloch, morto pelos alemães em 1944.

Guerras, mortes, paz e vida, foram esses os verdadeiros temas dos cursos de Lucien Febvre a partir de 1944. Não foi apenas a prisão e a morte de Bloch que comoveu Febvre, mas também as mortes dos “[...] jovens, nossos filhos e nossos irmãos”(1998, p.25), que morreram por acreditarem na salvação da pátria.

Essas mortes brutais, horrendas, fizeram com que Febvre meditasse sobre morte. Realizou uma profunda reflexão, sobre esses sentimentos que moviam os homens ao campo de batalha e que os levavam à morte. Em suas palavras: “[...] a idéia deste livro, de historiador e, espero de pura história, veio-me bruscamente em um triste dia de 1942. Ele nasceria, como tantos outros, de uma meditação engajada pela morte”.(Ibid, p.25).

Historiador atento ao uso da linguagem, Febvre iniciou seu curso de 1945, desconsiderando todas as teorias sobre a honra e a pátria. Para ele, essas duas palavras não tiveram seu sentido fixo, elas foram se esculpindo conforme as épocas históricas:

[...] ao longo deste livro, falaremos de sentimentos. Veremos homens que preferem seguir os conselhos da honra ou os apelos da pátria. Logo se fossemos moralistas, nossa primeira preocupação deveria ser definir o sentimento de honra, definir o sentimento de pátria. Se fôssemos: mas somos historiadores, ou seja, os exegetas da mudança; na nossa ótica, nada do que é matéria de história escapa às exigências do tempo que tudo desloca, do meio que se modifica sem trégua; do ser humano que jamais permanece idêntico a si mesmo [...](Ib., p.28.).

Ou ainda:

Então? Então a definição teórica nada é para nós. Em nosso trabalho é preciso saber disso, e talvez na vida também. A definição teórica tem que estar fora de um estudo feito por historiador. [Uma] definição teórica não é nada. A história da palavra, sim, feita com precaução é muito.

⁹⁶ Henriette Psichari foi secretária da Enciclopédia francesa, cujo filho, Michel, oficial no L'Argonaute, morreu em 8 de novembro de 1942 diante de Oran, quando houve o desembarque das tropas americanas na África do Norte; seu outro filho Jean-Gabriel, oficial de carreira, respondeu ao chamado de 18 de junho de 1940, quando encontrava-se na fronteira entre a Líbia e o Saara e partiu para a Nigéria inglesa. Um defendendo o que o outro queria destruir ao preço de suas vidas.

⁹⁷ Foi o Estado francês dos anos 1940-1944, o qual era um governo fantoche da influência nazista, opondo-se às Forças Livres Francesas, baseadas inicialmente em Londres e depois em Argel. Foi estabelecido após o país se ter rendido à Alemanha nazista em 1940, na Segunda Guerra Mundial. Recebeu o seu nome da capital do governo, a cidade de Vichy, a sudeste de Paris, próximo de Clermont-Ferrand.

⁹⁸ Colonne Volante (Coluna “Voadora” Francesa Livre), também chamada de Coluna Leclerc. Era formada por dois grupos de reconhecimento blindado. Esta divisão militar participou da campanha na Tunísia, quando foi encerrada a cisão entre as forças francesas.

Pois saber que uma palavra é antiga na língua ou, ao contrário, que é nova, recente, que nossos pais ou avós a criaram, [isso não é] indiferente. Não porque as palavras antigas sejam fatalmente, necessariamente mais ricas de sentido e, portanto, de ressonâncias, que as novas. Mas no final das contas elas têm maiores chances de ter deixado traços mais fortes em nossas consciências; logo, de se tornarem conselheiras mais fortes de ação ou de inação nos momentos de fraquezas, de derrota ou de abandono. (Ib., p.55.).

Realizando a história das palavras, como ele propôs no texto acima, analisou algumas palavras que designam agrupamentos e formações humanas:

Estado, é uma palavra recente. Mas seu sentido político é moderno. É uma palavra do século XVI, uma palavra do século XVII.
 Nação, é uma palavra ainda mais recente, uma palavra que só adquire seu valor, seu sentido pleno e sua eficácia no século XVIII.
 Diante delas, País é uma velha palavra neutra, uma velha palavra de sempre, que vai ser traduzida pelos doutos como “Pátria”: ver texto no processo de Joana d’Arc; uma palavra usada para evitar, para quando se quer evitar pronunciar a palavra Nação ou Pátria. (Ib., p.55-56.).

Além da preocupação com as palavras, ao analisar a honra e a pátria, Febvre tentou estabelecer uma cronologia para esses dois sentimentos. Por isso, procurou retomar o Império Romano, mais precisamente, o período de conquista da Gália, realizada por Júlio César ao derrotar Vercingetórix: “Nesse sentido, analisemos ‘deveras’ o Vercingetórix de Alésia para definir o sentimento da Pátria entre os gauleses ou a Honra entre os conquistadores. Ao término desse esforço saberemos muitas coisas, não sobre os gauleses, mas sobre nós mesmos”. (Ib., p.33.).

E por último, sempre preocupado em não julgar,mas compreender os fatos, Febvre argumentou:

[...] é precisamente este passado histórico que nos interessa, a nós historiadores. É esse passado histórico que é preciso reconstituir. E é esse passado histórico do qual talvez nada sei, partindo da hipótese de que me coloco na origem da pesquisa na posição neutra que é a do observador, que lançará sobre as decisões daqueles que ontem escolheram ou submeteram-se – mas submeter-se é escolher, não nos deixemos enganar pelas palavras – uma luz que talvez, possa esclarecer se não tudo, pelo menos quase tudo sobre suas condutas, seus comportamentos em meio a uma das crises mais graves que a história poderia conhecer e estudar. (Ib., p.53.).

Nacionalidade, fidelidade, disciplina, coragem, abnegação, honra e pátria. Essas palavras foram capazes de interferir na vida dos homens, durante todas as épocas históricas, pois, tiveram um poder sobre a vida e a morte. Na Idade Média, por exemplo, esses sentimentos foram movidos pela divisão financeira, a recusa ou os regateios das

contribuições. No período de Joana d’Arc, toda a mobilização ao seu redor; ou um pouco mais adiante, os apelos dirigidos à nação por Luis XIV devido ao ferimento à honra, após a derrota para a Inglaterra no século XVII; ou a questão dos Camisards⁹⁹, ainda neste mesmo século XVII. Contudo, esses sentimentos ganharam ainda mais importância em 1789, segundo Febvre, o conflito mais instrutivo de todos, pois, marcou a luta ideológica e sentimental “entre a velha e a nova sociedade”. (Ib., p.43.).

Ele explica:

Durante a Revolução há emigrados, fiéis ao rei; há patriotas, fiéis a Nação. Depois deles (vem o) Império, o Império desse Napoleão que de início restabeleceu em proveito próprio os sentimentos de fidelidade que outrora eram exigidos pelo rei, mas que finalmente beneficiou-se dos sentimentos de Nacionalidade ao mesmo tempo explorado(s) e encarnado(s) por ele. (Ib., p.44.).

A partir de agora, ater-nos-emos especificamente ao estudo que Febvre realizou sobre a palavra honra.

3.2. A Honra.

Honra e Pátria. Embora essas duas palavras andem lado a lado e em tempos de guerra, elas passem a ter um mesmo sentido, essas duas palavras, ou esses dois sentimentos, não são contemporâneos. Seu desenvolvimento, apesar disso, foi paralelo e, por isso, a necessidade de estudá-las separadamente.

“Honra, honor na língua da Idade Média; em latim honos, honor, honoris. É a mesma palavra e sua vitalidade é grande. Os dicionários o atestam, consagrando-lhe longos verbetes. É uma palavra viva, logo uma palavra que muda”. (Ib., p.59.).

Ao retrazar a história dessa palavra, Lucien Febvre, lhe atribuiu duas divisões durante o tempo histórico. A honra interior e a honra exterior.

A honra exterior seria a consideração que vem de fora, dos outros homens, da sociedade, na qual estivermos integrados, ora sob a forma de encargos honoríficos ou honrosos, ora sob a forma de distinções ou de preferências.

Além dessa honra externa, havia para ele, a honra interna, sentimento interno, desenvolvida em todos com força “[...] a ponto de impor as mais duras renúncias, os

⁹⁹ Calvinistas que se mobilizaram durante a perseguição que se seguiu à anulação do édito de Nantes.

mais heróicos sacrifícios, não somente de interesse material, mas de interesse pessoal”. (Ib., p.61.). Essa honra interna, Rabelais foi quem melhor conseguiu definir:

Toda a sua vida era apoiada, não por leis, estatutos, ou regras, mas na vontade própria e livre-arbítrio. Levantavam-se da cama quando bem lhes parecia; bebiam, comiam, trabalhavam, dormiam quando lhes vinha o desejo, ninguém os acordava e ninguém os forçavam a beber, nem comer, nem a fazer qualquer outra coisa. Assim o estabelecera Gargantua. E sua regra consistia nessa única cláusula: faze que o quiseres, pois as gentes livres, bem nascidas, bem instruídas, que se mantêm em honestas companhias, têm por natureza um instinto e estímulo que as conduz sempre à virtude e as afasta do vício; é o que elas chamam de honra. (apud, FEBVRE, 1998, p.260.).

A honra à qual, mesmo lhes fazendo mal, os heróis se submetiam, com toda a força de seus corações e almas, o que os levavam a ações corajosas e nobres, que os distinguiram da grande massa:

“Honra cruel, mortal aos meus prazeres, quantos Suspiros me custarás e quantos prantos”. (CORNEILLE apud, FEBVRE, 1998, p.61.).

Ou ainda o mesmo Corneille, na mesma página de Febvre:

“Vejo que vossa honra pede me todo o sangue”. (Id. p.61).

Febvre mostra que esses heróis, esses homens, que se submetiam a tal privação de prazeres, fizeram parte de um grupo privilegiado da sociedade. Um exemplo disso, foi o fato de o “[...] proletariado não jurar por sua honra ou sobre a sua honra. É uma coisa que jamais lhe ocorreria espontaneamente. Ele diz simplesmente ‘eu juro!’ ou ‘eu juro pela minha mãe morta, por meu filho’. Ele não diz: ‘juro por minha honra’.(Ib., p.62.).

Portanto, notamos que a honra é uma ordem herdada, pertencente a um grupo. Por exemplo, o grupo das mulheres na Idade Média, tinha uma conduta de honra a seguir antes do casamento, a virgindade, e uma conduta depois do casamento, de acordo com a qual ela não poderia se prostituir e deveria além de jurar fidelidade ao marido. O grupo familiar, no qual os filhos poderiam desonrar os pais, mas esses mesmo filhos pagariam um alto preço pela desonra dos pais. Isso poderia levá-los ao suicídio ou ao assassinato, pois a desonra se pagava com sangue.

Existia todo ritual que a honra ditava. Geralmente esses ritos ou gestos eram de um tempo muito anterior. Aquele que desonrasse o grupo, deveria ser afastado e se matar, não com uma espada, mas com um revólver¹⁰⁰.

Todos esses aparatos de rituais, de gestos podem ser explicados pelos próprios preceitos da honra, pois ela, foi era uma herança para os membros desses grupos.

Se analisarmos o padrão desses grupos movidos pela honra, chegaremos à conclusão de que a honra teve sua raiz na imitação. Na imitação dos mesmos ritos, das mesmas condutas, que não ofereciam a oportunidade do debate, que não permitiram pensar, apenas obedecer, fazer e nada questionar.

De todos os setores sociais, notamos que, na classe dos militares, esses rituais, ganharam uma conotação muito forte. Não apenas no Exército, mas também na Marinha e na Aeronáutica. Não há discussões, e nem casos de consciência. Faz-se apenas o que deve ser feito.

Não podemos considerar que a honra seja um sentimento pessoal interior. Ela foi e é, o resultado de uma pressão, aceita pelo grupo, no qual estamos inseridos, do coletivo sobre as consciências individuais.

Mas, se a honra é a imitação, se a honra não é um sentimento pessoal, qual o verdadeiro sentido de honra? – Febvre nos forneceu a resposta:

A honra é antes de tudo uma recusa, uma recusa a pactuar com aquilo que é feio, baixo, vulgar, interessado, não gratuito; uma recusa a inclinar-se diante da força só porque ela é a força; diante da paz, porque a paz, diante da felicidade, porque é a felicidade. A honra implica, naquele que a traz em si, um sentido altaneiro e resolutivo do risco – jogo em que se corre o risco de perder a vida ou ganhar a estima de seus pares – um senso do trágico do destino e também da dignidade na infelicidade, tudo isso que se alia muitas vezes a um grande desejo de isolamento, uma grande recusa de pactuar com o mundo, com o mal, e finalmente de isolar-se em sua torre de marfim. (Ib., p.66).

Portanto, essa honra foi um sentimento muito respeitável, sendo invocado constantemente na vida cotidiana pelos homens que, para entrarem em determinados grupos, davam sua palavra de honra de que o compromisso assumido teria um caráter sagrado.

¹⁰⁰ O ritual de suicídio, devido à honra perdida, foi amplamente difundido no Japão medieval, com os rituais do seppuku e do harakiri. Contudo, ao contrário do Ocidente, onde geralmente era utilizado um revólver carregado, uma nobre arma para nós ocidentais, no oriente, esse ritual do suicídio era realizado com uma espada, a alma do samurai.

Podemos aplicar essa honra a dois grupos, primeiro para as classes. A honra elaborada pelos membros de uma mesma classe, muitas vezes durante séculos, de forma que, se o indivíduo se recusar a adotá-las, desonra sua classe.

Num segundo grupo, para as profissões. Os membros de uma mesma profissão respeitam a honra pré-determinada pelo grupo. O caráter essencialmente pessoal, desaparece. E então temos, homens de honra seguindo a honra de sua classe.

Portanto, esse sentimento deixou de ser apenas um sentimento e se tornou uma conduta, um referencial, “[...] que nos momentos de dificuldade, intervém para confirmar que o bom caminho é realmente aquele e não um outro, que o bom caminho é o caminho da honra”. (Ib., p.76-77.).

Mas, qual foi a origem desse sentimento de honra? – remontar a origem de um sentimento tão profundo como a honra, é complexo. Podemos, assim como Lucien Febvre, realizar algumas suposições. Por exemplo, de que a honra foi um sentimento que teve uma longa gestação. Para Febvre, o início desta gestação está nas antigas eras, quando houve o desenvolvimento dos primeiros clãs. Houve então, a moral de cada clã, que correspondia ao seu modo de vida.

Segundo Febvre:

Há se quisermos assim, a moral desses normandos que, por um lado, mercadores hábeis e sutis, andaram longamente por todos os mercados do Ocidente, de Constantinopla aos portos do Reno e que, por outro, pacientes trabalhadores da terra, araram as solidões da Islândia sob os rigores do inverno ou, levados pelo espírito de aventura e ganho, percorreram em pilhagens cruéis e assustadoras todos os cantos acessíveis às suas violências, matando, massacrando, violando e roubando, mas conservando intacta a sua moral de estupro e esses roubos, mas respeitando escrupulosamente a lei de sua selva, mantendo o culto dos heróis forjados no combate etc. (Ib., p.85.).

O que impediu que apenas essa moral dos clãs transformasse a Europa em um campo de batalha permanente? – para respondermos à esta questão, é necessário que retornemos ao Império Romano, mais especificamente, para uma religião que surgiu e conquistou Roma: o cristianismo.

Para Febvre, “Esta religião, à diferença de muitas outras, por exemplo da antiga religião romana, esta religião ensina uma moral. E essa moral, a moral cristã, conheceu, histórica e humanamente, um sucesso bem grande”. (Ib., p.85.).

O cristianismo sempre manteve seus ensinamentos e sua moral intactos, seus ensinamentos de fraternidade entre os homens, e, cada vez mais, se espalhou pela Europa.

Esse sentimento cristão, que encontrou uma fusão com os sentimentos estóicos e pagãos, começou a ganhar o contorno que entendemos por honra. Ao sentimento nascido dessas fusões nós poderíamos dar o nome de solidariedade, correspondendo entre os homens àquilo que estes acreditavam ser um apelo, ou mais especificamente, o que Marc Bloch denominou “uma voz de sangue”¹⁰¹.

Além da solidariedade, houve um outro sentimento, nascido das fusões do cristianismo, paganismo e estoicismo, o sentimento de fidelidade, que correspondeu aos laços de vassalagem¹⁰².

Neste momento histórico, não era a voz da terra que rugia mais alto e sim antes a voz do sangue, da família, da parentela. Sangue e solidariedade. Toda a linhagem defende o parente lesado, morto ou acusado. Isso significou, para essa Europa, um conflito de linhagem contra linhagem.

De acordo com Febvre, “quando o senhor entra em uma batalha, e bruscamente o perigo se apresenta, seu pensamento não se dirige para a terra, para o país, a pátria, “terra-pátria”. Seu pensamento vai para a linhagem”. (Ib., p.89.).

Por que o pensamento desse homem foi para a sua linhagem, seu sangue? – a terra pátria não existia, não havia pátrias ou mesmo nações nesse período histórico, o homem era nômade e, por ser nômade, o que ocupou o lugar da pátria, dessa pátria que ainda não existia, foram os camaradas, os seus companheiros.

Febvre ensina: “É o bando ao qual ele se anexa, do qual se faz soldado ou bandido, é a tribo, se, sob outros céus, ele vive empurrando os rebanhos diante de si; é um grupo de homens, não é uma extensão de terreno”. (Ib., p.94.).

Esse sentimento entre companheiros e amigos e parentes explicava a importância dos laços de sangue, especialmente, a honra da família. Portanto, identificamos um primeiro sentimento, a solidariedade familiar, a voz do sangue. Contudo, podemos observar que houve um segundo sentimento, o da fidelidade, ou os laços de vassalagem.

A fidelidade do vassalo ao senhor feudal implantou-se naturalmente com o sentimento da solidariedade de linhagem. A dependência do vassalo em relação ao senhor feudal, fez do senhor, uma espécie de parente suplementar.

¹⁰¹ Sobre esse conceito de “voz de sangue”, ver Os laços de homem para homem: os laços de sangue, In: BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70. p.154-178.

¹⁰² Sobre a homenagem vassálica, ver: BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, p.178-198.

Podemos observar a relação do vassalo com o seu suserano nos dos versos de Doon de Mayence:

Se meu senhor for morto, eu quero ser morto,
Enforcado, com ele me enforcuem,
Queimado, com ele me queimem,
E afogado, com ele, me afoguem. (apud FEBVRE, 1998, p.96.).

Se analisarmos a relação do senhor feudal no Japão medieval, com os samurais, perceberemos que os versos de Mayence poderiam ser perfeitamente válidos para o contexto japonês¹⁰³. Contudo, essa relação, aqui no Ocidente foi um pouco diferente, permanecendo muito mais no campo teórico. Na prática, essa relação de vassalagem não foi pacífica, pois houve revoltas, muitas revoltas. Porém a força dos laços criados pela vassalagem foi considerável.

O próprio ritual de sacramento da vassalagem, mostrou bem como essa relação aproximou os homens iguais. E notemos ainda mais, esse ritual passou a ser sacramentado:

Para prestar homenagem, o vassalo ajoelha-se diante do senhor, coloca as mãos em suas mãos e beija-o na boca. Ora, temos representações da homenagem amorosa em selos. E tem mais. À homenagem junta-se em boa hora, por intervenção da Igreja, o juramento: rito cristão acrescentado ao rito de vassalagem. (FEBVRE, 1998, p. 105.).

Contudo, a dependência do vassalo em relação ao seu suserano resultou, em uma dependência da terra. O sentimento de livre escolha perdeu-se à medida que o vassalo ficou alienado do feudo, aos deveres da vassalagem e ao senhor que dava ou vendia, seus campos, seus bosques, seus castelos, a lealdade de seus homens.

Na prática, observamos que os laços de vassalagem, levaram a uma dependência dos senhores mais fortes em relação aos mais fracos:

Excepto na Alemanha, praticamente preservada, como veremos, deste abuso por um sentido hierárquico excepcional, a entrada das relações feudais no comércio, teve, além do mais, o efeito absurdo de, muitas vezes, um poderoso se encontrar na situação de se fazer homem “de boca e mãos” dum outro mais fraco do que ele: o grande conde, tendo adquirido um feudo na dependência dum pequeno castelão, acreditar-se-ia que ele alguma vez

¹⁰³ Podemos observar que a relação entre o daimyo e o samurai exemplificou bem os versos escritos por Mayence, basta analisarmos o episódio dos 47 ronins, samurais que tiveram seu senhor assassinado, a mando de outro daimyo, que devotaram suas vidas a vingarem a morte de seu senhor. Após terem concluído sua vendetta, todos os ronins praticaram o ritual do seppuku, pois, suas vidas não tinham valor sem o seu senhor.

tivesse tomado verdadeiramente a sério o ritual de entrega, a que um uso vão o obrigava a sujeitar-se? (BLOCH, 1982, p.266.).

Marc Bloch observou em seus escritos, um ponto importante nessas relações de vassalagem. Como um senhor mais forte iria se sujeitar a um mais fraco? O que manteve essa ligação? – Febvre respondeu: “O juramento e a honra”. (1998, p.100.).

O vassalo deixou de ter apenas um senhor, praticamente seu parente, que era seu patrão, tutor e defensor. Esse vassalo passou a ter vários senhores, com uma grande propensão a se tornarem, para o vassalo, apenas arrendadores de terra, quando o feudalismo estava dando lugar ao comércio. Segundo Marc Bloch: “Mas eis o reverso. Mesmo esta epopéia, que tanto preza a virtude vassálica, não é mais do que uma longa narrativa dos combates que os vassalos dirigem contra os seus senhores”. (1982, p.263.).

Se estes homens perderam o referencial de soberania e, com ela, o referencial de senhor, Febvre explicou que a honra substituiu esse referencial:

Podemos ver claramente como surgiu o espaço, cada vez mais, para um sentimento referencial que o vassalo foi buscar, com toda naturalidade, não fora dele, mas nele ou, antes, que ele concebe como dependente dele, completamente, e exterior a ele. Pois a honra é ao mesmo tempo, algo de exterior e de superior ao homem de honra e algo que é dele, que lhe pertence, que logo há de tornar-se sua honra, ao final de uma longa evolução. (1998, p.101).

Honra, uma das poucas sustentações da suserania em sua fase de declínio. A honra era não trair, permanecer fiel:

Porque deve-se evitar parecer mudar de rota no momento em que aqueles que seguram o outro caminho atingiram seu objetivo; porque aqueles que atingem o objetivo têm direito à recompensa e, ao renegar, acabaremos com aquele ar de quem quer se associar à divisão dos benefícios, de quem decide abandonar um caminho que conduz ao impasse ou mesmo à prisão, a morte, à desonra, por um outro que (todo mundo percebe e, então, é tarde demais, leva às honras e o poder). (Ib., p.104.).

A partir desse momento, houve uma fusão do ideal de honra e o ideal católico, como podemos notar nos versos de Leon de Gautier¹⁰⁴;

Desde que tenhamos feudo ou terra de barão,
Devemos em todo lugar vir em sua ajuda,
Desde que não se trate de destruir igrejas,

¹⁰⁴ Leon de Gautier (1832-1897), foi historiador da literatura e arquivista francês do século XIX. Entre seus livros, podemos destacar a edição crítica da Canção de Rolando de 1872.

Nem de fazer mal à pobre gente.
Pois ninguém pode contra Deus guerrear.(apud FEBVRE, 1998, p.107.).

Ou ainda, “[...] honra, sentimento desconhecido da Antiguidade e criado pela cavalaria, a honra é o resumo de todas as virtudes cavaleirescas”. (FEBVRE, 1998, p.107.). Não que antes da sociedade cavaleiresca não houvesse honra, certamente eles conheceram a palavra honra, não no sentido que um homem do século XII. Mas qual o seu sentido naquela época?

*A canção de Rolando*¹⁰⁵ nos mostra que Carlos Magno, ao encontrar o sobrinho caído no campo de batalha gemeu:

Amigo Rolando, de ti Deus tenha misericórdia!
Minha honra está entrando em declínio. (apud FEBVRE, 1998, p.108.).

Encontramos ainda o exemplo seguinte:

Ai recebereis as leis dos cristãos,
Sereis seu homem por honra e bem. (apud FEBVRE, 1998, p.109.).

E, por fim:

Que viver na vergonha, mais vale viver na honra. (apud FEBVRE, 1998, p.111.).

Portanto, esses versos, mostram que existia a palavra *honra*, e que ela era utilizada muito frequentemente, mesmo antes do século XII. Não tinha, porém, o mesmo sentido do século XII. Mas existia o sentimento interno da honra, mas bem diferente, um sentido de domínio, de bem ou de feudo:

Je vos durai feus e honors e teres¹⁰⁶.(apud FEBVRE, 1998, p.114.).

Portanto, enquanto os homens dispunham de sentimento referencial tão simples, tão forte, quanto o sentimento de fidelidade de homem a homem, não houve a necessidade de misturar esse sentimento de fidelidade com o sentimento de honra. Isso

¹⁰⁵ Poema épico composto no século XI, sendo a mais antiga das canções de gesta escrita em língua românica. O poema narra o fim heróico do Conde Rolando, sobrinho de Carlos Magno, que morre junto de seus homens na Batalha de Roncevaux, travada no desfiladeiro de mesmo nome contra os sarracenos.

¹⁰⁶ Eu vos darei feudos, domínios e terras.

não implicou no desconhecimento da palavra, para os homens anteriores à sociedade cavaleiresca no século XII.

Ao mesmo tempo o motor dos homens na Idade Média, pois o que os marcou, foi o sentimento de fidelidade, um devotamento cego, uma obediência incondicional ao chefe.

Prosseguindo suas análises, Febvre avançou dois séculos em seus estudos, citando duas figuras do século XIV e XV, Froissart¹⁰⁷ e Monstrelet¹⁰⁸. O importante na análise desses dois homens é percebemos que o sentido de honra mudou. Já não era mais o sentido de território que havia no período anterior ao século XII, também não tinha mais o sentido do próprio século XII, de fidelidade. A honra a partir do século XIV e XV, ganhou importância individual – ela se tornou um prestígio, uma honra externa ao indivíduo, que vai buscá-la, com lança em punho e espada na mão.

No período, a honra passou a ser uma condecoração possível de se ganhar ou perder, com as suas ações. Para isso, a honra passou a ter algumas obrigações impostas ao fiel cavaleiro. Por exemplo, servir, amar, obedecer e prestar reverência a seu senhor, como escreveu Étienne Marcel¹⁰⁹ em 1358:

Se vos agrada saber, muito respeitado senhor, que as pessoas de bem de Paris não se tomam por vilões e que cometem vilanias: todas essas coisas são um grande desprazer para todo o vosso povo e não sem razão, pois primeiro lhes deveis proteção e defesa, e eles devem prestar honra e obediência, e que precisam de um mas não mantêm o outro. (apud FEBVRE, 1998, p.272.).

Prosseguindo o estudo da palavra honra, realizado por Febvre, chegamos à figura de Bayard¹¹⁰. Desse cavaleiro Bayard, desse generoso, leal e cortês cavaleiro. Para Bayard, a honra deveria primeiramente seguir três ações: dever-se-ia honrar primeiramente sua casa, a sua família; depois, seu senhor no momento, e por último, seus companheiros.

Se mantivesse sua honra nessas “três solidariedades”, o cavaleiro criaria uma fama comum. Isso o levaria a lugares mais elevados dentro da sociedade. Podemos observar esse fato, nos textos:

¹⁰⁷ Jean Froissart (1337- 1404), foi um dos mais importantes cronistas da época medieval. Podemos destacar em sua obra *Lais amoureux et de Nostre Dame*.

¹⁰⁸ Enguerrand de Monstrelet (1400- 1453), cronista francês autor de *Chroniques de Monstrelet*, no qual analisou a participação da França na Guerra dos Cem Anos.

¹⁰⁹ Étienne Marcel (nascido aproximadamente entre os anos de 1302 e 1310 – 1358), pertenceu à burguesia parisiense, participou do movimento reformador que foi instaurado na França em 1357.

¹¹⁰ Pierre Terrail (1476- 1524), famoso cavaleiro nascido na região da Lombardia.

Sire, embora o dito senhor Bayard fosse servidor de vosso inimigo, sua morte foi lamentável, pois era gentil cavaleiro, bem-amado de cada um e viveu tão bem como jamais homem de seu estado. E, na verdade, ele bem o mostrou em seu fim, pois este foi o mais belo de que já ouvi falar. (apud FEBVRE, 1998, p.120.).

Ou, quando ferido em guerra em Bresci, fora acolhido na casa de um rico homem, que fugira no período da guerra, deixando sua mulher e suas duas filhas sozinhas em sua casa: “Madame, não sei se poderei escapar do ferimento que tenho, mas enquanto viver, a vós e a vossas filhas não será infligido nenhum desprazer, não mais que minha pessoa. Guardai-as somente em seus quartos, que elas não se façam ver!” (apud FEBVRE, 1998, p.121.).

Generosidade, lealdade, cortesia, honra? Seria a honra uma virtude? – para Febvre, embora Bayard tenha tido todas essas qualidades, a honra de forma alguma seria uma virtude. Ela era antes de tudo, uma devoção completa, por parte desse cavaleiro em relação a não apenas ao seu senhor, mas era ligada a toda sua conduta.

Já no século XVI, tempo de Rabelais, Febvre afirmou que o sentido de honra mudara novamente. A partir desse momento, a honra seria a força motriz da vida moral entre as pessoas de elite reunidas.

No século XVII, Bossuet¹¹¹ distinguiu a honra em dois tipos, a honra, crédito e a autoridade dado por empregos e cargos; e a honra, boa opinião que fazemos de nós mesmos.

Febvre se pergunta:

Em que sentido, vejam: o que é a honra para Bossuet? Ele dá duas definições:
a) “Falo aqui da honra que nasce da estima dos homens...”
b) A honra é um julgamento que os homens fazem sobre o preço e o valor de certas coisas. (1998, p.143.).

Essa visão de honra para Bossuet foi questionada por Febvre: “Que avaliação devemos fazer disso?” (Ib., p.145.).– E sua resposta foi: “Depende. É preciso distinguir se os homens nos honram por determinadas coisas em nós que são realmente dignas de louvor – por exemplo, nossas qualidades físicas ou intelectuais – que seja”. (Ib., p.145.).

¹¹¹ Jacques Bénigne Bossuet (1627- 1704), famoso estadista inglês, que escreveu *Discours sur l'Histoire universelle* em 1681.

Por esse motivo, Febvre argumentou, que a honra deveria ir para a virtude e unicamente para a virtude, pois na medida em que este homem dava provas de sua virtude que ele deveria ser honrado. A virtude seria o hábito de viver segundo a razão.

Honra e virtude, sentimentos antagônicos, exercido por classes diferentes, a honra obedecida pelos poderosos, à virtude, obedecidos pelos cristãos. Dois sentimentos que colidiram no século XVIII com outras duas idéias, a idéia de nação, mas principalmente a idéia de pátria.

3.2. A Pátria.

Nação e Pátria, sentimentos sempre ligados, desde os seus primórdios. Nação que, para Febvre, “[...] é feita não de indivíduos, mas de grupos já ligados por necessidades de existência, de trabalho”.(Ib., p.229.). A Nação subordina esses grupos à tarefa comum, com o sentimento de pertencer a uma coletividade, nascendo, desse modo, uma solidariedade.

A Nação harmoniza as tendências divergentes dos vários setores da sociedade, une com um laço único as ligações sociais múltiplas que reúnem, em seu próprio interior, os membros dos grupos.

A Pátria – local onde os nossos ancestrais nasceram e estão enterrados, “[...] terra pátria, terra dos pais, dos ancestrais, do povo; terra dos mortos; terra também dos vivos que nascem dos mortos, terra que nutre o solo dos mortos”. (Ib., p.227.).

Portanto, a Pátria para Febvre é o solo, a terra onde estão enterrados os nossos antepassados, já a Nação é uma construção mental realizada no seio dessa Pátria. Qual a origem da palavra Pátria?

A palavra Pátria não é muito antiga. É uma palavra do século XVI. É falso que trata-se de uma palavra do século XV. É falso que se pode encontrá-la em Chartier: é uma interpolação de 1661. É falso que Joana d’Arc a tenha empregado no interrogatório de 12 de maio de 1431, do qual temos a minuta em francês. Ela declara que disse ao rei: “Coloquem-me em pena, o país será poupado”. Mas os escribas traduzem em latim: “pátria statim alleviata”. É falso que pode ser encontrada no diário dos Estados Gerais de 1483, de Masselin. É um texto em latim. E quando nele encontramos a palavra pátria, é porque temos em mãos a tradução do abade Garneir, que é de 1768, e que foi vulgarizada por Isambert. (Ib., p.150.).

Febvre afirma que, pelo menos até a terceira década do século XVI, seria falso atribuir um sentido mais profundo para a Pátria. O sentido de pátria ganhou o nosso contorno apenas entre os anos de 1540 e 1550, tornando-se de uso corrente a partir de 1550.

Para o autor,

Em 1544 encontramos Pátria, autenticamente, na tradução de dois Diálogos de Platão por Étienne Dolet em *Délie* de Maurice Scève.

Em 1546, aparece em Rabelais.

Em 1549, aparece na *Deffence* (Defesa) de Du Bellay. Mas Ch. Fontaine protesta:

Quem tem país não precisa e Pátria... A palavra Pátria entrou obliquamente e veio para a França ultimamente com outras corrupções itálicas. Dela não quiseram fazer uso os antigos franceses, temendo os escorchantos do latim. (Ib., p.151.).

Esse patriotismo conhecido no século XVI foi, sobretudo, o patriotismo do camponês como escreveu Du Bellay:

França, mãe das artes, das armas e das leis.
 Tu me alimentaste longo tempo do leite de teu seio
 Ora, como um cordeiro chamado pela mãe
 Encho com teu nome todos os antros e os bosques,
 Se algumas vezes me reconheceste como filho.
 Porque não respondes agora, ó cruel?
 França, França respondes à minha triste querela.
 Mas nada, senão Eco, respondeu à minha voz. (apud FEBVRE, 1998, p.152.).

Ou ainda, a Pátria evocada, foi à pequena Pátria como escreveu Du Bartas¹¹²:

Semelhante ao francês que em sua juventude,
 E do Tibre e do Pó trilha a bela margem, (...)
 Ele não pode esquecer o lugar onde nasceu;
 A cada hora do dia, volta para a França
 E seu coração e seu olhar, se entristecem por não ver
 A fumaça em ondas gris sobre seu teto flutuar. (apud FEBVRE, 1998, p.152.).

Portanto, percebemos que a Pátria tinha “ressonâncias carnis e sentimentais” (FEBVRE, 1998, p.152.), evocando a terra e os mortos. Nesse sentido, da Pátria enchendo-se de substância humana e substância vivida, Du Bellay escreveu:

¹¹² Guillaume de Saluste senhor du Bartas (1544- 1590), foi um escritor e poeta francês, entre sua obras, podemos destacar: *La Semaine ou Création du monde* de 1581.

Quando reverei, hélas¹¹³ de meu pequeno povoado
 Fumar a chaminé, e em que estação.
 Reverei o cercado de minha pobre habitação
 Que para mim é província e muito mais ainda? (FEBVRE, 1998, p.153).

Ou ainda: “Quando para vir aqui abandonei a França/ A França e meu Anjou, cujo desejo me fere”. (FEBVRE, 1998, p.153).

Contudo, essa palavra Pátria, que no século XVI ganhou um grande destaque nos sentimentos desses camponeses franceses, sofreu um processo de retração no século XVII. A Pátria tornou-se uma palavra de aparato, pois os sentimentos em relação à realza voltaram a ser os sentimentos de fidelidade e devoção ao Rei, com tal força que esse Luis XIV disse: “O Estado sou eu”. Para Febvre, este fato explicaria o porquê de a palavra fazer parte da língua de homens como Bossuet ou Massillon¹¹⁴.

Com o enfraquecimento da Pátria nesse século XVII, observamos que a realza “[...] pretendeu absorver a nação”(FEBVRE, 1998, p.154). Esse fato provocou o declínio do patriotismo francês, que desse momento em diante, passou a ser apoiada pelo clero e a nobreza.

No entanto, no final do século, observamos uma ascensão do sentimento de Nação. Pois essa é uma construção, uma realidade psicológica, e essa nação, esses camponeses e essas famílias da França, criaram uma mentalidade, uma consciência nacional, uma consciência estatal, mas principalmente, uma consciência patriótica. Segundo Febvre:

A Nação é a tomada de consciência de uma história que age perpetuamente sobre um ideal, de um ideal que age perpetuamente sobre a história. a história vivida em comum determina a tomada de consciência. E esta tomada de consciência marca a representação da história, o sentido da história o curso mesmo da história. A Nação é ao mesmo tempo um fato sofrido e um fato querido de onde vem a sua força. (Ib., p.156).

Essa consciência patriótica pode ser notada no texto de d’Aguesseau¹¹⁵ em 1715:

O patriotismo, este amor quase natural para o homem, esta virtude que conhecemos pelo sentimento, que louvamos com a razão, que deveríamos seguir até mesmo por interesse, não deita a ela profundas raízes em nosso

¹¹³ Expressão francesa que denota pesar.

¹¹⁴ Jean-Baptiste Massillon (1663- 1742), pensador da Igreja francesa.

¹¹⁵ Henri François d’Aguesseau (1668-1751), foi um magistrado francês.

coração? E não poderíamos dizer que se trata de uma planta estrangeira nas monarquias que só cresce plenamente (...) nas repúblicas?
 Na república sim! “Lá, cada cidadão acostuma-se, quase ao nascer, ao olhar o destino do Estado como seu próprio destino particular... O amor da Pátria torna-se uma espécie de amor próprio, amamo-nos verdadeiramente ao amar a república chegamos até a amá-la mais que a nós mesmos”. (apud FEBVRE, 1998, p.160).

Porém, ao mesmo tempo em que a idéia de Pátria esteve conectada diretamente com a idéia de República, como foram os casos dos ingleses em direção a América ou dos franceses para a Holanda e a Prússia, encontramos também a idéia de Pátria ligada à figura do Rei, como podemos notar no texto de Tricornot¹¹⁶:

Íamos bastante seguidamente à casa do cavaleiro Hamilton e encontrávamos aí muitos ingleses, certo dia conheci o coronel Ainslie que voltava de Constantinopla; falava-se de política e governo. Sem dúvida, minhas idéias sobre o assunto o agradaram, pois pegou-me pela mão e, sacudindo-me o braço a ponto de quase deslocar-me o ombro, como é do hábito deles, disse-me: “O senhor mereceria ter nascido inglês – O que o senhor coronel está querendo dizer? Já lhe disse que não sou francês, sirvo ao rei de França, e sou de uma pequena nação reunida à dele, que talvez o senhor sequer conheça, mas saiba que em minha qualidade de cidadão do Franche- Comté, tenho-me em tanta estima quanto a um inglês, mas sentir-me-ia bastante desgostoso de sê-lo”. (apud FEBVRE, 1998, p.289).

Observamos portanto, que a Pátria, em tal contexto, estava na figura do rei, unicamente e exclusivamente do rei, pois não havia para o nobre, outro dever de consciência, do que o dever da fidelidade, como mostrou Voltaire em 1777:

Um desses dois mártires está vivo (d’Étallonde) e é um ótimo e muito bravo oficial. Obtive para ele uma colocação junto ao rei da Prússia; ele é seu engenheiro. Quem sabe ele não virá um dia para assediar Abberville quando fordes comandante de um exército da Picardia? (apud FEBVRE, 1998, p.161).

Claro que esse retorno à fidelidade ao rei, foi contestado, como podemos observar no texto do padre Ives, capuchinho:

Quanto à terra de nosso nascimento, devemos-lhe primeiramente a habitação e nela construir nossa morada: pois é uma espécie de ingratidão, uma leviandade por demais incivil, um amor venal, um insigne desconhecimento que a fere de enorme mágoa deixá-la por uma outra que prometa um pouco mais comodidade. (apud FEBVRE, 1998, p.161).

¹¹⁶ Charles Tricornot de Rose (1876-1916), aristocrata e piloto militar.

No século XVIII, os escritores franceses mantiveram “estas maneiras de sentir nobiliárquicas, sejam eles nobres ou não [...] eles as adotam, adaptando-as, é claro, ao introduzir a noção de humanidade”. (FEBVRE, 1998, p.162).

A Pátria neste momento ficou em segundo plano, segundo Montesquieu:

Se eu soubesse de uma coisa útil para a minha nação que fosse ruínoza para outra, eu não a proporia a meu príncipe, porque sou homem, antes de ser francês, porque sou necessariamente homem e não sou francês senão por acaso. (apud FEBVRE, 1998, p.162).

Ou como escreveu Diderot¹¹⁷: “Um republicano é sempre mais apegado à sua pátria que um súdito à sua pela razão de que se ama mais o próprio bem que aquele de seu mestre”. (FEBVRE, 1998, p.164).

E mesmo com a Revolução de 1789, podemos notar que o caráter nobiliárquico, citado por Febvre, se manteve, com podemos observar no Relatório do Comitê de Constituição sobre as Sociedades populares, de setembro de 1791: “Quando uma constituição fundada sobre os direitos do homem cria uma pátria, um sentimento caro e profundo liga à coisa pública todos habitantes do Império”. (FEBVRE, 1998, p.165).

Ou no relatório de Robespierre¹¹⁸ à Convenção em 18 pluvioso: “O que é a Pátria sem País onde se é cidadão e membro do Soberano? (apud FEBVRE, 1998, p.165).

Contudo, não houve apenas a Pátria, havia a Nação também, que nesse século XVIII, ganhou um grande poder, chegando a realizar oposição à figura da realeza: “Haverá sempre uma enorme diferença entre uma dívida nacional e uma dívida real”. (FEBVRE, 1998, p.166).

Ou ainda, “A simples vontade do rei não é uma lei completa; a simples expressão desta vontade não é uma forma nacional”. (Ib., p.166).

No final do século XVIII, o nacional substituiu o real. “Diz-se: indústria nacional, trabalho nacional, prosperidade nacional, manufaturas nacionais, educação nacional, espírito nacional, política nacional, e finalmente Assembléia Nacional”. (Ib., p.167).

¹¹⁷ Denis Diderot (1713-1784), escritor, filósofo e enciclopedista francês.

¹¹⁸ Maximilien Marie Isidore de Robespierre (1758-1794), principal figura da Montanha na Convenção no período da Revolução Francesa.

3.3 – Honra ou Pátria.

Analisados as evoluções históricas dos sentimentos de Honra e Pátria, notamos que, o tempo soldou essas duas palavras. Contudo, elas significavam as mesmas coisas? Eram os mesmos sentimentos? Evocavam as mesmas idéias?

Percebemos que em tempos de paz, essas questões, às vezes nem são colocadas. Mas e em tempos de guerras? “Essas duas palavras não reencontrariam cada uma a sua personalidade – e sua potência – mantida intacta em seu casamento”. (Ib., p.169).

Nós analisamos que a Honra foi: “[...] uma recusa a pactuar com aquilo que é baixo, vulgar, interesseiro, não gratuito; uma recusa a inclinar-se diante da força porque ela é a força, diante da felicidade porque ela é a felicidade, diante da paz porque ela é a paz. (Ib., p.170).

Vimos também, que a honra vem de um sentimento, uma sensibilidade: “[...] uma sensibilidade muito viva às diminuições de que nossa pessoa pode ser vítima, um grande sentido da beleza de sua própria vida, que implica obrigação de tudo fazer para que ela não seja pisoteada, de apagar qualquer humilhação que possa atingi-la”. (Ib., p.170-171).

Mas percebemos, acima de tudo, que a honra foi uma força de ação, pois, ela engajou o homem na ação “de imediato, totalmente, instantaneamente, sem discussão, a honra que não espera, que não hesita, que não se pode mediar”. (Ib., p.171).

Como qualquer outro sentimento, analisamos a evolução de seu sentido, desde o começo de uma civilização francesa “digna, realmente desse nome”(Ib., p.171), desde estes séculos X e XI, quando vimos que a França começou a tomar seu sentido atual:

[...] desde o tempo em que pertencia, propriamente, a esses bandos de fiéis que se agrupavam atrás de um chefe e obedeciam-lhe cegamente; desde o tempo que se confundia com o sentimento de fidelidade ao chefe, de fidelidade incondicional ao chefe, até o tempo que a honra já se tornara um sentimento bem mais refinado, bem mais matizado sobre o qual os teólogos discutiam, os pregadores pregavam. É um sentimento forte também nos séculos XVI, XVII e XVIII; um sentimento de casta, apanágio da nobreza e do exército. Mas através do exército, da nobreza, ele espalhou-se nas camadas mais humildes da população que aspiravam à nobreza e já começavam a pensar nobre e que, por outro lado, serviam aos exércitos “com distinção” e pensavam como seus chefes. (Ib., p.171).

Notamos ainda, que foi no Estado monárquico que a honra floresceu pois, foi ela que desempenhou o papel de sentimento nacional para os nobres. Foi à honra que ligou esses homens com seu chefe, o Rei, do mesmo modo, que esse sentimento ligou outrora, os homens a seus senhores.

Mas, como já vimos anteriormente, foi no século XVIII, que outros dois sentimentos ganharam muita força, o sentimento nacional e o sentimento patriótico. Em 1754 d'Argenson escreveu: “Jamais repetiram-se os nomes nação e Estado como hoje em dia. Esses dois nomes não eram pronunciados jamais sob Luis XIV e tínhamos deles somente idéia”. (Ib., p.172).

Segundo Febvre, essa afirmação foi falsa. Mas foi verdadeiro que essas duas palavras tenderam a assumir um novo sentido que Turgot¹¹⁹ tentou em 1751 diferenciar: “Um Estado é uma junção de homens reunidos sob um só governo. Uma Nação é uma junção de homens que falam a mesma língua materna”.(Ib., p.172).

Paralelamente ao desenvolvimento dos termos honra e nação, a Pátria também fez seus progressos. Notamos, que houve um primeiro sentido para patriótico e para as idéias patrióticas, que germinavam em cada cidade, assumindo um caráter local.

Um segundo sentido foi atribuído, o de ser um bom ou mau patriota, ou o bom ou mau cidadão. A palavra ainda ganhou um terceiro sentido: “Patriota, igual a quem ama a pátria”. (Ib., p.173).

Mas, o que aconteceu como consequência da propagação dessas duas palavras: Nação e Pátria? – Febvre nos respondeu:

Acontece que, a partir do momento que se engajou a luta entre os privilegiados e os outros, as duas noções de Pátria e de Honra entraram naturalmente em oposição. Os partidários da Assembléia e logo da República foram os patriotas. Os outros guardavam para si, reivindicavam para si o monopólio da honra.(Ib., p.174).

A Honra portanto, passou a ser um sentimento nobre dos emigrados da França, como podemos ver no texto sobre a saída do conde d'Espinhal de Chantilly em 17 de julho de 1789:

Tenho sempre diante dos olhos este respeitável chefe da ilustre casa de Condé, de sobrecasaca azul, a espada ao lado, levando sua família, deixando friamente sua magnífica habitação. Nada marcou-me mais, eu o confesso, que esta espada sob a sobrecasaca. Parecia ser o único bem que ele não quis abandonar; ele parecia querer dizer: “a marca distintiva de um gentil-homem

¹¹⁹ Anne Robert Jacques Turgot (1727- 1781), político e economista francês.

é sua espada; ela não deve deixar-me nunca e minha honra a ela está ligada. A monarquia não pode existir sem esta nobreza da qual sou um dos primeiros membros e, talvez, seja à espada de um Condé que o Rei um dia venha a dever sua coroa. (Ib., p.175).

O conde ainda empregou, como podemos analisar, a palavra patriota como uma injúria: “Julgo que este senhor é um franco patriota que bem poderia juntar-se à nova revolução, se nossos patriotas juntarem-se aos daquele país”. (Ib., p.177).

Ao contrário, quando a palavra honra deslizou sob a caneta de um patriota, um sentimento de mal-estar logo surgiu, sobre esse fato, Jaurès escreveu:

A honra francesa foi ferida! E são os que se pretendem patriotas que usam esta linguagem! Luis XVI também, assim como Narbonne, os Feuillants e os ministeriais falam à nação na linguagem da honra. Ainda uma vez: os homens livres jamais souberam o que era honra. A honra é apanágio dos escravos; a honra é o talismã pérfido com o qual vimos os déspotas esmagarem sob os pés a santa humanidade. Desde o 14 de julho não ouvimos falar de honra. Porque então de repente reproduzir essa palavra para substituir virtude? Que um povo seja virtuoso, que seja forte é tudo para ele, mas a honra... A honra está em Koblenz e o que importa para a nação francesa a opinião de alguns tiranos, de alguns escravos que fugiram da aurora da liberdade? No entanto, foi em nome dessa honra que Brissot pediu a guerra. (Ib., p.177).

Desse modo, o divórcio foi claro. A honra estava em um extremo e a pátria em outro.

Considerações Finais.

O intuito desse trabalho foi analisar a visão de Lucien Febvre sobre a construção da Europa; mais especificamente, sobre os acontecimentos da história européia que levaram ao desfecho trágico da Segunda Guerra Mundial. Notamos que, em todos os momentos de seus cursos, Febvre dialogou com seu presente, um presente destruído pelos massacres impostos pela invasão alemã.

Abalado com os acontecimentos entre 1940 e 1944, Febvre analisou em seus cursos no Collège de France, a partir de 1944, o surgimento da Europa. Para isso, como todo grande historiador, retomou os primórdios da civilização grega, dando o nome da princesa Europa ao continente. Febvre analisou ainda, que nesse período, o mundo era dividido em três blocos: a Europa, a Ásia (grande rival da Europa), e por fim, a Líbia (África).

Logo em seguida, começou sua análise sobre o aparecimento de um sentimento de nação européia. Tal nação somente começou a se desenvolver com a queda do Império Romano, que deixara de exercer uma influência quase absoluta na região do Mediterrâneo; influência que começou a ser exercida pelo cristianismo.

O mundo cristão, que surgiu quando Carlos Magno restabeleceu a hegemonia cristã em relação ao islã. Após os Carolíngios, o mundo europeu conheceu o poder local, com o senhor feudal. O cristianismo ganhou pleno poder sobre a mentalidade da população européia. Nasceu no seio da Idade Média, uma relação de fidelidade dentro de um dos estamentos de sua sociedade. O sentimento tão caro nessa Idade Média: a fidelidade, que rapidamente evoluiu para um sentimento de dever, que evoluiu para o sentimento de honra.

Em contrapartida, observamos que essa Europa começou a sofrer um processo interessante, no final do século XVI. A conquista do mundo pelos burgueses, como em certa ocasião Charles Morazé escreveu.

Esses burgueses que provocaram uma verdadeira revolução, esses burgueses que incutiram na mentalidade européia, a partir do século XVII, um sentimento de nação. Nação que se opunha ao conceito de Monarquia; nação que foi contra os abusos dessa Monarquia. E, por esse motivo, no século XVIII, os gritos dessa nação (uma nação que já não era mais a nação Europa, ou a nação cristã, mas sim, uma nação francesa) eclodiram em julho de 1789.

Com o processo da Revolução em marcha, veio a era napoleônica. Com ele, o sentimento de honra e pátria se mesclou. Uma pátria francesa, ou melhor, um Império

francês: esse foi o intuito de Napoleão Bonaparte, como podemos constatar no segundo capítulo desse trabalho.

O fim dessa era de Bonaparte I representou a volta das antigas alianças, ou a Santa Aliança, começou a ser exercida novamente na Europa. Uma santa aliança, exercida novamente pela realeza européia, que propunha a teoria do equilíbrio. O frágil equilíbrio europeu.

Pois nessas nações européias, não havia mais súditos, e sim, cidadãos. Cidadãos que não aceitaram mais os excessos dos nobres, cidadãos que tinham como o grande propósito a pátria. Em contrapartida, esses Estados europeus se armavam, para evitar que alguma outra nação repetisse o feito revolucionário francês.

Contudo, em 1870 veio a primeira grande derrota francesa, na guerra Franco-Prussiana. Essa guerra, que foi uma das responsáveis diretas pela formação do Estado alemão moderno. Nessa guerra onde a França foi humilhada, após a batalha de Sedan, perdendo os territórios da Alsácia e Lorena.

A partir deste momento, o equilíbrio europeu começou a entrar em colapso. Era urgente uma redefinição dos mercados globais, era necessário abrir esses mercados para Alemanha e Itália. Como resultado disso, observou-se o fim do equilíbrio europeu e o início da Primeira Grande Guerra.

E novamente observamos as palavras honra e pátria serem pronunciadas. “À honra dos soldados alemães!” ou “a pátria francesa foi atacada!”. Essas duas palavras, que em tempos de paz, têm sentidos diferentes, mas que em tempos de guerra, vêem seu sentido se unir.

A honra, uma recusa de participar com aquilo que é baixo ou imoral. Vimos, a partir do terceiro capítulo, que essa palavra honra, teve sua origem na Idade Média, com o sentimento de fidelidade entre os nobres. Vimos ainda que a Honra ganhou uma força muito grande, dentro do círculo nobre e militar.

A Pátria, a terra onde nasceram e estão enterrados os nossos antepassados. A pátria, um sentimento adjunto de outro, o da nação. Essa pátria francesa, que ganhou um grande sentido para o campesinato.

Como vimos, a honra: sentimento derivado da cavalaria medieval, dos nobres medievais – ganhou uma grande adesão por parte dessa mesma nobreza, nos tempos modernos. A pátria teve uma importância para o Terceiro Estado, para os camponeses e os burgueses.

Honra e pátria, dois sentimentos antagônicos que representavam o interesse de dois estados da sociedade francesa. Mas, como esses dois sentimentos se uniam em tempos de guerra, a tal ponto de Jaurès proclamar que a “honra francesa foi ferida!”?

Pensando em todos esses fatos, Febvre estava respondendo suas próprias questões, de um homem do início do século XX. Febvre observou que o sentimento de honra foi aos poucos sendo incorporado pela população, sofrendo um processo de fusão com a pátria – esse fato ocorreria apenas em tempos de guerra.

O alistamento de seu filho, Henri Febvre, a prisão de Fernand Braudel, a morte de Marc Bloch e o caso de Henriette Psichari fizeram Febvre refletir sobre a guerra, levando-o a essas reflexões sobre a Europa e a Honra e Pátria.

Através deste trabalho, constatamos que em todas as ocasiões de suas aulas no Collège de France, Febvre tentava raciocinar sobre o destino trágico de sua França, ou melhor, os trágicos destinos de homens como os filhos de Henrinette Psichari ou principalmente, de Marc Bloch, companheiro inominável, ao qual Febvre retomou em seus escritos pouco antes de sua morte.

Honra, Pátria, Europa, bom europeu, mal europeu, guerras, mortes, prisões, torturas: claro que esses foram os temas que inspiraram Febvre em sua jornada intelectual. Diferentemente de Marc Bloch, que por uma série de motivos, foi se radicalizando com o tempo, Febvre sofreu uma têmpera em seu modo explosivo de ser. Muito idoso para se alistar a resistência em Lyon, como fizera Bloch, Febvre procurou pensar sobre os rumos da civilização européia em seus cursos, na França e na Bélgica.

Mas, sem dúvida, os grandes temas que marcaram os cursos de Febvre, foram a paz e a esperança. Esperança de ter uma Europa livre dos campos de concentração, livre do terror da guerra, das execuções, das mortes de irmãos e dos intelectuais prematuramente mortos. Enfim esperança de que os únicos combates necessários aos homens fossem pela história.

Esperança, a grande companheira da vida de Lucien Febvre, que não o abandonou até seu último dia, como ele mesmo pronunciou no encerramento de seu curso sobre a gênese da Europa em 1945:

Na estrada que sobe,
Arrastada, pendurada nos braços de suas duas irmãs mais velhas
Que a seguram pela mão,
A pequena esperança
Avança...

E no meio... ela parece se deixar arrastar,
E na realidade é ela que faz as outras andarem,
E que as arrasta,
E que faz todo o mundo andar
É ela, essa pequena, que arrasta tudo.
E tudo se acabaria em lassidão,
Essa enorme aventura,
Como, depois de uma ardente colheita,
O lento cair de uma grande noite de verão
Se não houvesse minha pequena Esperança... (PÉGUY apud FEBVRE, 2004
p.303).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência Nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, s/d.
- _____. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Europa**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.
- BERR, Henri. **A síntese em história**. Trad. Julio Abreu Filho. São Paulo: Editora Renascença S. A., 1946.
- BLOCH, Marc. **Avènement et conquêtes du moulin à eau**. In: Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T.VII, 1935, p. 538-563.
- _____. **L'étrange défaite: témoignage écrit em 1940**. Paris: Société des Editions Franc-Tireur, 1946.
- _____. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra**. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras 1993.
- _____. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. **La France sous les derniers capétiens (1223-1328)**. Paris: Armand Colin, 1964.
- _____. **A sociedade feudal**. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BRAUDEL, Fernand. Lucien Febvre e a História. In: Revista de História. São Paulo, vol.XXXI, nº64, ano XVI. p.401-407.

_____. **Lucien Febvre. 1878-1956.** In: Annales, Économies, Sociétés, Civilisations. Paris: Armand Colin, T.III, 1956, p.289-291.

_____. (dir.). **A Europa.** Trad. Ana Paula Faria. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. **A identidade da França.** Trad. Lygia Araújo Watanabe. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989. Vol.I.

BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas.** Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago. 1993.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.** Trad. Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Maria Lúcia G. Pallares. **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CLARK, Stuart (org.). **The Annales school: critical assessments.** New York: Routledge, 1999.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo B. **Lucien Febvre: combates por uma nova história – considerações sobre um projeto historiográfico.** Tese. Campinas, São Paulo, 2000.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia.** Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

DOSSE, François. **A história em migalhas.** Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges e MANDROU, Robert. **Histoire de la civilisation française.** Paris: Armand Colin, 1958. T.I.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Vol.I.

_____. **Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FINK, Carole. **Marc Bloch: uma vida na história.** Oeiras: Celta Editora, 1995.

GALLO, Max. **Victor Hugo: eu sou uma força que avança.** Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Vol.I.

GALLO, Max. **Victor Hugo: este um sou eu!.** Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Vol.II.

- GRANET, Marcel. **O pensamento chinês**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GUARIBA NETTO, Ulysses T. **Leitura da Obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales. Introdução à análise do conhecimento histórico**. Tese. Assis, São Paulo, 1975.
- GURIÊVITCH, Aaron. **A síntese histórica e a escola dos anais**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.
- LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (org.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, 2006. 2V.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Uma breve história da Europa**. Trad. Maria Idalina Ferreira Lopes. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- _____. **A velha Europa e a nossa**. Trad. Regina Louro. Lisboa: Gradiva, 1995.
- _____. **As raízes medievais da Europa**. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- MANDROU, Robert. **Francia en los siglos XVII y XVIII**. Trad. José Manuel Cuenca. Barcelona: Editorial Labor, 1973.
- _____. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVII**. Trad. Nicolau Sevcenko e J. Guisburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- _____. **Introduccion a la Francia moderna (1500-1640): ensayo de psicologia historica**. Trad. Leonor de Paiz. México: UTEHA, 1962.
- MICHELET, Jules. **La Bruja**. Trad. J. Vivó. Barcelona: Editorial Labor, 1984.
- MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005. Vol.I.
- _____. **O espírito das leis**. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005. Vol.II
- MOTA, Carlos Guilherme. **Febvre**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática. 1992.
- MULLER, Bertrand, **Bibliographie des travaux de Lucien Febvre**. Paris: Armand Colin, 1990.
- _____(org.). **Marc Bloch, Lucien Febvre. Correspondance: La naissance des Annales 1928-1933**. Paris: Fayard, 1994.

ORY, Pascal e SIRINELLI, Jean-François. **Les intellectuels em France: de l'affaire Dreyfus à nos jours**. Paris: Armand Colin, 2002.

PFISTER, Christian. **L'Université de Strasbourg**. In: Revue Politique et Littéraire Paris, 1957.

PIRENNE, Henri. **As cidades medievais**. Trad. Carlos Montenegro Miguel. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

_____. **Maomé e Carlos Magno**. Trad. Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

_____. **História econômica e social da Idade Média**. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

REIS, José Carlos Reis. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1989.

RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris: Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. Trad. Assef Kfourî. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault**. Trad. Jurandir Malerba. Maringá: EDUEM, 2000.

_____. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Trad. Jurandir Malerba. Maringá: EDUEM, 2004.

SARTRE, Jean Paul, **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SEIGNOBOS, Charles. **Historia sincera da França: ensaio de uma história da evolução do povo francês**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Trad. José Leonardo do Nascimento. Bauru: EDUSC, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. **Intellectuels et passions françaises**. Paris: Gallimard, 1996.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica.** Trad. Haiganuch Sarian. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais.** Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX.** Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Victor Hugo na arena política.** Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

FONTES.

BLOCH, Marc. Le Rhin. In: Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T.V, 1933, p.83-85.

_____. Problèmes d'Europe. In: Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T.VII, 1935, p.471-479

FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. A Europa: gênese de uma civilização. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Honra e Pátria. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.

_____. Martinho Lutero: Um destino. Trad. Maria Elizabeth Cabral. Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.

_____. O Reno: história, mitos e realidades. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Michelet e a Renascença. Trad. Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Scritta Editorial, 1995.

- _____. O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais. Maria Lúcia Machado e José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais. Trad. Rui Nunes. Lisboa: Editorial Início, 1970.
- _____. Philippe II et la Franche-Comté: étude d'histoire politique, religieuse et sociale. Paris: Armand Colin, 1993.
- _____. Amour sacré amour profane: autour de l'Heptaméron. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. De la France à l'Europe. Histoires, psychologies et physiologies nationales. In: Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T.IV, 1932, p.199-207.
- _____. Henri Pirenne 1862-1935. In: Annales d'Histoire Économique et Sociale. Paris, T. VII, 1935, p.529.
- _____. Henri Berr. Un Deuil des Annales. In: Annales, Économies, Sociétés, Civilisations. Paris: Armand Colin, T.I, 1955, p.01-02.
- _____. Un essai d'histoire européenne. In: Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T.I, 1939, p.293-295.
- _____. Marc Bloch fusillé. In: Mélanges d'Histoire Sociale. Paris: Armand Colin, T.VI, 1944, p.05-08.
- _____. Une histoire de la Civilisation. In: Annales d'Histoire Économique et Sociale. Paris: T.IV, 1950, p.490-494.
- _____. Marc Bloch: Dix ans après. In: Annales d'Histoire Économique et Sociale. Paris: Armand Colin, T.II, 1954, p.145-147.
- _____. Une histoire de Belgique. In: Annales d'Histoire Économique et Sociale. Paris: Armand Colin, T.IV, 1954, p.527-529.
- _____. Les surprises d'Herodote ou les acquisitions de l'agriculture méditerranée. In: Annales d'histoire sociale. Paris: Armand Colin. T.III, 1940, p.29-32.